

CADERNO DE DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA

ESCOLA JUDICIAL



ESCOLA JUDICIAL

TRT - 15ª Região

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
TRT da 15ª Região

v. 14 Índice anual p. 646-745 jan./dez. 2018



**Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Escola Judicial do TRT da 15ª Região**

**Caderno de Doutrina e Jurisprudência
da Escola Judicial**

Escola Judicial do TRT da 15ª Região

Diretora

Des. Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa

Vice-diretor

Des. Carlos Alberto Bosco

Conselho Consultivo

Des. Ricardo Regis Laraia

Representante dos Desembargadores do Trabalho

Juíza Laura Bittencourt Ferreira Redrigues

Representante dos Juízes Titulares de Vara do Trabalho

Juiz Edson da Silva Junior

Representante dos Juízes do Trabalho Substitutos

Servidora Adriana Martorano Amaral Corsetti

Representante dos Servidores (voz e assento)

Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região - AMATRA XV
(voz e assento)

Coordenação

Des. João Alberto Alves Machado

Organização

Seção de Pesquisa e Publicações Jurídicas

Denise Pereira Toniolo - Assistente-chefe
Elizabeth de Oliveira Rei

Capa

Marcello Alexandre de Castro Moreira

Catálogo na Publicação elaborada pela Seção de Biblioteca / TRT 15ª Região

Caderno de Doutrina e Jurisprudência da Escola Judicial / Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Escola Judicial - Campinas/SP, v.1 n.1 jan./fev. 2005-

Continuação do Caderno de Doutrina e Jurisprudência da Emtra XV

Bimestral

v. 14, Índice anual, jan./dez. 2018

1. Direito do Trabalho - Periódicos - Brasil. 2. Processo Trabalhista - Brasil. 3. Jurisprudência do Trabalho - Brasil. I. Brasil. Tribunal do Trabalho da 15ª Região. Escola da Magistratura.

CDU - 34.331 (81)

CDD - 344.01

® Todos os direitos reservados:

Escola Judicial do TRT da 15ª Região
Rua Barão de Jaguara, 901 - 5º andar - Centro - Campinas/SP
CEP: 13015-927 | Fone: (19) 3731-1683
<http://portal.trt15.jus.br> | e-mail: escolajudicial@trt15.jus.br

Sumário

ONOMÁSTICO.....	650
TÍTULO.....	678
Doutrina.....	678
ASSUNTO.....	679
Íntegras.....	679
Ementário de Jurisprudência.....	685

Observação:

Para facilitar e enriquecer a consulta optou-se por acrescentar o assunto ao índice onomástico; quanto aos índices de doutrina e íntegras, optou-se por acrescentar a autoria.

ALMEIDA FILHO, Roberto Nóbrega de

- Cerceamento de defesa 6/599
- Dano existencial 6/601

ANJOS, Alexandre Vieira dos

- Acidente de trabalho 4/354
- Dano moral 4/369
- Dano moral. Majoração indevida. Dano material. Multa normativa (Íntegra de acórdão) 5/458
- Revelia 6/630

AZEVEDO, Dagoberto Nishina de

- Acidente do trabalho 1/58, 1/108
- Acidente do trabalho. Operadores de máquinas e equipamentos de produção. Negligência na proteção fundamental (Íntegra de acórdão) 1/33
- Acidente do trabalho. Responsabilidade civil do empregador (Íntegra de acórdão) 1/33
- Configuração do cargo de confiança 1/70
- Cumprimento de metas 3/285
- Dano moral configurado 3/288
- Dano moral 1/78, 5/482
- Doença do trabalho 3/289, 6/606
- Doença ocupacional não comprovada 4/377
- Doença ocupacional 1/87, 3/292
- Doença ou acidente do trabalho 3/292
- Indenização por dano moral 4/390
- Intervalo intrajornada 1/108, 1/109, 2/219
- Perícia 3/303
- Prova 1/123
- Recurso ordinário 3/307
- Relação jurídica havida entre as partes. Contrato de natureza civil válido. Prestação de serviços. Autônomo (Íntegra de acórdão) 2/177
- Responsabilidade subsidiária 1/135, 5/528
- Vínculo de emprego 1/128

BARÊA, Sergio Milito

- Empregado público 5/471
- Execução 3/295, 4/383
- Município de Pirassununga 2/222
- Sexta parte 5/471

CARRADITA, Manuel Soares Ferreira

- Acidente do trabalho.....	2/210
- Adicional de insalubridade.....	1/60, 2/211
- Aposentadoria compulsória.....	6/597
- Cargo em comissão.....	1/70
- Dano moral.....	1/78, 6/601
- Danos morais.....	1/80
- Doença profissional.....	5/489
- Enquadramento sindical.....	2/215, 6/609
- Equiparação salarial.....	2/215, 3/293
- Execução.....	4/383
- Fato gerador da contribuição previdenciária.....	2/214
- Férias.....	5/494
- Horário à disposição.....	1/101
- Horas <i>in itinere</i>	3/297
- Intervalo intrajornada.....	6/615
- Justiça gratuita.....	4/363
- Professor.....	3/305
- Recurso ordinário.....	5/521, 6/624
- Reflexos das horas extras.....	6/615
- Reflexos, pedido genérico.....	2/223
- Relação de emprego.....	2/223
- Rescisão do contrato.....	3/308
- Responsabilidade subsidiária.....	1/134, 3/310, 6/629
- Sucessão trabalhista.....	2/226
- Trabalhador rural.....	1/140
- Vínculo de emprego.....	1/127, 4/401, 5/523, 6/627

CÉSAR, João Batista Martins

- Acordo coletivo.....	1/58
- Adicionais de periculosidade e de insalubridade.....	1/59
- Adicional de insalubridade (grau médio).....	2/211
- Adicional de insalubridade.....	1/61
- Ajudante de produção.....	2/212
- Cargo de confiança.....	3/287
- Comissão interna de prevenção de acidentes.....	2/215
- Contribuição sindical rural.....	2/214
- Dano à moral coletiva.....	3/300
- Dispensa discriminatória e obstativa.....	6/211
- Dispensa discriminatória e obstativa. Indenização em dobro. Art. 4º, II, da Lei n. 9.029/1995. Período de afastamento. Termo final. Primeira decisão. Súmula n. 28/TST (Íntegra de acórdão).....	5/439
- Exigência de vendas casadas.....	4/390
- Fundação Casa.....	4/385
- Garantia provisória.....	6/598
- Greve.....	5/496
- Honorários advocatícios.....	3/301

- Intervalo para recuperação térmica	3/300
- Legitimidade ativa <i>ad causam</i>	3/299
- Município de Cajuru	3/302
- Município de Ipaussu	2/222
- Município de Itapetininga	1/116
- Pessoa com deficiência	5/516, 6/621, 6/622
- Pessoa com deficiência. Arcabouço jurídico nacional e internacional para garantir trabalho e emprego com a observância de suas condições peculiares. Interpretação capaz de conferir máxima efetividade aos fundamentos da república federativa do Brasil. Dignidade da pessoa humana e valor social do trabalho. Efetiva inclusão (Íntegra de acórdão)	5/439
- Pessoa com deficiência. Necessidade de cirurgia conhecida pela empregadora. Dispensa discriminatória presumida. Violação da função social da propriedade (Íntegra de acórdão)	5/439
- Princípio da proteção integral	6/598
- Representante comercial	2/224
- Responsabilidade subsidiária	1/135
- Responsabilidade	1/130
- Terceirização lícita	3/311

COCA, Eleonora Bordini

- Ação ajuizada após a vigência da Lei n. 13.467/2017	4/352
- Dano moral (dano existencial)	1/95, 4/369, 5/481
- Danos morais	5/483
- Desconto salarial	2/214
- Extinção do processo sem exame do mérito, por ausência de liquidez dos pedidos. Reclamação trabalhista ajuizada antes da vigência da Lei n. 13.467/2017. Teoria do isolamento dos atos processuais (Íntegra de acórdão)	2/198
- Extinção do processo	4/383, 5/493
- Garantia provisória de emprego	1/95
- Horas <i>in itinere</i>	3/297
- Indenização por danos morais	2/219
- Indenização por danos morais. Furto (Íntegra de acórdão)	4/341
- Município de Bragança Paulista	5/512
- Prova testemunhal	2/222
- Servidor público municipal	2/226
- Varredor de rua	4/359

COOPER, Fábio Allegretti

- Ação cautelar inominada	3/281
- Ação rescisória	2/210, 6/591
- Acidente de trabalho	3/281,
- Acidente do trabalho	5/464
- Adicional de periculosidade	5/469, 6/594
- Aposentadoria especial	1/65
- Atraso da reclamada na audiência una	1/67
- Bancário	5/476

- Contrato de trabalho temporário.....	1/73
- Demissão sem justa causa.....	4/371
- Diferenças de horas extras.....	6/633
- Diferenças salariais.....	5/484, 6/607
- Dirigente sindical.....	5/487
- Doença ocupacional.....	4/377, 5/488, 6/606
- ECT.....	6/607
- Embargos de declaração.....	4/379, 6/608
- Empregado doméstico.....	6/608
- Equiparação salarial.....	1/90, 6/609
- Estabilidade provisória.....	6/610
- Fundação Casa.....	5/496
- Fundação Instituto de Terras.....	4/385
- Horas extraordinárias.....	3/312
- Horas <i>in itinere</i>	4/386
- Indenização por danos morais.....	1/106, 5/505, 5/509
- Intervalo intrajornada.....	1/108
- Jornada de trabalho.....	5/508
- Justa causa.....	1/112
- Lei Federal n. 4.950-A/1966.....	6/609
- Motorista carreteiro.....	6/618
- Motorista de escolta privada.....	1/119
- Motorista.....	1/114
- Município de Americana.....	1/114
- Município de Pedregulho.....	1/116
- Pagamento “por fora”.....	1/118
- Progressão horizontal.....	6/607
- Recurso ordinário.....	3/290
- Responsabilidade civil.....	1/73, 1/130, 3/309, 4/403, 4/404
- Reversão da justa causa.....	1/112
- Servidor público celetista.....	1/136, 6/630
- Terceirização lícita.....	6/631
- Trabalhador rural.....	1/140
- Vendedor.....	1/141

COSTA, Jorge Luiz

- Adicional por tempo de serviço.....	1/62, 1/63, 3/284, 4/358, 5/470
- Correção monetária.....	5/480, 6/600, 6/631
- Execução.....	4/382
- Honorários advocatícios sucumbenciais.....	6/613
- Incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	6/598
- Perícia médica.....	3/303
- Processual civil e do trabalho.....	6/626
- Servidor público celetista.....	5/530
- Servidor público estadual.....	1/136
- Substituição processual.....	6/631

DE BIASI, Erodite Ribeiro dos Santos

- Município de Mococa..... 5/513

DIAMANTINO, Adriene Sidnei de Moura David

- Indenizações por danos morais. Limitação ao uso do banheiro e revista íntima (Íntegra de acórdão)..... 2/201

DIAS, Carlos Eduardo Oliveira

- Agravo de petição..... 3/284
- Atleta profissional de futebol..... 3/286
- Ausência de cálculos..... 1/67
- Direito de imagem..... 3/286
- Dispensa discriminatória..... 3/290
- Justiça gratuita..... 3/286
- Rescisão por comum acordo..... 3/286
- Responsabilidade subsidiária..... 3/310

ESCANFELLA, Carlos Augusto

- Diferenças de adicional de insalubridade..... 3/284
- Enquadramento bancário..... 3/293
- Execução..... 3/295

FELICIANO, Guilherme Guimarães

- Ciência, independência e plurivalência: de polêmicas emancipatórias (Artigo)..... 2/166

FERREIRA, Ana Lucia Cogo Casari Castanho

- Membro da Cipa..... 3/294

FERREIRA, José Otávio de Souza

- Administração pública..... 5/471
- Dano moral (Íntegra de acórdão)..... 5/438
- Dano moral..... 3/289
- Empresas de telecomunicações..... 4/408
- Indenização por danos morais. Dispensa por meio de mensagem pelo aplicativo WhatsApp (Íntegra de acórdão)..... 3/278
- Terceirização fraudulenta. Prestação de serviços através de empresa interposta (Íntegra de acórdão)..... 2/193

FONSECA, Fernanda Cristina de Moraes

- (Re)Leitura do conceito de trabalhador à luz do direito fundamental à liberdade sindical (Artigo)..... 6/559

- Remessa oficial	1/125
- Responsabilidade subsidiária	1/132
- Vínculo de emprego.....	1/128

GEMIGNANI, Tereza Aparecida Asta

- Ação revisional	3/281
- Município	5/514, 6/620
- Servidor público	5/530
- Terceirização.....	5/531, 6/632

GIANNINI, Daniela Macia Ferraz

- Ação idêntica arquivada	3/281
- Cipa	4/365
- Direito do trabalho	3/296
- Jornada de trabalho.....	1/110
- Justiça do Trabalho.....	4/366
- Minutos residuais.....	1/101
- Município de Franca	3/302
- Recomposição salarial.....	4/407
- Remuneração	1/59, 3/307
- Responsabilidade subsidiária	3/309
- Sonegação de direitos	3/290
- Valor da causa	1/140

GIORDANI, Francisco Alberto da Motta Peixoto

- Adicionais de periculosidade e insalubridade.....	3/282
- Adicional de insalubridade.....	3/283
- Contrato de estágio. Vínculo empregatício. Função. Professora de educação infantil. Normas convencionais aplicáveis. Verbas devidas (Íntegra de acórdão).....	3/268
- Gravidez	3/297
- Prova	3/305
- Responsabilidade subsidiária	3/311
- Tramitação preferencial	6/609

GOMIERI, Olga Aida Joaquim

- Ação rescisória	4/353, 6/591
- Acidente de trabalho.....	1/57
- Acordo extrajudicial	5/465
- Adesão a plano de aposentadoria	5/466
- Adesão a programa de desligamento voluntário	5/515
- Adicional de insalubridade.....	1/60, 1/61, 5/466, 5/467, 5/483, 5/533, 6/594
- Adicional de periculosidade	1/61, 1/62, 1/126
- Adicional de transferência	1/119
- Adicional noturno	6/594

- Adicional por tempo de serviço.....	1/62
- Agravo de instrumento.....	1/64, 4/362
- Agravo de petição.....	1/65, 4/360, 5/472, 6/596
- Aplicação da CCT.....	4/354, 5/511
- Aposentadoria por invalidez.....	4/362
- Auxílio alimentação.....	1/68, 1/69
- Cargo de confiança.....	1/61, 1/70
- Cerceamento de defesa.....	1/71
- Coisa julgada.....	4/366
- Comissionista misto.....	4/354, 5/511
- Contradita de testemunha.....	1/72
- Contrato de aprendizagem.....	4/367
- Contrato de distribuição/armazenagem.....	5/479
- Contrato de empreitada.....	1/72
- Contrato de facção.....	1/73
- Contrato de natureza comercial.....	1/73, 6/600, 6/619
- Contribuição sindical patronal.....	4/368
- Contribuição sindical rural.....	2/213
- Contribuições sociais.....	5/480
- Conversão da justa causa.....	1/76
- Correção de erro material.....	1/65
- Correção monetária.....	1/76, 1/78, 1/132, 4/406, 5/480, 5/534
- Cumulação dos adicionais.....	1/61
- Dano existencial.....	5/501
- Dano moral.....	1/77, 1/78, 1/79, 1/99, 1/103, 1/113, 1/119, 1/129, 4/354, 5/481, 5/482, 5/484, 5/511, 5/526, 6/601
- Danos existenciais.....	4/355, 4/372, 5/512, 6/618
- Danos morais e estabilidade provisória.....	1/79
- Danos morais e materiais.....	1/79
- Danos morais.....	1/80, 1/81, 1/112, 5/483, 6/602, 6/618
- Decadência.....	4/370, 5/483
- Descontos salariais.....	5/483
- Desvio de função.....	4/389
- Diferenças salariais.....	1/60, 1/82, 1/83, 1/84, 1/104, 1/119, 3/291, 4/371, 4/372, 5/484, 5/485, 5/486, 5/526, 5/534
- Dispensa por justa causa.....	1/111, 4/371
- EBCT.....	1/88
- ECT.....	1/88, 4/378
- Embargos à execução.....	5/490
- Embargos de terceiro.....	4/379
- Empregado.....	5/477
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.....	4/378
- Enquadramento sindical.....	1/89, 4/379
- Ente público.....	1/72
- Entregador externo (motoboy).....	1/126
- Estabilidade provisória.....	1/91, 4/381
- Execução fiscal.....	6/611
- Execução.....	1/92, 4/382, 5/492, 6/611

- Falência	6/617
- Férias	1/93, 2/216
- Ferroviário.....	1/83
- FGTS	5/495
- Fornecimento de transporte.....	6/633
- Fundação Casa	1/94
- Garantia de emprego.....	4/381
- Gratificações	4/385
- Grupo econômico	4/385
- Horas de percurso	5/499
- Horas de sobreaviso.....	1/70
- Horas extraordinárias	1/101
- Horas extras ou diferenças salariais.....	6/614
- Horas extras.....	1/102, 1/103, 1/104, 1/105, 1/111, 1/112, 2/220, 4/388, 5/501
- Horas <i>in itinere</i>	1/97, 1/98, 1/99, 1/100, 1/113, 2/218, 3/313, 4/386, 5/523
- Indenização por danos materiais.....	1/126
- Indenização	4/389
- Intervalo intrajornada.....	1/69, 1/113, 2/220, 4/392, 5/506
- Intervalo para mulher.....	1/69, 4/388
- Jornada de trabalho 12x36.....	1/110, 5/508
- Jornada de trabalho.....	1/110
- Juros de mora.....	4/393
- Justa causa.....	1/112
- Justiça gratuita indeferida.....	6/599
- Justiça gratuita.....	5/474
- Licença-prêmio	1/113
- Litigância de má-fé	4/394
- Litispendência ou coisa julgada.....	2/220
- Massa falida.....	6/617
- Motorista	4/354, 5/511, 6/618
- Multa de 10% do art. 523, § 1º, do NCPC.....	1/114
- Multa do art. 523 do NCPC.....	1/101
- Multa por litigância de má-fé.....	5/512
- Município de Andradina	5/512
- Município de Franca	1/115
- Município de Monte Aprazível.....	1/116
- Município de Tatuí.....	1/117
- Nulidade de citação	1/117
- Nulidade.....	5/515
- Pagamento de salários “por fora”	1/72, 1/119
- PDV	1/120
- Pedido de vínculo de emprego	1/126
- Prêmio incentivo	1/120
- Prêmios não habituais	6/603
- Prescrição quinquenal	5/517
- Prescrição total	4/398
- Prescrição.....	5/517
- Processo de alçada	1/123

- Produção antecipada de prova.....	5/519
- Reembolso de despesas	1/126
- Rescisão contratual	1/129
- Rescisão indireta	1/129, 5/526
- Responsabilidade civil por acidente do trabalho (Íntegra de acórdão).....	3/248
- Responsabilidade solidária ou subsidiária.....	1/131
- Responsabilidade subsidiária.....	1/132, 1/134, 1/135, 4/406
- Revisão geral anual de remuneração.....	1/135, 5/519
- Revisão geral anual.....	4/402
- Serviços sociais autônomos	5/529
- Sesi.....	5/529
- Sexta parte	1/63, 4/366
- Substituição processual.....	4/408
- Sucessão empresarial	2/226
- Termo de conciliação	5/478
- Tese Prevalente n. 5 do TRT-15	1/139, 2/216
- Turno ininterrupto de revezamento.....	1/98, 3/313, 5/533
- Turnos ininterruptos de revezamento	5/533
- Unicidade contratual	1/74
- Vale-refeição/alimentação	2/229
- Vínculo de emprego advogada.....	1/127
- Vínculo de emprego anterior ao registro	5/523
- Vínculo de emprego.....	1/128, 2/223, 4/401, 5/524
- Vínculo empregatício.....	5/524

GRASSELLI, Fabio

- Abono	1/57
- Adicional por tempo de serviço (quinquênios).....	2/212
- Adicional por tempo de serviço.....	1/62, 4/358
- Dano moral	2/214
- Embargos de declaração.....	1/88, 2/215
- Equiparação salarial	6/616
- Férias.....	1/93, 2/216, 4/384, 5/493, 6/612
- Honorários advocatícios	1/97, 2/217
- Honorários periciais prévios	1/133
- Horas extras	1/102, 1/105, 6/615
- Horas <i>in itinere</i>	4/386, 5/499, 6/614
- Intervalo intrajornada	5/506
- Intervalo para alimentação e descanso	6/616
- Intervalo para alimentação	5/507
- Justiça gratuita.....	1/66
- Litispêndência	5/510
- Progressão horizontal.....	5/518, 6/623
- Recurso ordinário	5/521
- Remessa oficial	1/125
- Responsabilidade subsidiária.....	1/133, 2/224, 4/405, 5/527
- Valor de alçada	4/362, 5/473, 6/597

- Vínculo de emprego.....	5/523, 6/627
- Vínculo empregatício	4/402

GRASSELLI, Hélio

- Adicional de insalubridade.....	3/282
- Adicional de periculosidade.....	4/357
- Adicional por acúmulo de funções.....	2/212
- Adicional por desvio de funções.....	3/283
- Adicional por tempo de serviço.....	5/470
- Aposentadoria espontânea.....	5/473
- Banco de horas.....	5/500
- Base de cálculo	5/470
- Competência material.....	4/366, 5/478, 6/600
- Contribuição confederativa e assistencial	2/219
- Contribuição confederativa	4/405
- Despedida por justa causa	3/296
- Doença do trabalho	1/86
- Empresa em recuperação judicial	5/492
- Escala 12x36	4/404
- Férias.....	3/296, 5/478
- Gestante	4/381
- Honorários de sucumbência.....	4/386, 5/498, 6/614
- Hora <i>in itinere</i>	1/97
- Horas extraordinárias	4/357
- Horas extras	4/387, 4/388, 5/502
- Intervalo intrajornada.....	1/107, 2/219, 3/299, 4/405, 5/506, 6/615
- Intervalo previsto no art. 384 da CLT.....	4/357
- Intimação de advogado	5/477
- Jornada mista	4/405
- Multa do art. 467 da CLT	6/619
- Pedidos alternativos	1/120
- Professor	3/305
- Programa de demissão voluntária.....	3/304, 5/515, 6/6260
- Recurso sem procuração.....	1/124
- Requisição de pequeno valor	5/525
- Responsabilidade do município.....	5/527
- Responsabilidade solidária ou subsidiária.....	5/527, 6/628
- Responsabilidade solidária.....	6/631
- Responsabilidade subsidiária do ente público.....	2/224
- Responsabilidade subsidiária.....	1/132, 1/133, 2/225, 3/309, 3/310, 4/404, 6/629
- Sindicato	6/630
- Tempo de sobreaviso.....	3/298
- Terceirização de atividade fim	6/631

LANDI, Flavio

- Dano moral	4/369
- Intermediação de atividade fim.....	3/311

- Sociedade em conta de participação.....	4/406
- Valores pagos por erro da administração pública.....	6/630

LAZARIM, Luiz Antonio

- Ação coletiva	5/463
- Acidente de trabalho	5/464
- Acidente de trabalho fatal	5/463
- Acidente de trabalho típico	5/525
- Acidente de trabalho.....	1/57, 1/112, 4/354, 4/387, 4/398, 5/464, 5/517
- Acidente de trajeto.....	5/464
- Acidente típico de trabalho	5/465, 5/499
- Acordo de compensação	4/365, 4/398
- Acordo	4/397
- Acúmulo de função.....	1/103, 2/211, 2/212, 5/468, 5/501, 6/592
- Adicionais de periculosidade	4/367
- Adicional de acúmulo de funções	5/466
- Adicional de insalubridade.....	1/60, 1/61, 1/105, 2/211, 2/220, 4/356, 4/369, 4/380, 5/467, 5/468, 5/469, 5/499
- Adicional de periculosidade e reflexos	2/218
- Adicional de periculosidade.....	2/212, 4/358, 5/470, 5/482, 5/489, 5/506, 5/532
- Adicional de transferência	4/403
- Adicional noturno	5/503, 5/507
- Administração pública.....	2/212
- Agravo de instrumento.....	1/64, 4/359, 4/360, 6/595
- Agravo de petição.....	4/361, 5/472, 6/595, 6/596
- Agravo regimental.....	1/65
- Alta médica pelo INSS.....	4/390, 5/504
- Alteração contratual.....	6/600
- Associação de pais e mestres	5/475
- Astreintes.....	5/512
- Atendente de loja.....	5/522
- Ato de improbidade.....	1/106, 4/389
- Ausência de discriminação de valores	5/475
- Ausência de recolhimento	1/68
- Auxílio alimentação.....	4/364, 5/475
- Aviso-prévio trabalhado	1/68
- Aviso-prévio	1/139
- Bancário.....	4/364, 4/403, 5/475, 6/599
- Banco do Brasil.....	5/476
- Cargo de confiança bancário.....	5/476
- Cargo de confiança.....	5/476, 5/526
- CDHU	4/379
- Cerceamento de defesa	1/70
- Cestas básicas	5/495
- Cipeiro	4/365
- Cláusula normativa.....	4/355, 4/390, 5/464, 5/468, 5/532
- Comissão de conciliação prévia	5/478

- Comissões	6/631
- Compensação de jornada.....	1/71
- Competência territorial.....	4/366
- Concessão aeroportuária	4/367
- Concurso público	1/71
- Confissão <i>ficta</i>	1/72
- Contrato de gestão	4/368
- Contrato de trabalho suspenso.....	5/479
- Contribuição assistencial.....	1/121, 4/410, 5/500
- Contribuição assistencial/confederativa.....	1/104, 2/218, 4/370, 4/390, 5/500, 5/532, 6/600
- Contribuição previdenciária	1/75
- Contribuição sindical rural	4/368
- Contribuição sindical.....	4/369
- Contribuições previdenciárias.....	1/76
- Controle de ponto	5/480
- Dano moral.....	1/103, 1/106, 2/211, 2/221, 4/369, 4/401, 4/403, 5/481, 5/482, 5/484, 5/495, 5/501, 5/503, 6/601, 6/628
- Danos morais.....	2/219, 5/467, 5/476, 5/479
- Débito trabalhista.....	1/77, 1/107, 1/129, 2/228, 4/407, 5/467, 5/480, 6/600
- Departamento de água e esgotos	4/395
- Departamento de Estradas e Rodagem	5/479
- Descontos no salário	5/478
- Despachante aduaneiro.....	4/401
- Desvio de função	2/215
- Devolução de descontos	4/371
- Diárias de viagem.....	5/484
- Diferenças de comissões.....	5/477
- Diferenças de horas extras.....	6/614
- Diferenças do FGTS.....	5/495, 6/612
- Diferenças salariais	2/220, 5/506
- Direito aos adicionais.....	5/488, 6/592
- Diretor de escola.....	5/463
- Dispensa sem justa causa.....	5/484
- Doença ocupacional.....	1/87, 1/117, 5/477, 5/488, 5/489
- Doença profissional	1/102, 4/380
- DSRS.....	5/525
- Educador infantil.....	1/121
- Eletricista	5/489
- Embargos à execução.....	5/490
- Embargos de declaração.....	1/88, 1/89
- Embargos de terceiros.....	6/608
- Embargos declaratórios.....	1/89
- Empregado doméstico.....	1/89
- Equiparação salarial	1/90, 5/468, 5/527
- Estabilidade acidentária.....	1/87, 1/112
- Estabilidade	4/380
- Excesso de penhora.....	5/493
- Execução trabalhista	4/381

- Execução.....	1/92, 4/382, 5/492, 5/493, 6/611, 6/612
- Ex-empregado aposentado	2/213
- Extinção do feito	6/612
- Falta grave.....	4/383
- Fazenda pública municipal	4/395, 5/493
- Férias.....	1/93, 2/217, 4/407, 5/494, 5/506, 5/526
- FGTS	4/389, 4/395, 5/495
- Fraude à execução	4/384, 6/612
- Fundação Casa	4/384, 4/385, 5/502
- Fundação pertencente à administração pública.....	5/496
- Garantia convencional de emprego.....	1/95
- Grupo econômico	6/608
- Habitação.....	4/402
- Hipoteca judiciária	4/393
- Homologação de cálculos.....	5/497
- Honorários advocatícios.....	1/87, 1/95, 1/97, 1/102, 1/103, 1/105, 1/107, 1/110, 1/115, 1/117, 1/121, 1/122, 1/139, 2/212, 2/217, 2/228, 4/354, 4/367, 4/380, 4/384, 4/392, 4/407, 5/467, 5/470, 5/482, 5/489, 5/500, 5/502, 5/504, 5/514
- Honorários periciais	5/527
- Hora extra	5/514
- Horas de sobreaviso.....	4/387
- Horas extras e reflexos.....	4/380, 5/500, 5/515, 5/518
- Horas extras habituais.....	1/101, 1/102, 4/354, 5/468, 5/500
- Horas extras.....	1/87, 1/102, 1/104, 1/105, 1/109, 1/115, 1/121, 2/211, 2/218, 4/380, 4/387, 4/389, 4/395, 4/398, 5/470, 5/475, 5/478, 5/501, 5/502, 5/507, 5/511, 5/518, 5/526, 6/614
- Horas <i>in itinere</i>	1/68, 1/90, 1/99, 1/104, 1/105, 1/121, 2/217, 2/228, 4/387, 5/469, 5/499, 5/503, 5/526, 5/467
- Ilegitimidade de parte.....	1/68, 1/105, 2/219, 5/503, 5/504
- Imposto de Renda	1/60
- Impugnação à sentença de liquidação	6/617
- Incidente de recurso repetitivo.....	4/364, 4/367, 5/478
- Incompetência da Justiça do Trabalho	5/478
- Incompetência em razão do lugar	1/106
- Indenização por dano moral	1/68, 1/109, 2/228
- Indenização por danos morais.....	5/505
- Inovação recursal	1/123
- Interdito proibitório.....	4/391
- Intervalo de 15 minutos.....	2/228, 4/389, 5/468, 5/506, 5/523
- Intervalo do art. 253 da CLT	5/503
- Intervalo interjornadas	1/109, 4/392
- Intervalo intrajornada.....	1/71, 1/90, 1/103, 1/107, 1/109, 1/139, 2/211, 2/217, 2/221, 2/228, 4/364, 4/401, 5/466, 5/469, 5/470, 5/475, 5/488, 5/506, 5/516, 6/616
- Intervalo para repouso e alimentação	1/109, 2/220, 4/393
- Intervalo para repouso.....	5/468
- Intervalo.....	5/507
- Jornada 12x36	1/110

- Jornada de trabalho.....	5/506
- Julgamento <i>extra petita</i>	1/121, 4/393
- Juros de mora.....	4/393
- Justa causa.....	1/112, 4/393
- Justiça gratuita.....	1/66, 1/87, 4/401, 5/470, 5/474, 5/475, 5/482, 5/511, 5/515, 6/599
- Laudo pericial contábil.....	6/621
- Licença-prêmio	4/384
- Liquidação de sentença.....	4/394
- Mandado de segurança.....	1/113, 1/114, 2/221, 4/394, 5/510
- Massa falida.....	2/221, 5/511
- Matéria recursal.....	1/75
- Minutos residuais.....	1/109, 5/503
- Montador.....	5/532
- Motorista agregado.....	5/511
- Motorista carreteiro.....	4/395
- Motorista de caminhão	2/221
- Motorista	5/477
- Multa do art. 467 da CLT	5/468, 5/474
- Multa do art. 477 da CLT	5/534
- Município de Amparo.....	4/395
- Município de Araraquara.....	4/395
- Município de Bocaina	1/115
- Município de Cachoeira Paulista	4/395
- Município de Cruzeiro.....	1/115, 4/395, 5/513
- Município de Franca	4/396
- Município de Iguape	2/217
- Município de Penápolis.....	5/514
- Município de Pirassununga	5/514
- Município de Presidente Epitácio	4/396
- Município de Queluz.....	2/222
- Município de Tietê.....	4/396
- Município de Urupês.....	1/117, 5/514
- Negativa de prestação jurisdicional.....	1/121, 4/398, 5/518
- Normas coletivas	4/355, 4/395
- Nulidade processual	1/117, 5/514
- Pagamento extrafolha.....	4/370
- PDV	5/515
- Pedidos embasados em normas coletivas não juntadas.....	5/516
- Penhora de crédito	4/397
- Penhora de honorários profissionais	4/397
- Penhora de valores.....	4/397, 6/621
- Perda auditiva.....	5/527
- Periculosidade	5/470
- Pessoa jurídica	5/514
- Petrobras	4/365, 4/397, 5/516
- Piso salarial do engenheiro	5/490
- Plano de aposentadoria.....	1/66
- Plano de desligamento	5/489

- Plano Real	1/125
- Prêmio produtividade	1/120, 4/410
- Prescrição bienal	5/478, 5/517
- Prescrição	1/125, 2/222, 4/398, 5/517, 5/518
- Processo trabalhista	1/136, 4/407, 5/500
- Professor	1/122, 5/518
- Progressão horizontal	1/122
- Progressão salarial	4/406
- Progressão	1/122
- Propriedade rural	4/368
- Protesto judicial	4/403
- Reajuste salarial	5/519
- Reconhecimento judicial de vínculo	5/474
- Recurso <i>ex officio</i>	1/125
- Redução salarial	1/87
- Reembolso de despesas	5/522
- Relação de emprego	1/126
- Representação comercial	1/127
- Rescisão contratual	1/129, 5/477, 5/525, 6/600, 6/628
- Rescisão indireta	4/403
- Reserva de crédito	6/595
- Responsabilidade solidária	5/517, 5/527
- Responsabilidade subsidiária	1/110, 1/134, 2/219, 5/489
- Revelia	5/466
- Sabesp	6/628
- Salário produção	4/407
- Sentença líquida	1/136
- Sentença	5/526
- Servidor público	2/226, 4/407, 5/494, 5/530, 5/531
- Sexta parte	4/396
- Sindicato	4/355
- Sobreaviso	1/103, 5/500, 6/614
- Suspeição	5/526
- Tempo à disposição	5/479
- Terceirização ilícita	6/631
- Terceirização lícita	5/503, 5/504
- Terceirização	1/106, 1/138, 1/139, 2/227, 5/531, 5/532
- Termo de ajustamento de conduta	4/408, 5/532, 6/609
- <i>Ticket</i> alimentação	4/410
- Trabalho externo	1/68, 2/228
- Turno ininterrupto de revezamento	5/533
- Turnos ininterruptos de revezamento	2/228, 5/534
- Turnos ininterruptos	1/120, 4/409
- Tutela cautelar antecedente	1/140, 6/626
- Tutela cautelar	4/410
- Unicidade contratual	1/123
- Vale-transporte	5/534
- Vínculo de emprego	4/402
- Vínculo empregatício	2/223, 2/224, 4/402, 5/517, 5/524

LIMA, Samuel Hugo

- Processo do trabalho.....	3/299
-----------------------------	-------

LIZI, Regiane Cecilia

- Férias.....	4/384
- Reexame necessário.....	3/307

LOBO, Luiz Felipe Paim da Luz Bruno

- Dispensa discriminatória. Indenização por danos morais (Íntegra de acórdão)	3/279
-------------------------------------------------------------------------------------	-------

LOBO JUNIOR, Helcio Dantas

- Acúmulo de função.....	2/210
- Acúmulo de funções.....	4/356, 5/466, 6/592
- Adesão ao plano.....	6/593
- Adicionais de periculosidade e insalubridade.....	5/466
- Adicional de insalubridade e periculosidade.....	2/211
- Adicional de insalubridade.....	1/60, 2/211, 3/283, 5/467, 5/468, 5/469
- Adicional de periculosidade.....	2/212, 3/283
- Adicional por tempo de serviço.....	5/470
- Agravo de petição.....	1/64, 1/65, 4/361
- Artigo 523, § 1º, do CPC/2015.....	1/66
- Assédio moral.....	3/285
- Ausência de intimação.....	1/67
- Aviso-prévio.....	5/466
- Conhecimento do recurso.....	5/519
- Contribuição assistencial.....	3/288, 5/479
- Contribuição confederativa.....	1/74, 2/213
- Contribuição sindical.....	1/75, 2/214, 4/368, 5/479
- Controle de jornada.....	5/480
- Desrespeito ao prazo.....	2/216, 3/296, 5/493
- Diferenças salariais.....	1/82, 3/291, 6/603
- Direito administrativo.....	4/372
- Do vínculo de emprego.....	5/523
- Doença ocupacional.....	3/292, 4/377, 5/489
- Dono da obra.....	3/293
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.....	5/489
- Equiparação salarial.....	3/294
- Estabilidade provisória.....	3/294
- Execução.....	1/92
- Expedição de ofícios.....	3/288
- Fase pré-contratual.....	3/290
- Férias.....	1/94, 3/296
- FGTS.....	3/297
- Fixação do valor arbitrado.....	4/377, 5/504, 6/593, 6/603
- Fixação do valor.....	3/290, 3/292

- Fundação Casa	3/284, 6/613
- Homologação de acordo.....	2/210
- Honorários advocatícios	1/97, 3/297
- Honorários periciais	3/297, 5/498
- Horas extras	1/104, 2/218
- Horas <i>in itinere</i>	2/218
- Ilegitimidade de parte	5/503
- Indenização por dano moral	3/290
- Indenização por danos morais.....	4/391, 5/505
- Intervalo intrajornada	3/299, 5/507
- Juros de mora	1/111, 2/220, 3/299, 5/509, 6/616
- Justiça gratuita.....	4/363
- Litigância de má-fé	2/220, 3/301
- Manutenção do plano de saúde	3/285
- Município de Piracicaba.....	5/514
- Município	3/303, 4/396
- Negativa de vínculo de emprego	3/308
- Ônus da prova	1/118
- Prescrição.....	5/517
- Produção de prova	3/287
- Prosseguimento da execução	3/295
- Prova pericial	3/305
- Reexame necessário	5/522
- Rejeição da perícia.....	5/469, 5/516, 6/620
- Representação comercial.....	3/308
- Rescisão do contrato de trabalho	2/224
- Rescisão	4/403
- Responsabilidade subsidiária.....	1/135, 2/225, 3/310, 3/311, 5/528
- Revelia e confissão.....	2/225
- Subempregada	5/529
- Sucessão trabalhista	1/137
- Trabalho externo.....	2/228, 3/312, 5/532
- Turnos ininterruptos de revezamento	2/228, 5/534
- Vínculo de emprego.....	6/627

LOCKMANN, Ana Paula Pellegrina

- Acidente de trabalho.....	1/57
- Acúmulo de funções.....	1/59, 4/355, 4/356, 5/465
- Adicional de insalubridade.....	4/356, 6/593
- Agravo de instrumento.....	6/595
- Agravo de petição.....	4/361, 5/472, 5/473, 6/596
- Agravo de petição. Terceira embargante. Penhora de veículo. Ocultação patrimonial. Não provido (Íntegra de acórdão).....	6/582
- Cobrança da contribuição sindical rural.....	4/368, 5/479
- Contribuições previdenciárias.....	1/75
- Danos morais.....	1/80, 1/81, 4/356
- Desconto.....	5/480, 6/593

- Doença ocupacional	1/87
- Empregada afastada por licença médica	5/509
- Empregada afastada por licença médica. Participação em festas de rodeio publicada em rede social. Quebra de fidúcia. Justa causa caracterizada (Íntegra de acórdão)	6/585
- Equiparação salarial	5/491
- Execução	1/92, 5/492, 6/610
- Férias	1/93, 5/529
- Fraude à execução	4/384
- Grupo econômico	1/96
- Honorários advocatícios	6/613
- Horas extras	5/502
- Intervalo interjornada	1/107, 1/108, 5/502, 5/507, 6/616
- Intervalo previsto no art. 384 da CLT	5/507
- Justa causa	4/393, 5/509
- Justiça gratuita	1/67
- Laudo pericial inconclusivo	6/621
- Laudo pericial	6/621
- Litigância de má-fé	4/361
- Nulidade processual	1/117, 1/118
- Plano de incentivo à aposentadoria	1/66
- Prescrição	1/121
- Programa de incentivo à aposentadoria	6/598
- Recurso ordinário	1/124, 1/125, 6/626
- Responsabilidade subsidiária	1/133, 4/405, 4/406, 5/528, 6/629
- Sócio retirante	6/630
- Turnos ininterruptos	4/409
- Vínculo empregatício	4/402

MACHADO, João Alberto Alves

- Adicional de insalubridade	4/357, 6/593
- Indenização por danos morais	4/390
- Recurso ordinário	6/624
- Suspensão do contrato	4/362

MAGLIO, Evandro Eduardo

- Correção monetária	1/138
- Correspondente bancária	1/137
- Dano moral	1/138
- Mandado de segurança (Íntegra de acórdão)	1/43

MARQUES, Claudinei Zapata

- Ação de indenização	3/281, 4/352
- Adicional de insalubridade	3/282
- Adicional noturno	1/62

- Bem de família.....	5/476
- Ente público.....	4/380
- Equiparação salarial.....	3/294
- Execução.....	2/216
- Férias.....	1/93, 2/217
- Honorários advocatícios.....	1/93, 1/96, 2/217
- Minutos residuais impagos.....	2/218, 3/298, 5/503
- Prescrição.....	3/304
- Requisição de pequeno valor.....	3/303
- Responsabilidade subsidiária.....	1/96, 3/310, 3/311, 5/528
- Terceirização.....	1/138, 2/227, 3/312, 4/408

MONTANAGNA, Antonio Francisco

- Ação de cobrança.....	5/463
- Município de Bocaina.....	3/302

MORAES, Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e

- Adicionais de periculosidade e insalubridade.....	3/282, 4/356
- Adicional de insalubridade.....	4/357
- Adicional por tempo de serviço.....	4/358
- Fundação Casa.....	5/496
- Indenização por danos morais.....	4/391
- Procedimento sumaríssimo.....	6/623

NUNES, Luiz Roberto

- Adicional de periculosidade.....	4/358
- Agente comunitário de saúde.....	4/359
- Cerceamento do direito de defesa.....	5/477
- Comissões sobre vendas a prazo.....	5/477
- Conflito negativo de competência.....	4/366
- Contrato de experiência.....	3/288
- Doença de origem ocupacional.....	5/487
- Execução contra a fazenda pública.....	4/381
- Execução.....	3/295
- Férias.....	3/296
- Insuficiência de alçada.....	3/292
- Liquidação.....	4/394
- Membro do conselho fiscal.....	3/295
- Município de Bragança Paulista.....	5/513
- Município de Valparaíso.....	4/396
- Sabesp.....	4/389, 5/491
- Vínculo de emprego.....	5/523

OLIVEIRA, José Antônio Gomes de

- Município de Capão Bonito.....	2/221
- Município de Santa Bárbara d'Oeste.....	2/222

PASQUALETTO, Olívia

- Ciência, independência e plurivalência: de polêmicas emancipatórias (Artigo) 2/166

PELEGRINI, Edison dos Santos

- Da jurisdição voluntária 4/355
- EBCT 6/607
- Gestante 1/95
- Professor 1/122
- Reforma trabalhista 5/522

PENIDO, Manoel Luiz Costa

- Agravo de petição 3/284
- Direito do trabalho 4/372, 4/376
- Direito processual 6/606
- Recurso ordinário 4/400

PERON, Guilherme Fagan

- Breve estudo sobre o teletrabalho na Itália (Artigo) 4/327

PERON, Rita de Cássia Andrioli Bazila

- Breve estudo sobre o teletrabalho na Itália (Artigo) 4/327

PESTANA, Antonia Regina Tancini

- Base de cálculo 4/365

PISTORI, Gerson Lacerda

- Adicional de insalubridade 1/61, 3/283, 4/356, 6/594
- Adicional de periculosidade 3/283
- Agravo de instrumento 5/471
- Assistência judiciária 5/497
- Bancário 1/69, 3/287
- Cerceamento do direito de produção de provas 1/71
- Danos morais 1/81
- Descomissionamento 1/69
- Dirigente sindical 3/295
- Executada em recuperação judicial 4/383
- Honorários advocatícios sucumbenciais 5/497
- Honorários advocatícios 1/96
- Horas de sobreaviso 5/500
- Horas de trajeto (*in itinere*) 1/97
- Licença-prêmio 1/113
- Motorista de caminhão 3/302

- Município	1/117
- Nulidade processual	1/118
- Reajuste salarial	1/123
- Responsabilidade subsidiária	1/133, 1/134
- Vigia	1/141

PITAS, José

- Ação rescisória	2/210, 6/591
- Adicional de insalubridade	3/282
- Adicional de periculosidade	3/283
- Adicional por tempo de serviço	3/284
- Agravo de petição	5/473
- Apreciação das provas	3/305
- Argumentos recursais	3/306
- Assistência judiciária	6/598
- Ausência de registro da norma coletiva	3/282
- Contrato de safra	3/288
- Descansos semanais remunerados	3/308
- Diárias de viagem	3/290
- Dissídio de alçada	3/291
- Doença do trabalho	6/606
- Empresa em recuperação judicial	6/608
- Equiparação salarial	3/294
- Escala 12x36	3/298
- Estabilidade decenal	6/610
- Estabilidade provisória	3/294
- Extinção do feito	6/612
- Férias usufruídas fora do prazo	3/296
- Fundação Casa	6/613
- Honorários periciais	5/499
- Horas extras por supressão do intervalo	3/299
- Horas extras	5/502
- Intervalo intrajornada	3/299, 6/615
- Justiça gratuita	3/286
- Minutos que antecedem e sucedem a jornada	3/298
- Município de Rio das Pedras	3/302
- Notificação postal	3/303
- Plano de carreira	3/304
- Professor	6/623
- Responsabilidade subsidiária	3/311
- Sucen	3/287
- Trabalho a céu aberto	5/508
- Turno ininterrupto de revezamento	5/533, 6/632
- Turnos ininterruptos de revezamento	3/313, 6/633
- Uso de uniforme com logomarca	6/603

PÔRTO, Marcos da Silva	
- Gratificação por produtividade.....	3/307
PRADO, Adelina Maria do	
- Adicional de periculosidade.....	2/212
RAFAEL, Luis Henrique	
- Agravo de petição.....	3/285
RAVAGLIA, Caio	
- Situações especiais que impactam positivamente a aposentadoria por tempo de contribuição: estudo de caso (Artigo).....	1/5
RONDELLI, Cristiane Montenegro	
- A ginástica para se entender as transformações do direito do trabalho. Reflexões sobre o Seminário Internacional “O direito do trabalho em transformação: um confronto ítalo-brasileiro” (Artigo).....	3/240
RUFINO, Marcelo Magalhães	
- Direito do trabalho.....	4/373, 4/374, 5/487
- Férias.....	5/494, 6/612
- Responsabilidade subsidiária.....	5/528
- Ressarcimento de despesas com transporte.....	5/524
- Termo de ajustamento de conduta.....	4/409
SANCHES, Dora Rossi Góes	
- EBCT.....	6/607
SANCHES, Gislene Aparecida	
- Reflexões sobre as reformas trabalhistas: um confronto ítalo-brasileiro (Artigo).....	5/432
SANT’ANA, Antonia	
- Danos morais.....	4/370
SANTOS, Lorival Ferreira dos	
- Acidente do trabalho.....	1/58
- Adicional de atividade.....	6/593
- Administração pública.....	1/63, 5/471
- Agravo de petição.....	1/64, 1/65

- Atleta profissional	4/364
- Atleta profissional. Cessão de direito de imagem por fachada. Salário “por fora”. Natureza salarial (Íntegra de acórdão)	3/252
- Cerceamento de defesa	1/71
- Cesta básica	4/365
- Competência territorial.....	3/287
- Contratação temporária	1/72
- Contribuição confederativa e assistencial	1/74
- Contribuição sindical rural	1/75
- Contribuição sindical.....	1/75
- Dano existencial	1/77, 3/288, 5/481
- Dano moral.....	1/77, 3/289, 5/481, 5/482, 6/601, 6/602
- Danos morais e danos materiais	1/79
- Danos morais.....	4/370, 6/602
- Deserção do recurso ordinário	1/81
- Deserção do recurso	4/371
- Diferenças de FGTS	1/94, 5/494
- Dissídios da alçada (Lei n. 5.584/1970)	3/291
- Dissídios da alçada.....	5/473
- Doença do trabalho	3/292
- Embargos declaratórios.....	1/89
- Enquadramento sindical	1/89, 5/490
- Ente público	1/90
- Equiparação salarial	1/91, 5/491, 6/610
- Estabilidade gestante	4/380
- Estabilidade pré-aposentadoria	5/491
- Estabilidade	1/91
- Execução	1/91
- Férias.....	1/93, 5/494
- Gratificação por produtividade.....	1/95
- Gratificação semestral	1/70
- Grupo econômico	1/96
- Honorários advocatícios.....	1/96, 5/497, 5/498, 6/613
- Horas extras.....	1/102, 1/105, 3/298, 4/387, 5/501
- Horas <i>in itinere</i>	1/100, 4/386
- Impenhorabilidade	5/503
- Imposto de Renda	1/106
- Indenização por dano moral	5/504
- Indenização por danos materiais.....	5/505
- Indenização	6/615
- Intervalo art. 384 da CLT	1/107
- Intervalo para recuperação térmica. Exposição intermitente. Aplicação (Íntegra de acórdão).....	1/26
- Justa causa.....	1/112
- Justiça gratuita.....	1/66, 2/213, 4/363, 6/599
- Litigância de má-fé	5/510
- Município de Laranjal Paulista.....	1/116
- Prescrição.....	3/304

- Progressão funcional	1/122
- Quinquênio	1/123, 5/519
- Redução salarial	1/109
- Regime 12x36.....	1/110
- Relação de emprego doméstica	1/127
- Relação de emprego	1/127
- Responsabilidade solidária.....	1/131
- Responsabilidade subsidiária	1/131
- Rito processual sumaríssimo.....	1/136
- Servidor público	1/137, 5/530
- Suspensão do processo	5/531
- Terceirização.....	3/312
- Termo de rescisão	1/130
- Turno de revezamento.....	1/140
- Vínculo de emprego.....	1/127, 1/128, 3/308, 4/402, 5/524

SCARABELIM, Hamilton Luiz

- Honorários advocatícios	2/227
- Responsabilidade subsidiária	2/225
- Terceirização.....	2/226, 2/227, 6/632

SCARABELIM, Larissa Carotta Martins da Silva

- Fundação Casa	5/496
- Gratificação de função.....	1/95
- Inovação recursal	4/398

SILVA, João Batista da

- Abono desempenho.....	5/463
- Ação rescisória	5/463
- Acordo de compensação	5/465
- Adicional noturno	5/470
- Agravo de petição.....	4/361
- Assédio moral	4/363, 5/474
- Ausência da parte autora.....	5/475
- Concessão aeroportuária	4/367
- Descansos semanais remunerados	5/524
- Diferenças salariais	6/603
- Férias.....	5/494
- Fundação Casa	5/495
- Horas <i>in itinere</i>	5/499
- Intervalo intrajornada	4/392
- Litispêndência	6/617
- Nova perícia.....	4/397
- Oficial de manutenção da Emdec.....	6/595
- Repercussão das horas extraordinárias	5/525

- Rescisão contratual	5/526, 6/628
- Responsabilidade solidária.....	5/527
- Turnos ininterruptos.....	4/410
- Vigia.....	5/534
- Vínculo empregatício.....	5/524
- Zootecnista	4/410

SILVA, Luciane Storel da

- Acidente de trabalho. Danos morais. Danos materiais (Íntegra de acórdão).....	4/346
- Agravo de instrumento.....	4/359
- Agravo de petição.....	6/596
- Alteração contratual.....	4/367
- Contribuições previdenciárias.....	1/85
- Descanso semanal remunerado.....	6/604
- Direito do trabalho.....	1/84, 1/85, 1/86, 3/301, 3/309, 4/372, 4/373, 4/374, 4/375, 4/376, 5/486, 5/487, 6/603, 6/604, 6/605, 6/606
- Embargos de declaração.....	1/88
- Execução.....	4/382
- Expedição de ofícios.....	4/375
- Honorários advocatícios.....	5/498
- Intangibilidade salarial.....	1/85
- Intervalo do art. 384 da CLT.....	4/373
- Jornada de trabalho.....	1/84, 5/486
- Município de Álvares Machado.....	5/512
- Município de Bocaina.....	1/115
- Município de Cajuru.....	1/115
- Município de Descalvado.....	4/396
- Município de Franca.....	5/513, 6/619
- Município de Iguape.....	5/513
- Município de Mogi Mirim.....	6/619
- Município de Paulínia.....	6/619
- Município de Santa Cruz da Conceição.....	6/620
- Participação nos lucros e resultados.....	1/85
- Recurso ordinário.....	4/400, 5/522, 6/624, 6/626
- Remuneração.....	4/375
- Responsabilidade civil.....	4/374
- Superintendência de controle de endemias Sucen.....	6/623
- Turnos de revezamento.....	4/373

SILVA, Luiz José Dezena da

- Recurso ordinário.....	1/124, 3/305, 3/307, 6/623, 6/624
- Recurso ordinário. Professor municipal. Reuniões designadas a dia destinado a guarda religiosa. Inexistência de obrigação alternativa previamente estabelecida pelo empregador. Caráter justificado da ausência do empregado (Íntegra de acórdão).....	3/263

SIVERS, Eder

- Acusação de furto não comprovada	6/601
- Depósito recursal	1/81
- Extinção do processo	1/92
- Insalubridade	5/470
- Jornada de trabalho de 12x36	4/409
- Súmula n. 268 do C. TST	1/137

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz

- Assistência judiciária gratuita	5/474
- Pré-assinalação do intervalo	5/507
- Servidor público celetista	5/530
- Supressão reincidente do intervalo	5/507

SOUZA, José Pedro de Camargo Rodrigues de

- Ação rescisória	4/353
- Agravo de instrumento	4/359
- Agravo de petição	3/285, 4/360, 6/596
- Agravos internos	6/597
- Embargos de declaração	3/293, 4/378
- Jornada extenuante	4/400
- Recurso ordinário	1/124, 2/223, 3/306, 4/399, 4/400, 5/520, 5/521, 6/625, 6/626
- Recurso ordinário. Depósito recursal feito por meio de apólice de seguro. Novidade da reforma trabalhista. Aplicação imediata (Íntegra de acórdão)	4/335

SOUZA, Rita de Cássia Penkal Bernardino de

- Ação ajuizada antes da edição da reforma trabalhista	4/352
- Acidente de trabalho	5/464
- Acordo extrajudicial	6/592
- Acúmulo de funções	5/465
- Adicional de insalubridade	5/469
- Agravo de petição	5/473, 6/596
- Base de cálculo	4/358
- Danos morais e materiais	4/370
- Fraude à execução	5/493
- Intervalo do art. 384 da CLT	4/392
- Intervalo do art. 384 da CLT. Proteção ao trabalho da mulher. Constitucionalidade. Horas extras devidas (Íntegra de acórdão)	2/179
- Regime de compensação	5/533
- Sexta parte	4/358

SOUZA, Ronaldo Castelo Branco Coelho de

- Situações especiais que impactam positivamente a aposentadoria por tempo de contribuição: estudo de caso (Artigo)	1/5
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

TARGA, Maria Inês Corrêa de Cerqueira César

- Dissídio individual	3/291
- Empresa de concessão de empréstimos e financiamentos	5/505
- Jornada 12x36	1/110, 6/616
- Recurso ordinário	3/306
- Termo de ajuste de conduta	1/139

TAVEIRA, Orlando Amâncio

- Escala 12x36	4/391
- Prorrogação de jornada noturna	4/392
- Recurso ordinário	4/401
- Responsabilidade subsidiária	3/310, 4/392

TOLEDO FILHO, Manoel Carlos

- Jornada do estagiário	2/216
-------------------------------	-------

VIANNA, Ana Cláudia Torres

- Ação rescisória improcedente	4/352
- Acidente de trabalho	6/592
- Acidente do trabalho	4/354
- Adicional de insalubridade	6/594
- Atividade de risco	6/592
- Bancário	4/364
- Consultora de negócios	6/599
- Dano existencial	4/369
- Descontos indevidos	4/365
- Disfonia	4/377
- Doença ocupacional	4/377
- Execução	4/381, 4/382
- Honorários periciais técnicos	6/614
- Horas extras	4/388
- Indenização por danos morais	4/391
- Justa causa	6/617
- Liquidação de sentença	6/617
- Nulidade não caracterizada	4/396
- Recurso ordinário	4/399
- Remuneração variável	6/627
- Responsabilidade objetiva	4/404, 6/628
- Responsabilidade solidária	6/628
- Responsabilidade subsidiária	6/629
- Terceirização ilícita	4/408
- Trabalhador rural	4/409
- Vínculo de emprego	4/402

VIDOTTI, Tarcio José

- Dano moral	3/289
--------------------	-------

VIEIRA, Thelma Helena Monteiro de Toledo

- Acordo de compensação de jornada	3/282
- Nulidade.....	4/397

ZANELLA, Eduardo Benedito de Oliveira

- Ação rescisória	1/57
- Acidente do trabalho.....	1/58
- Alteração do turno de trabalho. Nulidade (Íntegra de acórdão).....	4/339
- Artigo 966, V, CPC.....	4/407
- Licença gestante.....	5/510
- Rescisão contratual	3/308

Doutrina

- Situações especiais que impactam positivamente a aposentadoria por tempo de contribuição: estudo de caso 1/5
- Ciência, independência e pluralência: de polêmicas emancipatórias..... 2/166
- A ginástica para se entender as transformações do direito do trabalho. Reflexões sobre o Seminário Internacional “O direito do trabalho em transformação: um confronto ítalo-brasileiro” 3/240
- Breve estudo sobre o teletrabalho na Itália 4/327
- Reflexões sobre as reformas trabalhistas: um confronto ítalo-brasileiro..... 5/432
- (Re)Leitura do conceito de trabalhador à luz do direito fundamental à liberdade sindical 6/559

Íntegras

- ACIDENTE DE TRABALHO. DANOS MORAIS. DANOS MATERIAIS. Rel. Luciane Storel da Silva..... 4/346

- ACIDENTE DO TRABALHO. OPERADORES DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE PRODUÇÃO. NEGLIGÊNCIA NA PROTEÇÃO FUNDAMENTAL. A modelação do metal, inicialmente artesanal, penosa e lenta, à base da força física (bigorna e martelo), evoluiu rapidamente no Século XVIII com a estamperia mecânica, produção rápida e serial da indústria de transformação do metal, inaugurando a Idade Moderna, consolidando a indústria manufatureira na busca incessante e insensata do lucro. Entretanto, havia e ainda há obstáculos a serem superados, a incompatibilidade do funcionamento uniforme do maquinário e o acionamento físico do comando mental do operário nas operações repetitivas. Este descompasso desuniforme de movimentos repetitivos, executados centenas, milhares de vezes em cada turno de trabalho, exige treinamentos e métodos constantes de prevenção de acidentes, desgraçadamente ignorados por muitos empregadores. ACIDENTE DO TRABALHO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR. Na relação de emprego, cabe exclusivamente ao empregador o dever de zelar pela segurança do ambiente de trabalho (art. 7º, inciso XXII, da Constituição), responsabilizando-se por todas as ocorrências que dele possam advir e causar qualquer mácula à saúde do empregado, o qual disponibiliza seu maior patrimônio - sua higidez. Portanto, seja por dolo, culpa ou mesmo pelos riscos da atividade empresarial, é do empregador a obrigação de reparar os danos sofridos pelo empregado (art. 7º, inciso XXVIII, da Constituição, art. 2º da CLT e art. 927, parágrafo único, do Código Civil). Rel. Dagoberto Nishina de Azevedo..... 1/33

- AGRAVO DE PETIÇÃO. TERCEIRA EMBARGANTE. PENHORA DE VEÍCULO. OCULTAÇÃO PATRIMONIAL. NÃO PROVIDO. Demonstrado nos autos que o veículo penhorado foi adquirido formalmente pela terceira embargante, ora agravante, que não possuía patrimônio condizente com o valor do bem e de mais quatro outros veículos encontrados em seu nome, o qual era utilizado pelo seu genro, sócio da empresa executada, há que ser mantida a penhora diante da comprovação de ocultação patrimonial em nome de terceiro. Agravo de petição a que se nega provimento. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann 6/582

- ALTERAÇÃO DO TURNO DE TRABALHO. NULIDADE. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella..... 4/339

- ATLETA PROFISSIONAL. CESSÃO DE DIREITO DE IMAGEM POR FACHADA. SALÁRIO “POR FORA”. NATUREZA SALARIAL. Na atualidade, a maioria dos jogadores de futebol, ao serem contratados, celebram, paralelamente ao contrato de trabalho, um contrato de cessão do direito de imagem, o qual é entabulado entre a agremiação desportiva e pessoa jurídica constituída pelo jogador para essa finalidade. Ocorre que, na maior parte dos casos, o contrato de cessão do direito de imagem é firmado pela

agremiação com o intuito fraudulento, uma vez que a maior parte da remuneração do trabalhador é feita a título de uso da imagem, posto que é ínfimo o valor do salário. No caso em estudo, o valor recebido a título de cessão de direito é nove vezes maior que o salário, e, além disso, não há demonstração de que o clube tenha efetivamente explorado o direito de imagem do trabalhador, evidenciando, assim, o intuito fraudatório do pagamento de parcela a título de cessão do direito de imagem. De se concluir, assim, que houve pagamento de salário “por fora” sob a fachada de exploração do direito de imagem. Comprovada a natureza salarial da parcela, recurso não provido, no aspecto. Rel. Lorival Ferreira dos Santos	3/252
- CONTRATO DE ESTÁGIO. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. FUNÇÃO. PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL. NORMAS CONVENCIONAIS APLICÁVEIS. VERBAS DEVIDAS. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani.....	3/268
- DANO MORAL. MAJORAÇÃO INDEVIDA. DANO MATERIAL. MULTA NORMATIVA. Rel. Alexandre Vieira dos Anjos.....	5/458
- DANO MORAL. Rel. José Otávio de Souza Ferreira	5/438
- DISPENSA DISCRIMINATÓRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. Rel. Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo	3/279
- EMPREGADA AFASTADA POR LICENÇA MÉDICA. PARTICIPAÇÃO EM FESTAS DE RODEIO PUBLICADA EM REDE SOCIAL. QUEBRA DE FIDÚCIA. JUSTA CAUSA CARACTERIZADA. É sabido que, no período de afastamento médico, não obstante a ausência do empregado ao labor e da suspensão do contrato, este está em pleno vigor, surtindo todos os efeitos legais e estando mantidos, portanto, os deveres recíprocos das partes contraentes (empregado e empregador). Assim, o comparecimento da reclamante em festas de rodeio, no período de afastamento médico por suposto “ <i>stress</i> grave e transtornos de adaptação”, aliado à sua volitiva comunicação pública, por meio de fotos e textos, na rede social Facebook, se mostra absolutamente incompatível com a postura esperada de uma empregada com tais problemas psíquicos e, ainda, com os motivos constantes do atestado médico, que teoricamente justificariam sua ausência ao labor pelo prazo de oito dias. Hipótese em que devidamente motivada a quebra de fidúcia na reclamante, a amparar a dispensa por justa causa, nos termos do art. 482 da CLT. Recurso da reclamada provido, no particular. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann.....	6/585
- EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM EXAME DO MÉRITO, POR AUSÊNCIA DE LIQUIDEZ DOS PEDIDOS. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA AJUIZADA ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI N. 13.467/2017. TEORIA DO ISOLAMENTO DOS ATOS PROCESSUAIS. O ato processual em análise é a petição inicial da ação trabalhista, distribuída em 6.11.2017 (<i>vide</i> Id. PJe 76321dc). A Lei n. 13.467/2017, por seu turno, entrou em vigor no dia 11.11.2017. Nesse espeque, considerando que ato jurídico perfeito é aquele já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou (art. 6º, § 1º, do Decreto-Lei n. 4.657/1942), a exigência de adequação da petição inicial ao quanto disposto no art. 840 da CLT - em sua atual vigência - não encontra amparo legal. Recurso do empregado provido, para afastar o decreto de extinção do processo sem exame do mérito. Rel. Eleonora Bordini Coca.....	2/198
- INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DISPENSA POR MEIO DE MENSAGEM PELO APLICATIVO WHATSAPP. Rel. José Otávio de Souza Ferreira	3/278

- INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FURTO. Rel. Eleonora Bordini Coca..... 4/341

- INDENIZAÇÕES POR DANOS MORAIS. LIMITAÇÃO AO USO DO BANHEIRO E REVISTA ÍNTIMA. Rel. Adriene Sidnei de Moura David Diamantino 2/201

- INTERVALO DO ART. 384 DA CLT. PROTEÇÃO AO TRABALHO DA MULHER. CONSTITUCIONALIDADE. HORAS EXTRAS DEVIDAS. O art. 384 da CLT não confronta com os dispositivos contidos na Carta Magna, razão pela qual foi recepcionado pela Constituição Federal, permanecendo em pleno vigor. O descumprimento de referida norma não se trata de mera infração administrativa, sendo, portanto, devido o pagamento de horas extras pela supressão do intervalo. Rel. Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza 2/179

- INTERVALO PARA RECUPERAÇÃO TÉRMICA. EXPOSIÇÃO INTERMITENTE. APLICAÇÃO. Embora no *caput* do art. 253 da CLT tenha sido feita referência ao “trabalho contínuo”, verifica-se, ao proceder à interpretação literal do dispositivo, que a expressão foi relacionada ao tempo da jornada de trabalho, e, não, ao exercício da atividade exposta ao frio. Portanto, o trabalho efetivado com exposição intermitente ao frio também enseja o direito ao intervalo para recuperação térmica. Rel. Lorival Ferreira dos Santos..... 1/26

- MANDADO DE SEGURANÇA. Rel. Evandro Eduardo Maglio..... 1/43

- PESSOA COM DEFICIÊNCIA. ARCABOUÇO JURÍDICO NACIONAL E INTERNACIONAL PARA GARANTIR TRABALHO E EMPREGO COM A OBSERVÂNCIA DE SUAS CONDIÇÕES PECULIARES. INTERPRETAÇÃO CAPAZ DE CONFERIR MÁXIMA EFETIVIDADE AOS FUNDAMENTOS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E VALOR SOCIAL DO TRABALHO. EFETIVA INCLUSÃO. Às pessoas com deficiência é destinado um arcabouço jurídico (nacional e internacional) para lhes garantir trabalho e emprego com a observância de suas condições peculiares. Citem-se, v. g.: 1) a disposição contida no art. 93, da Lei n. 8.213, de 24.7.1991; 2) o Decreto n. 3.298, de 20.12.1999, regulamentou a Lei n. 7.853/1989; 3) a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão - aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em 10.12.1948; 4) a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu Protocolo Facultativo, aprovados pela Assembleia Geral das Nações Unidas no dia 6 de dezembro de 2006, através da resolução A/61/611, e promulgada pelo Decreto n. 6.949, de 25.8.2009; 5) a Recomendação 99, de 25.6.1955, da Organização Internacional do Trabalho - OIT; 6) a Convenção 111, de 26.6.1958, da OIT, aprovada pelo Decreto Legislativo n. 104, de 24.11.1964, ratificada em 26.11.1965 e promulgada pelo Decreto n. 62.150; 7) a Convenção 159 da OIT, de 20.6.1983, aprovada pelo Decreto Legislativo n. 51, de 25.8.1989, promulgada pelo Decreto n. 129, de 22.5.1991; 8) a Recomendação 168, de 20.6.1983, que suplementa a convenção relativa à reabilitação profissional e emprego de 1983 e a Recomendação relativa à reabilitação profissional de 1955. Denota-se que há amplo arcabouço jurídico diferenciado disponível para a proteção das pessoas com deficiência, que deve ser interpretado, sempre e sem exceção, de modo a conferir máxima efetividade aos fundamentos da República Federativa do Brasil, mormente a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho. O direito à autodeterminação dos indivíduos, possibilitando-os o desenvolvimento pleno de suas faculdades físicas e mentais, somente pode ser efetivado pelo reconhecimento de que todos os trabalhos, independentemente de quem os exerça, são imprescindíveis para o atingimento da justiça social. Obviamente que toda

essa sistemática argumentativa sobreleva-se a um novo patamar quando o trabalhador em questão é pessoa com deficiência. Não se pode descurar da ideia de que, em regra, ele é alijado do mercado de trabalho e aviltado em sua dignidade, sujeitando-se a condições pouco dignas unicamente porque precisa, em termos vulgares, sentir-se útil para a sociedade. Dentro desse contexto, torna-se nefasto o quadro pintado pela grande maioria das grandes empresas que empregam pessoas com deficiência. A mentalidade que predomina, não raro, é aquela no sentido de que basta cumprir a cota imposta pela lei para que a obrigação da empresa esteja cumprida. Nada mais equivocado e falacioso. Com efeito, apenas empregar a pessoa com deficiência é passo muito pequeno rumo à sustentabilidade social. É imprescindível que todas as condições necessárias para a realização de seu labor em situação de decência e dignidade sejam asseguradas e implementadas. Do contrário, o resultado será uma exposição desnecessária de pessoas que já se encontram em situação de grande dificuldade. Dessa forma, a proteção ao emprego da pessoa com deficiência busca a inclusão efetiva dessas pessoas.

PESSOA COM DEFICIÊNCIA. NECESSIDADE DE CIRURGIA CONHECIDA PELA EMPREGADORA. DISPENSA DISCRIMINATÓRIA PRESUMIDA. VIOLAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE. Conforme fundamentação supra, o direito das pessoas com deficiência ao trabalho, como concretização do princípio da dignidade da pessoa humana, norteia a legislação interna e internacional. É fundamento da República a promoção do bem de todos, sem qualquer forma de discriminação (art. 3º, inciso VI). Por sua vez, qualquer prática discriminatória fere o princípio da igualdade, previsto no *caput* do art. 5º da Constituição Federal, e implica violação ao inciso III, art. 3º, CF/1988, que estabelece que um dos objetivos da República é a erradicação das desigualdades sociais, também mencionada no art. 170, inciso VII. O art. 7º, inciso XXXI, preceitua que é proibida qualquer discriminação no tocante a salários e critérios de admissão. O combate à discriminação no trabalho deriva diretamente do combate a todas as formas de discriminação, missão prevista na Declaração Universal dos Direitos do Homem. Estamos diante de normas de direitos fundamentais que dão concretude aos direitos humanos, irradiando eficácia sobre todas as relações jurídicas, informando e condicionando a atividade pública e privada. Neste contexto, o exercício do poder diretivo pelo empregador encontra limites, sobretudo em razão dos princípios fundamentais de proteção à dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho (art. 1º, III e IV, da CF/1988; Convenção 111 da OIT e art. 1º da Lei n. 9.029/1995). No caso dos autos, o preposto da empresa reconheceu que teve conhecimento, no curso do contrato, da necessidade de cirurgia, em breve. Neste contexto, presume-se discriminatória a dispensa e cabia à demandada o ônus de comprovar fato impeditivo, modificativo ou extintivo, nos termos do art. 818 da CLT e 373, II, do novo CPC (art. 333, inciso II, do CPC de 1973), encargo do qual não se desincumbiu a contento. Pelo contrário. Restou evidenciada a dispensa discriminatória, em afronta aos princípios da dignidade da pessoa humana, do valor social do trabalho e da função social da empresa, ofendendo a honra e dignidade do trabalhador. A empregadora privilegiou a atividade econômica, em detrimento da proteção da saúde e preservação da dignidade do trabalhador com deficiência que realizaria cirurgia em breve.

DISPENSA DISCRIMINATÓRIA E OBSTATIVA. INDENIZAÇÃO EM DOBRO. ART. 4º, II, DA LEI N. 9.029/1995. PERÍODO DE AFASTAMENTO. TERMO FINAL. PRIMEIRA DECISÃO. SÚMULA N. 28/TST. Configurada, portanto, a dispensa discriminatória, incide a indenização por danos materiais fixada no art. 4º, II, da Lei n. 9.029 de 1995, correspondente ao dobro dos salários até a data da primeira decisão que reconhece a dispensa discriminatória e defere a indenização (Súmula n. 28 do C. TST). Recurso da reclamada improvido e recurso do reclamante provido para condenar a empregadora ao pagamento de indenização correspondente ao dobro das remunerações, desde a dispensa até data da publicação da presente decisão, com fulcro no art. 4º, II, da Lei n. 9.029/1995. Rel. João Batista Martins César 5/439

- RECURSO ORDINÁRIO. DEPÓSITO RECURSAL FEITO POR MEIO DE APÓLICE DE SEGURO. NOVIDADE DA REFORMA TRABALHISTA. APLICAÇÃO IMEDIATA. A aplicação imediata das normas processuais típicas, como são aquelas que tratam de pressupostos recursais, têm plena incidência nos processos em curso, por força dos arts. 912 e 915 da CLT, bem como do art. 1.046 do CPC. Assim é e deve ser para os apelos protocolados na vigência do § 11 do art. 899 da CLT, introduzido pela Lei n. 13.467/2017, que torna possível e adequada a apresentação de apólice de seguro, em valor correspondente ao depósito recursal ou ao valor arbitrado para a condenação, com indicação do número do processo e das partes, sempre à disposição do Juízo. Recurso conhecido. Rel. José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza 4/335

- RECURSO ORDINÁRIO. PROFESSOR MUNICIPAL. REUNIÕES DESIGNADAS A DIA DESTINADO A GUARDA RELIGIOSA. INEXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO ALTERNATIVA PREVIAMENTE ESTABELECIDADA PELO EMPREGADOR. CARÁTER JUSTIFICADO DA AUSÊNCIA DO EMPREGADO. O art. 5º, VIII, da CF estabelece, como princípio, o pleno respeito à crença religiosa e às convicções filosóficas ou políticas do cidadão. Estabelece, por igual, que o indivíduo somente será alijado de seus direitos quanto invocar tais crenças ou convicções para se eximir de obrigação a todos imposta e, ao mesmo tempo, se recusar a cumprir obrigação alternativa prevista em lei. No caso vertente, não havendo prévio estabelecimento de prestação alternativa à obrigação, imposta a todos os professores municipais, de comparecimento a reuniões designadas para as noites de sexta-feira (dia de guarda na religião professada pela reclamante), não há como se apenar a obreira com base na sua ausência a tais eventos, mercê da regra constitucional de respeito às suas convicções religiosas. Recurso obreiro a que se dá provimento. Rel. Luiz José Dezena da Silva 3/263

- RELAÇÃO JURÍDICA HAVIDA ENTRE AS PARTES. CONTRATO DE NATUREZA CIVIL VÁLIDO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. AUTÔNOMO. O ato jurídico perfeito, contrato revestido de todas as formalidades legais que lhe são pertinentes, é de tal importância para a sociedade que é protegido até em relação ao ordenamento jurídico posterior, justamente para garantir a segurança das relações das partes - art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição da República -, de forma que, após o ato surtir seus efeitos, não se pode desfazer aquilo a que se obrigou e pretender sua anulação ab ovo. Equiparado o contrato à lei é que defluiu a máxima - "*pacta sunt servanda*" -, segundo a qual os contratos devem ser sempre respeitados, na forma pactuada, enquanto legalmente constituídos. O trabalhador autônomo pode receber diretrizes do tomador de serviços, pois estas são próprias da bilateralidade dos contratos deste tipo, não configurando, por isso, a subordinação exigida para a relação de emprego. Válido contrato de prestação de serviços firmado entre as partes, as condições estipuladas livremente estão imunes às mudanças bruscas e repentinas. Não se reconhece vínculo de emprego, pois a autoridade judicial não pode desfazer, reformar e transformar uma situação pactuada e cumprida na forma estipulada. Rel. Dagoberto Nishina de Azevedo 2/177

- RESPONSABILIDADE CIVIL POR ACIDENTE DO TRABALHO. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri 3/248

- TERCEIRIZAÇÃO FRAUDULENTA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATRAVÉS DE EMPRESA INTERPOSTA. A contratação de serviços ligados à atividade fim da fabricante dos produtos, comercializados por intermédio de empresa interposta, com a evidente finalidade de afastar a responsabilidade da terceira reclamada pelos créditos devidos aos empregados contratados pela suposta distribuidora que, na verdade, era um prolongamento da fabricante, agindo as reclamadas em autêntico conluio para

mascarar verdadeira intermediação de mão de obra, enseja a responsabilidade solidária das empresas, nos termos dos arts. 8º e 9º, ambos da CLT, c/c art. 942 do Código Civil, de aplicação subsidiária ao Direito do Trabalho. Recurso do reclamante a que se dá provimento. Rel. José Otávio de Souza Ferreira 2/193

Ementário de Jurisprudência

ABONO

- Abono desempenho. Natureza jurídica. Integração salarial. Reflexos 5/463
- Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Penápolis. Leis municipais. Abonos fixos. Incorporação. Reajustes salariais diferenciados. Diferenças salariais devidas 1/57

AÇÃO

- Ação ajuizada antes da edição da reforma trabalhista e arquivada por ausência do reclamante. Regras de direito intertemporal. Inaplicabilidade do art. 844, § 3º, da CLT, acrescentado pela Lei n. 13.467/2017, que exige o recolhimento de custas processuais como condição para o ajuizamento de nova demanda 4/352
- Ação ajuizada após a vigência da Lei n. 13.467/2017. Pedido sem indicação de valor. Extinção do feito afastada, pois ausente intimação da parte autora para emendar a petição inicial. Interpretação dos arts. 840, § 1º, da CLT e 321 do CPC 4/352
- Ação cautelar inominada. Julgamento do recurso ordinário. Reclamação trabalhista. Ação principal. Perda do objeto da medida cautelar. Extinção 3/281
- Ação coletiva. Ausência de intimação do MPT em processo que deveria atuar. Inexistência de prejuízo. Nulidade processual. Não configuração 5/463
- Ação de cobrança. Contribuição sindical rural. Notificação pessoal do sujeito passivo. Necessidade 5/463
- Ação de indenização. Prescrição. Início da contagem somente a partir da ciência inequívoca do dano indenizável 4/352
- Ação de indenização. Prescrição. Início da contagem somente a partir da ciência inequívoca do dano indenizável e do nexo causal 3/281
- Ação idêntica arquivada. Prescrição bienal. Interrupção. Reinício da contagem 3/281
- Ação rescisória improcedente. Violação ao § 3º do art. 511 da CLT não configurada 4/352
- Ação rescisória. Citação inválida. Ofensa à literal disposição de lei. Cabimento. Súmula n. 412 do C. TST 4/353
- Ação rescisória. Citação sem observância aos preceitos legais, culminando em prejuízo à parte. Endereço errôneo. Nulidade absoluta. Procedência 4/353
- Ação rescisória. Decadência. Termo inicial 4/353
- Ação rescisória. Falta de citação. Irregularidade reconhecida. Presunção legal destruída. Relevância do tema. Precedentes do E. STF. Orientação Jurisprudencial n. 6 da SDI-3 deste Tribunal 4/353
- Ação rescisória. Gerente geral de agência bancária. Cargo de confiança. Horas extras. Violação do art. 62, II, da CLT. Súmula n. 287 do C. TST 4/353
- Ação rescisória. Honorários advocatícios. Violação de lei (art. 14 da Lei n. 5.584/1970) configurada. Aplicação das Súmulas n. 219 e 329 do C. TST. Hipótese prevista no art. 966, V, do NCPC 6/591
- Ação rescisória. Pretensão de desconstituição de v. acórdão deste Tribunal Regional do Trabalho. Amparada no inciso V do art. 485 do CPC/1973. Base de cálculo do adicional de insalubridade. Matéria controvertida nos tribunais. Julgamento anterior à edição da Súmula Vinculante n. 4 do E. STF. Afronta à coisa julgada. Violação de dispositivo de lei não verificada. Improcedência 6/591

- Ação rescisória. Pretensão de desconstituição de v. acórdão deste Tribunal Regional do Trabalho. Amparada no inciso V do art. 485 do CPC/1973. Reexame de fatos e provas. Improcedência	2/210
- Ação rescisória. Procedência. Prova falsa. Inciso VI, art. 966, CPC.....	6/591
- Ação rescisória. Vício citatório. <i>Querela nullitatis</i> . Princípio da instrumentalidade das formas	5/463
- Ação rescisória. Violação a dispositivo de lei. Interpretação razoável conferida à matéria. Improcedência	1/57
- Ação rescisória. Violação de lei. Decisão rescindenda com mais de um fundamento. Impugnação parcial. Improcedência.....	2/210
- Ação revisional. Professor. Modificação do estado de fato em decorrência da extinção do curso em que ministrava aulas. Relação jurídica de caráter continuativo. Inteligência do disposto no art. 505 do CPC/2015, aplicável por compatível com o processo trabalhista.....	3/281

ACIDENTE

- Acidente de trabalho fatal. Danos morais e materiais. Indenização. Responsabilidade civil do empregador. Transporte rodoviário de cargas. Motorista de caminhão	5/463
- Acidente de trabalho típico. Indenização por danos moral e material. Cabimento	5/525
- Acidente de trabalho	3/281
- Acidente de trabalho. Afastamento inferior a 15 dias. Estabilidade provisória. Não cabimento	4/387
- Acidente de trabalho. Culpa do empregador. Danos morais. Cabimento.....	5/517
- Acidente de trabalho. Culpa do empregador. Danos moral e material. Configuração	4/354
- Acidente de trabalho. Culpa exclusiva da vítima não comprovada. Responsabilidade do empregador em indenizar os danos decorrentes. Súmula n. 38 deste E. Regional	5/464
- Acidente de trabalho. Culpa exclusiva da vítima. Indenizações por dano material e moral indevidas.....	4/354
- Acidente de trabalho. Culpa exclusiva do empregado	1/112
- Acidente de trabalho. Danos moral e material. Indenização. Acidente de trajeto. Veículo próprio. Motocicleta. Culpa ou dolo do empregador. Prova.....	5/464
- Acidente de trabalho. Despedida indireta. Estabilidade. Dano moral. Prova. Não cabimento	1/57
- Acidente de trabalho. Doença ocupacional. Ausência de nexo de causalidade. Ausência de incapacidade laboral. Reparação indevida	1/57
- Acidente de trabalho. Empregado vítima de assalto, durante a jornada de trabalho. Indenização por dano moral. Cabimento.....	5/464
- Acidente de trabalho. Houve corte no braço, sem maiores consequências. Afastamento por 15 dias. Inexistência de direito à estabilidade provisória prevista no art. 118 da Lei n. 8.213/1991	1/57
- Acidente de trabalho. Prescrição. Marco da fluência do prazo. Alta previdenciária.....	6/592
- Acidente de trabalho. Queda de escada. Dano moral, material e estético. Culpa subjetiva do empregador. Configuração.....	4/398
- Acidente de trajeto. Uso de bicicleta. Indenização. Não cabimento.....	5/464
- Acidente do trabalho. Comprovação de nexo concausal. Presença de nexo técnico epidemiológico indenizações por dano material e moral devidas	1/58
- Acidente do trabalho. Culpa exclusiva da vítima. Pretensão de indenização por danos materiais e morais. Inexistência de responsabilidade reparatória para o empregador.....	5/464

- Acidente do trabalho. Dano decorrente do meio ambiente do trabalho. Culpa exclusiva da vítima não comprovada. Responsabilidade civil do empregador.....	1/58
- Acidente do trabalho. Indenização por danos moral e estético. Premissas	2/210
- Acidente do trabalho. Inocorrência de culpa ou dolo do empregador. Ausência do dever de indenizar	1/108
- Acidente do trabalho. Não comprovação. Trauma anterior. Indenização indevida	4/354
- Acidente do trabalho. Responsabilidade civil do empregador	1/58
- Acidente típico de trabalho. Culpa exclusiva da vítima. Não comprovação. Indenização por danos morais. Cabimento	5/499
- Acidente típico de trabalho. Sequela incapacitante. Indenização por danos materiais, morais e estéticos. Cabimento	5/465

ACORDO

- Acordo de compensação de horas. Sobrelabor. Descaracterização. Súmula n. 85, IV, do TST	5/465
- Acordo de compensação de jornada. Atividade insalubre. Ausência da licença prévia da autoridade competente em higiene do trabalho. Não validade	3/282
- Acordo de compensação de jornada. Labor habitual aos sábados. Descaracterização	4/365, 4/398
- Acordo extrajudicial. Quitação apenas das verbas nele especificadas	5/465
- Acordo extrajudicial. Rescisão contratual. Jurisdição voluntária. Art. 855-B da CLT. Incluído pela Lei n. 13.467/2017. Ausência de boa-fé objetiva na relação obrigacional. Homologação judicial negada. Aplicação da Súmula n. 418 do C. TST	6/592
- Acordo. Excesso de execução. Inocorrência.....	4/397
- Aplicação da CCT em detrimento do ACT. Art. 620 da CLT. Indevida. Teoria do conglobamento	4/354, 5/511
- Ausência de registro da norma coletiva no ministério do trabalho. Mera infração administrativa.....	3/282
- Cláusula normativa. Descumprimento. Aplicação da multa pactuada...4/390, 5/464, 5/468, 5/532	
- Cláusula normativa. Entrega de relação de empregados. Descumprimento. Aplicação da multa pactuada. Cabimento	4/355
- Da jurisdição voluntária para homologação de acordo extrajudicial.....	4/355
- Homologação de acordo. Fixação de prazo para informar o descumprimento, sob pena de presunção de quitação	2/210
- Normas coletivas. Aplicabilidade	4/395
- Normas coletivas. Categoria econômica. Base territorial estadual. Cumprimento. Cabimento	4/355
- Pirelli Pneus Ltda. Acordo coletivo de trabalho. Súmula n. 437, item II, do C. TST. Intervalo intrajornada. Redução. Impossibilidade.....	1/58
- Rescisão por comum acordo. Configuração.....	3/286

ACÚMULO DE FUNÇÕES

- Acúmulo de função. Caracterização.....	2/210
- Acúmulo de função. Não caracterização	1/103
- Acúmulo de função. Não configuração.....2/211, 2/212, 5/468, 5/501, 6/592	
- Acúmulo de funções caracterizado direito a acréscimo salarial	4/355
- Acúmulo de funções. Atividades conexas à função assumida. Não constatado de-sequilíbrio no pacto laboral. Não configurado	5/465
- Acúmulo de funções. Caracterizado. Direito a acréscimo salarial.....	1/59, 5/465

- Acúmulo de funções. Diferenças salariais indevidas.....	4/356
- Acúmulo de funções. Exercício de funções compatíveis com aquelas contratadas. Plus salarial indevido	4/356, 5/466, 6/592
- Diretor de escola. Acúmulo de função. Não configuração.....	5/463
- Remuneração. Acúmulo de função. Art. 456 da CLT. Não caracterização	1/59

ADESÃO

- Adesão a Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI). Reforma da OJ n. 270 da SBDI-1 do C. TST, pelo plenário do STF, em sessão do dia 30.4.2015	5/466
- Adesão ao plano de apoio à aposentadoria. Caixa Econômica Federal.....	6/593
- Aviso-prévio. Adesão a Plano de Incentivo à Aposentadoria (PIA). Demissão sem justa causa. Não configuração	5/466

ADICIONAL

- Adicionais de periculosidade e de insalubridade. Possibilidade de acumulação.....	1/59
- Adicionais de periculosidade e insalubridade. Cumulação. Indevida	3/282, 4/356
- Adicionais de periculosidade e insalubridade. Impossibilidade de cumulação.....	5/466
- Adicionais de periculosidade. Prova pericial. Não cabimento	4/367
- Adicional de acúmulo de funções e reflexos. Cabimento	5/466
- Adicional de Atividade de Distribuição e/ou Coleta externa. Cumulação com o adicional de periculosidade	6/593
- Adicional de insalubridade (grau médio). Contato com agente insalubre (biológico). Anexo 14 da NR-15 do Ministério do Trabalho. Possibilidade.....	2/211
- Adicional de insalubridade e adicional de periculosidade. Cumulação. Possibili- dade	3/282
- Adicional de insalubridade e periculosidade. Rejeição da perícia.....	2/211
- Adicional de insalubridade.....	5/468
- Adicional de insalubridade. Agente comunitária de saúde. Ausência de contato permanente com pacientes. Atividades habituais de orientação e conscientização. Indevido	5/466
- Adicional de insalubridade. Agentes biológicos.....	5/467
- Adicional de insalubridade. Agentes biológicos. Prova pericial. Cabimento.....	1/60
- Adicional de insalubridade. Atividade a céu aberto. Exposição ao calor. OJ-SDI1-173 do TST	3/282
- Adicional de insalubridade. Base de cálculo. Súmula Vinculante n. 4 do STF.....	5/467
- Adicional de insalubridade. Base de cálculo. Suspensão da Súmula n. 228 do C. TST. Manutenção do salário-mínimo como base de cálculo até que sobrevenha lei ou norma coletiva dispondo sobre o tema.....	5/467
- Adicional de insalubridade. Caracterização. Higienização de banheiros e coleta de lixo em locais destinados ao tratamento da saúde humana. Aplicação do item II da Súmula n. 448 do C. TST	3/282
- Adicional de insalubridade. Caracterização. Prova técnica. Efeitos.....	2/211
- Adicional de insalubridade. Coleta de lixo e limpeza de banheiros. Ausência de equivalência a trabalho com lixo urbano em contato com esgotos. Indevido.....	5/483
- Adicional de insalubridade. Coleta de lixo e limpeza de banheiros de escola pública. Ausência de equivalência a trabalho em contato com esgotos. Indevido. Exegese da Súmula n. 448 do C. TST	5/467
- Adicional de insalubridade. Contato com amianto crisotila. Observância dos limites de tolerância impostos pelo Anexo n. 12 da NR-15 do MTE. Indevido	6/594

- Adicional de insalubridade. Contato eventual com agente insalubre. Indevido	1/60
- Adicional de insalubridade. Copeira. Prova pericial. Grau máximo. Não cabimento.....	2/211
- Adicional de insalubridade. Cozinha. Trabalho em ambiente fechado. Exposição a calor acima da tolerância.....	4/356
- Adicional de insalubridade. Cumulação de adicionais por exposição a agentes insalubres diversos. Impossibilidade	3/282
- Adicional de insalubridade. Cumulação. Agentes nocivos diversos. Não cabimento.....	5/467
- Adicional de insalubridade. Direito	5/468
- Adicional de insalubridade. Exposição a agentes insalubres na forma das normas regulamentadoras pertinentes. Devido.....	4/356, 6/593
- Adicional de insalubridade. Exposição a ruído. Limites de tolerância	2/211
- Adicional de insalubridade. Fornecimento dos EPIs necessários para a eliminação da insalubridade. Indevido.....	5/533
- Adicional de insalubridade. Frio. Prova pericial. Cabimento	5/468
- Adicional de insalubridade. Fundação Casa. Unidade de internação de menores infratores. Agente de apoio socioeducativo. Não cabimento.....	1/60
- Adicional de insalubridade. Fundação Casa. Unidade de internação de menores infratores. Agente de apoio socioeducativo. Prova insuficiente.....	1/60
- Adicional de insalubridade. Grau máximo. Laudo pericial. Caracterização.....	1/60
- Adicional de insalubridade. Limpeza de banheiro em estabelecimento comercial.....	5/468
- Adicional de insalubridade. Limpeza de banheiros em estabelecimento privado. Inexistente	1/60
- Adicional de insalubridade. Limpeza e higienização de sanitários e coleta de lixo em banheiros de uso coletivo	1/61
- Adicional de insalubridade. Merendeira (cozinha) de escola municipal. Município de Itacemópolis. Indevido.....	1/61
- Adicional de insalubridade. Monitora de creche municipal. Não cabimento.....	1/61
- Adicional de insalubridade. Monitora de creche municipal. Não cabimento. Atividade não classificada como insalubre na portaria do Ministério do Trabalho. Inteligência da Súmula n. 448 do C. TST	1/61
- Adicional de insalubridade. Não cabimento.....	1/61, 5/468
- Adicional de insalubridade. Não utilização dos equipamentos de segurança. Hotel para cães	6/594
- Adicional de insalubridade. Pedreiro e servente de pedreiro. Produtos químicos. Cimento. Possibilidade	1/61, 4/356, 6/594
- Adicional de insalubridade. Prova pericial. Direito.....	4/380
- Adicional de insalubridade. Reflexos. Natureza	3/283
- Adicional de insalubridade. Rejeição da perícia	3/283
- Adicional de insalubridade. Ruído. Frio prova pericial.....	5/469
- Adicional de insalubridade. Ruído. Prova pericial	2/220, 5/499
- Adicional de insalubridade. Rural. Calor.....	5/469
- Adicional de insalubridade. Rural. Trabalho a céu aberto. Exposição ao calor. Adicional devido.....	4/357
- Adicional de insalubridade. Trabalhador rural. Trabalho a céu aberto. Exposição a calor. Cabimento.....	1/105, 4/369, 5/469
- Adicional de insalubridade. Trabalho a céu aberto. Devido.....	3/283
- Adicional de insalubridade. Trabalho a céu aberto. Exposição a radiações solares. Calor excessivo. Possibilidade	4/357, 6/593
- Adicional de insalubridade. Utilização de EPI dentro do prazo de validade. Ônus da prova do empregador	5/469

- Adicional de periculosidade e reflexos. Cabimento	2/218
- Adicional de periculosidade. Acompanhamento do abastecimento de veículo automotor, por tempo reduzido. Indevido (inteligência da Súmula n. 364 do c. TST).....	2/212
- Adicional de periculosidade. Art. 193, inciso I, da CLT. Energia elétrica. Aplicabilidade a partir da regulamentação pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ocorrida com a Portaria n. 1.078/2014, publicada em 17.7.2014.....	1/61
- Adicional de periculosidade. Atividades com motocicleta. Marco inicial dos efeitos pecuniários	1/126
- Adicional de periculosidade. Contato intermitente com agente perigoso inserido na rotina de trabalho do reclamante. Adicional devido	4/357
- Adicional de periculosidade. Eletricista. Cabimento. Prova pericial	5/489
- Adicional de periculosidade. Exposição habitual.....	2/212, 3/283
- Adicional de periculosidade. Fundação Casa. Agente de apoio socioeducativo. Possibilidade.....	3/283
- Adicional de periculosidade. Fundação Casa. Agente educacional, de apoio socioeducativo. Aplicação do art. 193, II, da CLT. Impossibilidade	1/62
- Adicional de periculosidade. Ingresso e permanência na área de risco. Apenas acompanha o abastecimento do veículo. Inexistência de direito ao referido adicional.....	3/283
- Adicional de periculosidade. Instrutor de motocicleta. Funcionário de auto moto escola. Inteligência do § 4º do art. 193 da CLT, do Anexo 5 da NR-16, Portaria Ministerial n. 1.565/2014	5/469
- Adicional de periculosidade. Montador de móveis. Uso de motocicleta. Não cabimento.....	5/532
- Adicional de periculosidade. Não cabimento. Motorista. Abastecimento. Inocorrência. Permanência em área de risco.....	5/482
- Adicional de periculosidade. Serviços de telefonia. Cabimento. Prova pericial.....	5/470
- Adicional de periculosidade. Súmula n. 77 do E. TRT.....	6/594
- Adicional de periculosidade. Vigia	4/358
- Adicional de periculosidade. Vigia. Não cabimento.....	2/212, 5/506
- Adicional de periculosidade. Vigilantes. Efeitos pecuniários	4/358
- Adicional de transferência. Indevido. Mudança de domicílio não comprovada	1/119
- Adicional de transferência. Não cabimento	4/403
- Adicional noturno. Horas em prorrogação	5/503, 5/507
- Adicional noturno. Jornada diurna em prorrogação à noturna. Efeitos	1/62
- Adicional noturno. Prorrogação em horário diurno. Súmula n. 60, I, do TST	5/470
- Adicional noturno. Prorrogação. Jornada das 23h25 às 7h. Indevida	6/594
- Adicional por acúmulo de funções indevido. Tarefas realizadas conforme contratação.....	2/212
- Adicional por desvio de funções indevido. Tarefas realizadas conforme contratação.....	3/283
- Adicional por tempo de serviço (quinqüênios). Art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo. Aplicável ao servidor regido pela CLT	1/62, 2/212, 4/358
- Adicional por tempo de serviço. Anuênio. Diferenças. Base de cálculo. Violação do art. 37, XIV, da CF. Não configuração	3/284
- Adicional por tempo de serviço. Base de cálculo. Autarquia estadual paulista	1/62
- Adicional por tempo de serviço. Direito extensivo ao empregado público	4/358
- Adicional por tempo de serviço. Quinquênio. Servidor público celetista do Estado de São Paulo. Fundação Casa. Lei Estadual n. 6.628, de 27 de dezembro de 1989.....	4/358, 5/470
- Adicional por tempo de serviço. Quinquênio. Servidor público celetista do Estado de São Paulo. Fundação Casa. Lei Estadual n. 6.628, de 27 de dezembro de 1989. Base de cálculo. Remuneração.....	1/62, 3/284

- Adicional por tempo de serviço. Quinquênio. Servidor público celetista do Estado de São Paulo. Lei Estadual n. 6.628, de 27 de dezembro de 1989. Base de cálculo. Remuneração	1/63
- Adicional por tempo de serviço. Quinquênio. Servidor público vinculado ao regime celetista.....	5/470
- Adicional por tempo de serviço. Quinquênios. Art. 129 da Constituição estadual de São Paulo. Extensão aos servidores públicos celetistas.....	5/470
- Base de cálculo. Adicional por tempo de serviço. Quinquênios. Vencimento básico do servidor público estadual.....	5/470
- Cumulação dos adicionais de insalubridade e de periculosidade. Impossibilidade.....	1/61
- Diferenças de adicional de insalubridade. Agentes comunitários de saúde. Inexistência	3/284
- Direito aos adicionais de insalubridade e de periculosidade. Opção pelo adicional mais benéfico ao trabalhador por ocasião da execução. Arts. 193, § 2º, e 194 da CLT	5/488
- Direito aos adicionais de insalubridade e de periculosidade. Possibilidade de opção pelo adicional mais benéfico ao trabalhador por ocasião da execução	6/592
- Empregado público. Adicional sexta parte. Base de cálculo	5/471
- Eucatex S. A. Indústria e Comércio. Ajudante de produção. Adicional de insalubridade (grau médio). Contato com agente físico (ruído). Anexo 1 da NR-15 do Ministério do Trabalho. Possibilidade	2/212
- Fundação Casa. Adicional de periculosidade. Agente de apoio socioeducativo. Devido	3/284
- Insalubridade. Radiações solares. Previsão legal.....	5/470
- Oficial de manutenção da Emdec. Labor em contato com reeducandos. Periculosidade não constatada. Adicional de periculosidade indevido	6/595
- Periculosidade. Exposição a agentes inflamáveis. Adicional devido.....	5/470
- Sexta parte. Base de cálculo. Lei orgânica municipal	4/396
- Sexta parte. Base de cálculo. Município de Urupês.....	1/63
- Sexta parte. Direito previsto no art. 129 da Constituição estadual de São Paulo. Extensão aos servidores celetistas	4/358
- Sexta parte. Extensão aos empregados públicos de autarquia estadual. Art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo	5/471
- Sexta parte. Pagamento a servidores celetistas. Improcedência.....	4/366
- Varredor de rua. Adicional de insalubridade em grau máximo. Contato com lixo urbano	4/359

ADMINISTRAÇÃO

- Administração pública. Cargo em comissão ou temporário. Vínculo jurídico-administrativo. Incompetência material da Justiça do Trabalho	5/471
- Administração pública. Prestação de serviços sem prévia aprovação em concurso público. Inteligência da Súmula n. 363 do c. TST	2/212
- Administração pública. Terceirização de serviços. Responsabilidade subsidiária. Reconhecimento.....	1/63, 5/471

AGENTE

- Agente comunitário de saúde. Incidência do piso nacional.....	4/359
-----------------------------------------------------------------	-------

AGRAVO

- Agravo de instrumento em recurso ordinário. Benefício da justiça gratuita. Pessoa física. Litigância de má-fé..... 4/359
- Agravo de instrumento em recurso ordinário. Custas processuais. Recolhimento a menor. Complementação. Deserção saneada 4/359
- Agravo de instrumento em recurso ordinário. Depósito recursal irregular. Alteração legislativa. *Vacatio legis*. Tempo mais do que suficiente para a adaptação 4/359
- Agravo de instrumento. Decisão que denega seguimento a agravo de petição. Ofensa ao princípio da ampla defesa. Decisão interlocutória. Execução. Possibilidade..... 4/360
- Agravo de instrumento. Denegação de recurso ordinário por diferenças de custas. Recolhimento insuficiente. Possibilidade de concessão de prazo para complementação. Inteligência do art. 1.007, § 2º, do CPC e OJ n. 140 da SBDI-1 do C. TST, alterada em 17.4.2017 1/64
- Agravo de instrumento. Deserção. Custas. Concessão da assistência judiciária gratuita postulada em recurso ordinário interposto após a entrada em vigor da Lei n. 13.467/2017. Possibilidade..... 5/471
- Agravo de instrumento. Gratuidade da justiça. Matéria posta em recurso ordinário. Impossibilidade de o MM. Juízo *a quo* denegar seguimento ao recurso. Cerceamento de defesa configurado 4/362
- Agravo de instrumento. Pedido de destrancamento do recurso ordinário..... 1/64
- Agravo de instrumento. Reclamante hipossuficiente. Justiça gratuita. Custas processuais decorrentes do arquivamento da reclamação trabalhista por ausência do autor na audiência inaugural. Ação ajuizada antes da vigência da Lei n. 13.467/2017 (reforma trabalhista). Inaplicabilidade do § 2º do art. 844 da CLT introduzido pela lei nova 6/595
- Agravo de instrumento. Recurso ordinário. Deserção. Depósito recursal. Isenção. Pessoa jurídica. Justiça gratuita. Insuficiência financeira e patrimonial. Prova..... 1/64, 6/595
- Agravo de instrumento. Recurso ordinário. Deserção. Depósito recursal. Isenção. Pessoa jurídica. Justiça gratuita. Alcance 1/64
- Agravo de instrumento. Recurso ordinário. Processo de alçada. Lei n. 5.584/1970. Irrecorribilidade. Matéria constitucional. Processamento 6/595
- Agravo de petição contra decisão que não conhece/rejeita exceção de pré-executividade. Natureza interlocutória. Incabível 5/472
- Agravo de petição em embargos de terceiro. Adjudicação ocorrida no juízo cível. Insubsistência da penhora posteriormente realizada pelo juízo trabalhista 4/360
- Agravo de petição em embargos de terceiro. Fraude à execução. Não caracterização 1/64
- Agravo de petição em embargos de terceiro. Registro da escritura pública de compra do bem penhorado em data posterior à do ajuizamento da ação. Boa-fé do terceiro. Insubsistência da penhora 1/64
- Agravo de petição. Acordo celebrado pelas reclamadas, ao tempo em que já estavam em recuperação judicial. Ajuste não cumprido, malgrado habilitação. Desconsideração da personalidade jurídica. Execução dos sócios. Possibilidade. Jurisprudência do C. STJ 4/360
- Agravo de petição. Adesão ao regime de desoneração da folha de pagamento. Lei n. 12.546/2011. Cálculos. Contribuição previdenciária..... 5/472
- Agravo de petição. Art. 523 do CPC/2015. Inaplicabilidade no processo trabalhista.....3/284
- Agravo de petição. Ausência de garantia. Deserção. Não conhecimento..... 4/361
- Agravo de petição. Bem de família. Lei n. 8.009/1990. Impenhorabilidade 1/65
- Agravo de petição. Conhecimento. Pressupostos de admissibilidade 6/595

- Agravo de petição. Débito do reclamante. Dedução em outras execuções. Penhora ilegal. Não configuração	5/472
- Agravo de petição. Decisão interlocutória. Incabível.....	5/472
- Agravo de petição. Depósitos salariais em caderneta de poupança. Limite de 40 salários-mínimos. Art. 833, IV e X, do NCPC. Impenhorabilidade.....	6/596
- Agravo de petição. Embargos à execução. Oposição fora do prazo processual previsto no art. 884 da CLT. Preclusão.....	1/65
- Agravo de petição. Embargos de terceiro. Ausência de registro da escritura do imóvel construído. Fraude à execução. Adquirente de boa-fé. Procedência.....	6/596
- Agravo de petição. Ilegitimidade da parte para opor embargos de terceiro	4/361
- Agravo de petição. Inclusão no polo passivo da execução. Pedido de reconsideração. Suspensão/interrupção do prazo recursal. Não cabimento. Intempestividade.....	6/596
- Agravo de petição. Interposição contra decisão interlocutória. Cabimento.....	5/472
- Agravo de petição. Juros de mora. Base de cálculo. Dedução da contribuição previdenciária devida pelo exequente	5/472
- Agravo de petição. Multa por litigância de má-fé. Garantia do juízo. Inexigibilidade.....	1/65
- Agravo de petição. Não conhecimento. Supressão de instância	4/361
- Agravo de petição. Pagamento do acordo em cheque. Atraso na compensação. Mora do devedor.....	3/284
- Agravo de petição. Penhora. Bem indivisível. Reserva de cota-parte. Validade.....	5/472
- Agravo de petição. Pressuposto de admissibilidade. Delimitação de valores. Não observância do art. 897, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho. Não conhecimento.....	5/473, 6/596
- Agravo de petição. Recuperação judicial. Suspensão da execução trabalhista.....	3/285, 6/596
- Agravo de petição. Responsabilidade subsidiária. Benefício de ordem. Execução prévia dos sócios da devedor principal. Inexigibilidade.....	4/361, 5/473
- Agravo de petição. Responsabilidade subsidiária. Inexistência de benefício de ordem. Prosseguimento em face da codevedora	5/473, 6/596
- Agravo de petição. Sentença de liquidação. Natureza jurídica. Decisão de cunho interlocutório. Irrecorribilidade. Não conhecimento	3/285
- Agravo de petição. Terceira embargante. Penhora de veículo. Ocultação patrimonial. Não provido	5/473
- Agravo de petição. União. Pressuposto de delimitação de valores. Inexigência.....	1/65
- Agravo regimental. Não provimento	1/65
- Agravos internos. Pretensão da parte para que não se exibam documentos (1) e que neles não seja feita prova pericial (2). Determinações do juízo, na forma da lei. Laudo da Polícia Federal, confirmando montagem da procuração e da declaração de pobreza. Posterior juntada de novo mandato. Falta de ratificação dos atos antes praticados. Caracterização da decadência.....	6/597
- Possibilidade. Agravo de instrumento em recurso ordinário.....	4/362

ALÇADA

- Dissídios da alçada (Lei n. 5.584/1970). Recurso que não versa sobre matéria constitucional. Não conhecimento	5/473
- Valor de alçada. Não conhecimento do recurso	4/362, 5/473, 6/597

APOSENTADORIA

- Aposentadoria compulsória. Extinção do contrato de trabalho. Empregado público. Multa de 40% do FGTS e aviso-prévio. Indevidos	6/597
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

- Aposentadoria especial. Extinção do contrato de trabalho. Pertinência.....	1/65
- Aposentadoria espontânea. Solução de continuidade de mais de dez anos na prestação de serviços para o mesmo empregador. Unicidade contratual não caracterizada.....	5/473
- Aposentadoria por invalidez. Férias vencidas e férias proporcionais	4/362
- Ex-empregado aposentado. Manutenção do plano de saúde. Art. 31 da Lei n. 9.656/1998. Necessidade de formalização, pelo empregador, de opção, ao empregado, de manutenção no plano. Resolução Normativa n. 257/2011	2/213
- Manutenção do plano de saúde após a aposentadoria. Art. 31 da Lei n. 9.656/1998.....	3/285
- Plano de aposentadoria. Custeio. Participação do empregado.....	1/66
- Plano de incentivo à aposentadoria. Inexistência de coação. Transação. Validade.....	1/66
- Programa de incentivo à aposentadoria. Inexistência de coação. Transação. Validade.....	6/598
- Suspensão do contrato de trabalho. Aposentadoria por invalidez. Manutenção de plano de saúde	4/362

APRENDIZ

- Garantia provisória. Gestante. Aprendizagem. Proteção ao nascituro.....	6/598
- Princípio da proteção integral. Adolescente aprendiz. Condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.....	6/598

ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

- Incidente de arguição de inconstitucionalidade. Incompatibilidade com a Constituição Federal de 1988. Leis municipais anteriores. Não cabimento	6/598
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

ARTIGO

- Artigo 523, § 1º, do CPC/2015. Incompatibilidade com o processo do trabalho.....	1/66
------------------------------------------------------------------------------------	------

ASSÉDIO

- Assédio moral. Caracterização.....	5/474
- Assédio moral. Cobrança de metas. Configurado.....	5/474
- Assédio moral. Cobrança de metas. Não configurado	4/363
- Assédio moral. Mero tratamento grosseiro. Não configuração do dano moral.....	3/285
- Cumprimento de metas. Parâmetros razoáveis de cobrança. Ausência de dano moral. Indenização indevida	3/285

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

- Assistência judiciária gratuita e honorários advocatícios sucumbenciais. Concessão conjunta. Possibilidade	5/497
- Assistência judiciária gratuita prestada por sindicato. Honorários advocatícios contratuais. Honorários assistenciais. Cumulação indevida	6/598
- Assistência judiciária gratuita. Indevida a fixação de custos ao beneficiário. Impropriedade do estabelecimento da presunção do exercício abusivo do direito de ação como forma de negar vigência à garantia constitucional da justiça gratuita	5/474
- Justiça gratuita e litigância de má-fé. Institutos que não se confundem	4/363
- Justiça gratuita indeferida. Condenação do reclamante em custas processuais. Não recolhimento. Deserção.....	6/599
- Justiça gratuita. Cabimento	1/66

- Justiça gratuita. Declaração de pobreza firmada pelo trabalhador. Estado de miserabilidade comprovado	4/363
- Justiça gratuita. Deferimento. Isenção. Custas processuais	6/599
- Justiça gratuita. Empregador pessoa física. Concessão.....	2/213
- Justiça gratuita. Empresa em recuperação judicial. Não concessão. Aplicação da Súmula n. 86 do C. TST	1/66, 4/363, 6/599
- Justiça gratuita. Litigância de má-fé	1/66
- Justiça gratuita. Mandado de segurança. Impetração anterior à vigência da Lei n. 13.467/2017	3/286
- Justiça gratuita. Microempresa. Dispensa do depósito prévio recursal e das custas. Empregador pessoa física ou jurídica. Possibilidade. Agravo de instrumento em recurso ordinário.....	5/474
- Justiça gratuita. Não concessão. Pessoa jurídica	1/66
- Justiça gratuita. Pessoa jurídica. Não comprovada a insuficiência financeira. Recurso ordinário. Deserção.....	1/67
- Justiça gratuita. Pessoa natural. Embargos de terceiros	3/286
- Justiça gratuita. Reclamado pessoa natural. Concessão.....	5/474
- Justiça gratuita. Requisitos.....	1/87, 4/363, 4/401, 5/470, 5/482, 5/511, 5/515
- Justiça gratuita. Sindicato. Substituto processual. Hipossuficiência financeira. Necessidade de prova.....	5/475
- Pessoa jurídica. Justiça gratuita. Insuficiência financeira e patrimonial. Prova.....	5/514

ASSOCIAÇÃO

- Associação de Pais e Mestres - APM. Ausência de responsabilidade do ente público município. Aplicação da OJ n. 185 da SDI-1/TST	5/475
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

ATLETA

- Atleta profissional de futebol. Unicidade contratual. Configuração	3/286
- Atleta profissional. Cessão de direito de imagem por fachada. Salário “por fora”. Natureza salarial.....	4/364

ATRASO

- Atraso da reclamada na audiência una. Decretação de revelia e confissão <i>ficta</i> na sentença. Cerceamento de defesa. Configurado	1/67
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------

AUSÊNCIA

- Ausência da parte autora. Audiência de prosseguimento. Pena de confissão <i>ficta</i>	5/475
- Ausência de cálculos apresentados pelo reclamante. Extinção da execução. Impossibilidade	1/67
- Ausência de discriminação de valores. Processo em rito ordinário. Inépcia da inicial. Não configurada	5/475
- Ausência de intimação pessoal do reclamante. Intimação apenas do advogado. Cerceamento de defesa	1/67
- Ausência de recolhimento do depósito recursal. Deserção. Empresa em recuperação judicial.....	1/68

AUXÍLIO

- Auxílio alimentação concedido por leis municipais. Integração salarial. Indevida.....	1/68
- Auxílio alimentação. Natureza do benefício. Reflexos. OJ n. 413 da SDI-1/TST.....	4/364, 5/475

- Auxílio alimentação. Natureza jurídica. Inaplicabilidade da Súmula n. 241/TST. Previsão expressa de não incorporação. Lei Estadual de São Paulo n. 7.524/1991..... 1/68
- Auxílio alimentação. Natureza. Reflexos. Prescrição parcial 4/364
- Sucen. Auxílio alimentação. Reflexos..... 3/287
- *Ticket* alimentação. Natureza salarial. Integração e reflexos 4/410

AVISO-PRÉVIO

- Aviso-prévio cumprido em casa. Indenização. Não cabimento 1/139
- Aviso-prévio trabalhado. Ônus da prova 1/68

BANCÁRIO

- Bancário contratado para cumprir seis horas diárias. Intervalos intrajornadas de uma hora previstos no art. 71, § 4º, da CLT. Possibilidade 1/69, 3/287
- Bancário. “consultor regional”. Exercício de cargo de confiança. Não comprovação. Sujeição à jornada reduzida prevista no art. 224, *caput*, da CLT 6/599
- Bancário. Assistente de negócios. Exercício de cargo de confiança. Não comprovação. Sujeição à jornada reduzida prevista no art. 224, *caput*, da CLT 5/475
- Bancário. Desvio de numerário. Justa causa. Configuração..... 4/364
- Bancário. Gerente geral. Jornada de trabalho. Enquadramento no art. 62, II, da CLT. Viabilidade. Súmula n. 287 do C. TST. Horas extras indevidas 5/476
- Bancário. Inspetor. Cargo de confiança. Enquadramento no § 2º do art. 224 da CLT..... 4/364
- Bancário. Jornada de trabalho. Cargo de confiança. Gerente geral de agência. Art. 62, II, da CLT 4/403
- Consultora de negócios. Vínculo de emprego reconhecido na condição de bancária. Fraude na contratação por empresa interposta..... 6/599
- Descontos indevidos no salário da bancária. Prejuízo decorrente de estelionato..... 4/365

BANCO

- Banco do Brasil. Adesão ao plano de aposentadoria incentivada. Rescisão a pedido. Aviso-prévio e multa de 40% sobre os depósitos do FGTS. Não cabimento 5/476
- Banco do Brasil. Auxílio alimentação. Alteração da natureza do crédito. Prescrição total. Súmula n. 294 do C. TST. Aplicabilidade..... 1/69
- Banco do Brasil. Descomissionamento. Art. 468 da CLT. Limitações 1/69
- Banco do Brasil. Gratificação semestral. Previsão em regulamento da empresa. Prescrição total 1/70

BASE DE CÁLCULO

- Base de cálculo 4/358
- Base de cálculo. Verbas rescisórias. Maior remuneração. Art. 477 da CLT..... 4/365

BEM DE FAMÍLIA

- Bem de família. Impenhorabilidade 5/476

CARGO DE CONFIANÇA

- Cargo de confiança bancário. Comprovação. Pagamento, como extras, das 7ª e 8ª horas laboradas. Não cabimento..... 5/476
- Cargo de confiança. Art. 62, II, da CLT. Não configuração..... 5/526

- Cargo de confiança. Caracterização. Horas extras. Enquadramento do empregado na exceção do art. 62, II, da CLT.....	1/61
- Cargo de confiança. Enquadramento do empregado na exceção do art. 62, II, da CLT. Ausência de prova.....	3/287
- Cargo de confiança. Não caracterização. Horas extras. Cabimento.....	5/476
- Cargo de confiança. Não configuração.....	1/70
- Configuração do cargo de confiança. Condições necessárias para o enquadramento definido no dispositivo consolidado.....	1/70

CARGO EM COMISSÃO

- Cargo em comissão. Relação jurídica de natureza administrativa. Incompetência material da Justiça do Trabalho.....	1/70
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------

CATEGORIA PROFISSIONAL

- Empregado. Categoria diferenciada. Convenção coletiva de trabalho. Empregador não signatário. Inaplicabilidade.....	5/477
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

CERCEAMENTO DE DEFESA

- Cerceamento de defesa. Não comparecimento de testemunha. Pedido de adiamento. Negativa. Não caracterização.....	1/70
- Cerceamento de defesa. Pertinência de provas.....	1/71
- Cerceamento de defesa. Rejeição do pedido de nova prova pericial. Inutilidade da prova. Não configuração.....	1/71
- Cerceamento de defesa. Testemunhas. Indeferimento de carta precatória. Presunção relativa de desistência da inquirição.....	6/599
- Cerceamento do direito de defesa. Inocorrência. Impertinência das provas orais.....	5/477
- Cerceamento do direito de produção de provas. Indeferimento da oitiva do preposto. Improcedência do pedido. Cerceamento configurado.....	1/71
- Indeferimento de produção de prova. Cerceamento do direito de defesa.....	3/287
- Intimação de advogado expressamente indicado. Impossibilidade. Ausência de cadastro no sistema do PJe-JT. Cerceamento de defesa. Não ocorrência.....	5/477

CESTA BÁSICA

- Cesta básica. Concessão. Previsão legal. Supressão. Impossibilidade.....	4/365
----------------------------------------------------------------------------	-------

CIPA

- Cipa. Membro suplente. Dispensa. Não continuidade das atividades empresariais.....	4/365
- Cipeiro. Garantia de emprego. Encerramento das atividades da empresa.....	4/365

COISA JULGADA

- Coisa julgada. Ação plúrima ou individual movida por sindicato, como substituto processual.....	4/366
---------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

COMISSÃO

- Comissionista misto. Horas extras. Base de cálculo. Aplicação da Súmula n. 340 do C. TST.....	5/511
- Comissões sobre vendas a prazo. Base de cálculo.....	5/477

- Comissões. Pagamento extrafolha. Integração. Reflexos..... 6/631
- Diferenças de comissões. Forma de pagamento. Falta de transparência. Cabimento.....5/477

COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

- Comissão de Conciliação Prévia. Acordo. Invalidade. Vício de consentimento. Prova.....5/478
- Termo de conciliação firmado perante Comissão de Conciliação Prévia. Ausência de ressalvas. Efeitos. Quitação geral do contrato de trabalho 5/478

COMPENSAÇÃO

- Compensação de jornada. Ônus da prova 1/71

COMPETÊNCIA

- Competência material da Justiça do Trabalho. Município de Cruzeiro. Lei Municipal n. 3.064/1997. Regime jurídico celetista..... 4/366, 5/478, 6/600
- Competência territorial. Prestação de serviços em diversas localidades. Ajuizamento da ação no domicílio do autor. Possibilidade..... 4/366
- Competência territorial. Prestação de serviços em local diverso da contratação. Ajuizamento da ação no local do contrato ou da prestação para facilitar o acesso à Justiça. Aplicação do art. 651, § 3º, da CLT 3/287
- Conflito negativo de competência em razão do lugar. Incompetência territorial. Prorrogação.possibilidade 4/366
- Expedição de ofícios a órgãos administrativos..... 3/288
- Incompetência da Justiça do Trabalho. Incorporação de parcela na complementação de aposentadoria 5/478
- Justiça do Trabalho. Incompetência material. Relação jurídico-administrativa 4/366

CONCESSÃO

- Concessão aeroportuária. Aeroportos Brasil Viracopos S. A. “Dona da obra”. Não configuração. Subempreitada. Construção civil. Ampliação de aeroporto. Responsabilidade subsidiária. Cabimento 4/367
- Concessão aeroportuária. Aeroportos Brasil Viracopos S. A. “Dono da obra”. Não configuração. Subempreitada. Construção civil. Ampliação de aeroporto. Responsabilidade subsidiária. Limites do pedido. Cabimento..... 4/367
- Incidente de Recurso Repetitivo n. 190-53.2015.5.03.0090. Concessão aeroportuária. Aeroportos Brasil Viracopos S. A. “Dona da obra”. Não configuração. Subempreitada. Construção civil. Ampliação de aeroporto. Responsabilidade subsidiária. Cabimento 4/367, 5/478

CONCURSO

- Concurso público. Candidato aprovado para cadastro de reserva. Contratação de terceirizados dentro do prazo de validade do certame. Direito à nomeação..... 1/71

CONFISSÃO

- Confissão *ficta* do reclamante 1/72

CONTRADITA

- Contradita de testemunha. Demanda com pedidos idênticos. Suspeição não configurada *a priori*..... 1/72

CONTRATO

- Alteração contratual. Auxílio alimentação. Acumulação de cargos. Município de Guararapes 4/367
- Alteração contratual. Carga horária. Vinculação ao edital. Nulidade 6/600
- Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Inclusão de período de experiência e contrato por prazo determinado para cálculo de progressão funcional. Impossibilidade. Previsão contida na Lei Complementar Estadual n. 1.240/2014 e Instrução URH 001/2015. Ente público sujeito ao princípio da legalidade 1/72
- Contratação temporária para atender excepcional interesse público. Relação jurídico-administrativa. Incompetência da Justiça do Trabalho 1/72
- Contrato de aprendizagem. Empregada gestante. Estabilidade provisória. Não configuração. Indenização substitutiva indevida 4/367
- Contrato de distribuição/armazenagem. Inaplicabilidade da Súmula n. 331, item IV, do C. TST 5/479
- Contrato de empreitada. Pedido de vínculo de emprego. Inexistência dos requisitos para configuração. Incidência da OJ n. 191 da SBDI-1 do C. TST. Serviços específicos 1/72
- Contrato de experiência. Prorrogação 3/288
- Contrato de facção. Existência concomitante de prestação de serviços e fornecimento de bens. Responsabilidade subsidiária. Inaplicabilidade da Súmula n. 331 do C. TST 1/73
- Contrato de gestão. Ente público. Tomador de serviços. Responsabilidade subsidiária 4/368
- Contrato de natureza comercial. Compra e venda de recicláveis. Terceirização de serviços não configurada 6/600
- Contrato de natureza comercial. Transporte de mercadorias. Terceirização de serviços não configurada 1/73, 6/619
- Contrato de safra. Cultura de cana-de-açúcar. Atividade laboral permanente. Unicidade contratual reconhecida 3/288
- Contrato de trabalho suspenso. Prescrição. Fluência do prazo 5/479
- Contrato de trabalho temporário. Lei n. 6.019/1974. Acréscimo extraordinário de serviços. Alegação não comprovada. Nulidade 1/73
- Departamento de Estradas e Rodagem - DER. Contrato de prestação de serviço. Atividade fim. Manutenção de rodovias. Responsabilidade subsidiária. Cabimento 5/479
- Unicidade contratual. Existência de vários contratos, por prazo indeterminado. Necessidade de comprovação, pelo empregado, da ocorrência de fraude 1/74
- Unicidade contratual. Existência de vários contratos, por prazo indeterminado. Períodos descontínuos de trabalho 1/74
- Unicidade contratual. Reconstrução após um ano. Não caracterização. Diferenças salariais indevidas 1/123

CONTRIBUIÇÃO

- Cobrança da contribuição sindical rural. Publicação de editais com o nome expresso do devedor como pressuposto válido de constituição do processo 4/368, 5/479
- Contribuição assistencial. Filiação não comprovada. Cobrança indevida 1/121, 4/410
- Contribuição assistencial. Precedente Normativo n. 119 do C. TST 3/288, 5/479
- Contribuição assistencial. Restituição 5/500
- Contribuição assistencial/confederativa. Restituição 1/104, 2/218, 4/370, 4/390, 5/500, 5/532, 6/600

- Contribuição confederativa e assistencial. Cobrança de empregados não filiados. Impossibilidade. Art. 8º, inciso IV, da CF/1988. Súmula Vinculante n. 40 do E. STF. Decisão em recurso extraordinário com repercussão geral (ARE 1018459/PR).....	1/74
- Contribuição confederativa e assistencial. Súmula Vinculante n. 40 do STF.....	2/219, 4/405
- Contribuição confederativa. Empregado não sindicalizado. Indevida	1/74, 2/213
- Contribuição previdenciária. Alteração legislativa. Incidência	1/75
- Contribuição sindical patronal. <i> Holding</i> . Empresa sem empregados. Inexigibilidade.....	4/368
- Contribuição sindical rural. Edital em jornal de maior circulação local, previsto no art. 605 da CLT. Correspondência com aviso de recebimento. Pressupostos de constituição válida e regular do processo (art. 485, IV, do NCPC). Ciência do contribuinte verificada.....	2/213
- Contribuição sindical rural. Proprietário de mais de um imóvel rural com área total superior a dois módulos rurais da respectiva região. Devida. Aplicação do art. 1º, II-C, do Decreto-Lei n. 1.166/1971	1/75
- Contribuição sindical rural. Requisitos legais para lançamento do tributo. Pressupostos inscritos nos arts. 605 da CLT, 142 e 145 do CTN	2/214
- Contribuição sindical rural. Requisitos. Editais e notificações ao contribuinte	4/368
- Contribuição sindical. Ação de cobrança. Honorários advocatícios. Cabimento.....	4/369
- Contribuição sindical. Editais. Pressuposto de constituição válida e regular do processo. Extinção do processo sem resolução do mérito.....	1/75, 2/214, 4/368, 5/479
- Contribuição sindical. Notificação pessoal. Cobrança judicial.....	1/75
- Contribuição sindical. Recolhimento.....	4/369
- Contribuições previdenciárias sobre salários do vínculo reconhecido em juízo. Incompetência desta laboral.....	1/85
- Contribuições previdenciárias. Fato gerador.....	1/75
- Contribuições previdenciárias. Fato gerador. Juros e multa.....	1/76
- Contribuições sociais devidas a terceiros. Incompetência da Justiça do Trabalho para a execução de ofício.....	5/480
- Desconto. Contribuição assistencial.....	5/480, 6/593
- Fato gerador da contribuição previdenciária	2/214
- Intangibilidade salarial. Contribuição confederativa. Descontos indevidos. Devolução.....	1/85
- Propriedade rural. Área inferior a 2 (dois) módulos rurais. Contribuição sindical rural. Requisitos. Ônus probatório	4/368

CONTROLE DE HORÁRIO

- Controle de jornada. Exceção do art. 62, inciso II, da CLT. Não configurada	5/480
- Controle de ponto. Invalidez.....	5/480

CONVERSÃO

- Conversão da justa causa em dispensa imotivada. Multa do art. 467 da CLT.....	1/76
- Conversão da justa causa em dispensa imotivada. Multa do art. 477, § 8º, da CLT.....	1/76

CORREÇÃO MONETÁRIA

- Correção monetária dos débitos trabalhistas. Incabível a aplicação do IPCA-E. Mantida a atualização pela TRD (Taxa Referencial Diária), fundada no art. 39 da Lei n. 8.177/1991. Existência de trânsito em julgado da decisão que assim determinou. Correção monetária. Aplicação da TR x IPCA-E	1/76
- Correção monetária dos débitos trabalhistas. Incabível a aplicação do IPCA-E. Mantida a atualização pela TRD (Taxa Referencial Diária), fundada no art. 39 da Lei n. 8.177/1991	1/78

- Correção monetária. Aplicação da TR x IPCA-E.....1/132, 1/138, 4/406, 5/480, 5/534
- Correção monetária. Débito trabalhista. Inaplicabilidade do IPCA-E 1/76
- Correção monetária. Taxa Referencial (TR). Inconstitucionalidade declarada pelo C. Supremo Tribunal Federal. Índice aplicável. IPCA-E sem qualquer modulação 5/480, 6/600, 6/631
- Débito trabalhista. Atualização monetária. IPCA-E 1/77
- Débito trabalhista. Correção monetária. Índice IPCA-E.....1/107, 1/129, 2/228, 4/407, 5/467, 5/480, 6/600

CRÉDITO

- Reserva de crédito. Obrigações trabalhistas. Ordem de preferência..... 6/595

DANO

- Acusação de furto não comprovada. Coação no pedido de demissão. Dano moral configurado. Menor..... 6/601
- Dano à moral coletiva. Condenação. Destinação. Finalidade do art. 13/LACP 3/300
- Dano existencial. Horas extras habituais. Configuração 3/288, 5/481
- Dano existencial. Horas extras habituais. Não configuração 1/77
- Dano existencial. Indenização. Comprovação inconteste de prática de ato lesivo à honra e à dignidade do trabalhador. Imprescindibilidade. Jornada excessiva 5/512
- Dano existencial. Jornada de trabalho excessiva e sem respeito às pausas. Indenização devida..... 4/369
- Dano existencial. Labor excessivo. Ofensa à dignidade humana. Dano moral configurado 6/601
- Dano moral (dano existencial). Jornadas excessivas e extenuantes. Indenização devida 1/95, 4/369, 5/481
- Dano moral configurado. Assédio moral. Indenização devida..... 3/288
- Dano moral. Acusação indevida de autoria de fato criminoso. Configuração 6/628
- Dano moral. Acusação injusta de crime. Caracterização 1/77
- Dano moral. Ambiente de trabalho. Sanitários inadequados..... 1/103, 5/481
- Dano moral. Assédio moral. Doença profissional. Depressão..... 4/403
- Dano moral. Assédio moral. Prática de conduta ofensiva do empregador. Não comprovada. Indenização indevida 2/214
- Dano moral. Atraso na homologação da rescisão contratual. Indenização indevida.....1/77
- Dano moral. Atraso/inadimplemento de obrigações trabalhistas. Indenização indevida 1/78, 1/138
- Dano moral. Ausência de pagamento das verbas rescisórias. Indevido 1/77, 3/289, 5/481
- Dano moral. Banalização. Indenização indevida..... 1/78
- Dano moral. Cancelamento de anotação do empregador lançada em CTPS. Indenização indevida 4/369
- Dano moral. Caracterização 1/78
- Dano moral. Causa de pedir. Alteração em fase recursal. Impossibilidade..... 3/289
- Dano moral. Condições de trabalho alegadamente aviltantes. Lavoura canaveira. Não configuração da prática de ato lesivo à honra e à dignidade humana. Indenização reparatória indevida..... 1/99, 5/481; 5/482, 6/601
- Dano moral. Condições inadequadas de trabalho. Veículo de transporte. Indenização. Cabimento..... 5/501
- Dano moral. Conduta abusiva. Imposição de ociosidade ao empregado. Indenização devida 6/601

- Dano moral. Demonstração do prejuízo. Irrelevante. <i>Damnum in re ipsa</i>	5/482
- Dano moral. Extrapolação habitual e abusiva dos limites físicos e sociais da jornada. Tempo de trabalho bem superior ao limite estabelecido no art. 59 da CLT, inclusive em dias de descanso e feriados. Configuração. Indenização devida.....	3/289
- Dano moral. Falta de adequadas instalações sanitárias no campo. Configurado.....	4/369
- Dano moral. Impedimento do direito ao trabalho. Caracterização. Indenização. Cabimento	5/484
- Dano moral. Indenização. Alegação de que o ex-empregador forneceu más referências sobre o reclamante, quando conectado por empresa que estava em vias de contratá-lo. Comprovação incontestada de prática de ato lesivo à honra e à dignidade do trabalhador. Imprescindibilidade	1/78
- Dano moral. Indenização. Alegado constrangimento ilegal. Comprovação incontestada de prática de ato lesivo à honra e à dignidade do trabalhador. Imprescindibilidade	1/79
- Dano moral. Indenização. Alteração de local de trabalho. Não cabimento	6/601
- Dano moral. Indenização. Cabimento. Serviços públicos de saúde. Condições inadequadas	5/482
- Dano moral. Indenização. Comprovação incontestada de prática de ato lesivo à honra e à dignidade do trabalhador. Imprescindibilidade.....	1/78, 1/113, 1/119, 4/354, 5/484, 5/511, 5/526
- Dano moral. Indenização. Comprovação incontestada de prática de ato lesivo à honra e à dignidade do trabalhador. Imprescindibilidade. Irregularidade na concessão/pagamento das férias	1/129
- Dano moral. Indenização. Comprovação incontestada de prática de ato lesivo à honra e à dignidade do trabalhador. Imprescindibilidade. Jornada excessiva.....	1/79, 1/113, 1/119
- Dano moral. Indenização. Comprovação incontestada de prática de ato lesivo à honra e à dignidade do trabalhador. Imprescindibilidade. Excesso de jornada.....	1/103
- Dano moral. Indenização. Inadimplemento de obrigações trabalhistas e rescisórias. Não cabimento.....	1/106
- Dano moral. Indenização. Intoxicação. Aplicação de agrotóxicos. Prova. Cabimento.....	4/369
- Dano moral. Indenização. Ofensa à dignidade da pessoa do trabalhador. Cabimento.....	2/211
- Dano moral. Jornada excessiva. Motorista carreteiro caracterização. Indenização. Cabimento	5/482, 5/484
- Dano moral. Maquinista de rede ferroviária. Condições precárias de trabalho. Violação ao princípio da dignidade da pessoa humana. Caracterização	6/601
- Dano moral. Ofensas à dignidade da pessoa humana do trabalhador. Caracterização. Indenização. Cabimento	5/495
- Dano moral. Quitação rescisória a destempo. Não configuração	5/482
- Dano moral. Retenção da CTPS pelo empregador. Configuração.....	6/602
- Dano moral. Retenção da CTPS. Cabimento.....	2/221
- Dano moral. Suposta existência de “lista suja” obstativa não comprovada. Indenização indevida.....	1/79
- Dano moral. Transporte de numerário. Atividade de risco.....	4/403
- Dano moral. Transporte de valores. Indenização. Cabimento.....	5/503
- Dano moral. Tratamento descortês xingamentos. Ofensa à dignidade da pessoa do trabalhador. Caracterização. Indenização. Cabimento.....	4/369
- Dano moral. Tratamento indigno no ambiente de trabalho. Indenização. Valor. Fixação. Razoabilidade	4/401
- Danos existenciais. Indenização. Comprovação incontestada de prática de ato lesivo à honra e à dignidade do trabalhador. Imprescindibilidade. Jornada excessiva.....	4/355, 4/372, 5/512, 6/618

- Danos morais decorrentes de acidente de trabalho. Ausência de culpa da reclamada. Rompimento do nexo causal: culpa exclusiva da obreira. Ato imprevidente da empregada. Indenização indevida.....	5/483
- Danos morais e danos materiais. Concausa. Indenização assegurada.....	1/79
- Danos morais e estabilidade provisória. Responsabilidade por acidente do trabalho.....	1/79
- Danos morais e materiais. Indenização. Doença ocupacional não comprovada. Ausência de nexo de causalidade	1/79
- Danos morais e materiais. Promessa de emprego. Trabalho em altura. Exame admissional com restrição. Trabalhador portador de diabetes. Pedido de exames complementares. Ato discriminatório. Não configuração	4/370
- Danos morais não caracterizado	4/356
- Danos morais pedido de indenização. Indevido. Ocorrência de fato de terceiro, ante injusta provocação da vítima, ocorrida no banheiro, após o término da jornada de trabalho. Ausência de responsabilidade do empregador.....	1/80
- Danos morais. Abuso do poder de direção do empregador. Caracterizado. Indenização devida.....	1/80
- Danos morais. Acidente de trabalho. Laudo pericial: lesão superficial. Ausência de afastamento para recuperação. Mantida a capacidade laborativa. Indenização indevida	1/80
- Danos morais. Alegadas condições degradantes de trabalho. Motorista que realiza refeições e pernoita dentro do caminhão. Ausência de prova. Indenização indevida.....	6/602
- Danos morais. Assédio moral. Exigência de cumprimento de metas.....	5/483
- Danos morais. Assédio moral. Prescrição trabalhista	1/80
- Danos morais. Assédio moral. Prova dividida. Indenização indevida.....	1/80
- Danos morais. Atraso no pagamento dos haveres rescisórios. Não caracterização.....	2/219
- Danos morais. Ausência de sanitários. Reparação devida	5/483
- Danos morais. Concausa. Indenização assegurada	4/370
- Danos morais. Configuração <i>in re ipsa</i> . Desnecessidade de prova quanto ao efetivo prejuízo experimentado	6/602
- Danos morais. Inadimplemento de salários e das verbas rescisórias. Salários atrasados. Indenização indevida	6/618
- Danos morais. Indenização por prestação habitual de horas extras. Alegado dano existencial. Indevida	1/81
- Danos morais. Instalações sanitárias precárias no local de trabalho. Indenização devida	4/370
- Danos morais. Jornada excessiva. Não caracterização.....	5/467, 5/476
- Danos morais. Não caracterizado	1/81
- Danos morais. Não demonstrada a alegada violação à dignidade humana em razão do descumprimento das exigências previstas na NR-31. Indenização indevida.....	1/112
- Danos morais. Não pagamento dos haveres rescisórios. Não caracterização	5/479
- Danos morais. Prova dividida. Ônus probatório da parte autora. Aplicação do art. 818 da CLT	6/602
- Descontos no salário. Danos causados pelo empregado	5/478
- Empregado obrigado a transportar numerários até agência bancária. Danos morais. Arts. 186 e 927 do Código Civil. Possibilidade.....	1/81
- Fase pré-contratual. Promessa de emprego. Configurada. Indenização por dano moral. Devida.....	3/290
- Fixação do valor arbitrado para a condenação por danos morais. Parâmetros.....	3/290, 3/292, 4/377, 6/593, 6/603
- Indenização por dano moral. Não comprovação do dano	3/290

- Jornada extenuante. Dano existencial.....	4/400
- Recurso ordinário. Danos morais. Comentário sobre suposta relação homoafetiva. Indenização devida.....	3/290
- Sonegação de direitos trabalhistas e rescisórios. Indenização por danos morais. Descabimento.....	3/290
- Uso de uniforme com logomarca. Dano moral. Não configurado.....	6/603
- reparatória indevida.....	5/481, 5/482

DECADÊNCIA

- Decadência. Divergência entre a data certificada pela secretaria da MM. Vara de origem e aquela efetivamente ocorrida. Aplicação do inciso IV da Súmula n. 100 do C. TST.....	4/370, 5/483
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------

DEMISSÃO

- Demissão sem justa causa. Empregado acometido de doença grave (neoplasia maligna). Danos morais. Dispensa discriminatória e arbitrária não configurada.....	4/371
- Dispensa discriminatória. Configuração. Reintegração e indenização por danos morais. Cabimento.....	3/290
- Dispensa por justa causa. Insubordinação e desídia. Validade.....	4/371
- Dispensa sem justa causa. Empregado portador de deficiência. Comprovada a manutenção do percentual exigido pela Lei n. 8.213/1991. Reintegração. Não cabimento.....	5/484

DEPÓSITO

- Depósito recursal. Recolhimento em guia diversa da Gfip. Deserção.....	1/81
--------------------------------------------------------------------------	------

DESCONTO

- Desconto salarial. Dias de paralisação. Danos morais.....	2/214
- Descontos salariais. Autorização prévia e por escrito. Validade. Súmula n. 342 do C. TST.....	5/483

DESERÇÃO

- Deserção do recurso ordinário do reclamado. Pessoa física. Benefício da justiça gratuita. Ausência de depósito recursal.....	4/371
- Deserção do recurso ordinário do reclamado. Pessoa jurídica. Benefício da justiça gratuita. Ausência de depósito recursal. Deserção.....	1/81

DESVIO DE FUNÇÃO

- Desvio de função. Caracterização. Diferenças salariais. Cabimento.....	2/215
--------------------------------------------------------------------------	-------

DEVOLUÇÃO

- Devolução de descontos. Não observância do prazo estipulado pelo empregador para apresentação de atestado médico. Impossibilidade de locomoção. Restituição devida.....	4/371
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

DIÁRIAS

- Diárias de viagem. Incorporação ao salário. Reflexos.....	3/290
- Diárias de viagem. Norma coletiva. Valor superior a 50% do salário. Natureza indenizatória. Caracterização. Integração ao salário. Não cabimento.....	5/484

DIFERENÇA SALARIAL

- Cesp - Companhia Energética de São Paulo. Diferenças salariais. Existência de planos de cargos e salários. Critérios objetivos de promoção por antiguidade não demonstrados pelo autor. Critérios subjetivos de promoção por merecimento. Impossibilidade de presunção pelo Poder Judiciário..... 1/82
- Desvio de função. Treinamento. Avaliação. Promoção. Diferenças salariais indevidas.....4/389
- Diferenças salariais envolvendo planos econômicos. URV. Medida Provisória n. 434, de 27.2.1994. OJ n. 243 do C. TST. Prescrição total. Reclamação ajuizada depois de passados mais de 20 anos após a conversão dos salários de Cruzeiro Real para URV..... 1/82
- Diferenças salariais não configuradas. URV. Lei n. 8.880/1994..... 6/603
- Diferenças salariais resultantes de planos econômicos. Aplicação da parte final da Súmula n. 294 do C. TST. Prescrição parcial 1/82
- Diferenças salariais. Abonos concedidos em valores fixos. Reajustes em percentuais diferenciados. Não verificada ofensa ao art. 37, inciso X, da CF. Revisão geral anual que não pode ser confundida com reajuste salarial 1/82, 1/83
- Diferenças salariais. Acúmulo de função. Indevidas.....1/60, 1/83, 1/119, 3/291, 5/484, 5/526
- Diferenças salariais. Acúmulo de funções. Não caracterização 5/484
- Diferenças salariais. Adicional noturno superior. Hora noturna reduzida 2/220
- Diferenças salariais. Conversão dos salários para URV. Lei n. 8.880/1994. Prescrição parcial 3/291
- Diferenças salariais. Educador infantil. Não equiparação com profissional do magistério. Inteligência da Lei n. 11.738/2008. Diferenças salariais..... 1/83
- Diferenças salariais. Equiparação salarial. Cabimento 5/506
- Diferenças salariais. Equiparação salarial. Ônus da prova da parte autora. Indevidas 4/371, 5/534
- Diferenças salariais. Horas atividade pagas em percentual inferior ao previsto em lei federal. Impossibilidade 6/603
- Diferenças salariais. Isonomia salarial. Servidor público celetista 1/104
- Diferenças salariais. Municipalidade de Mococa. Abonos concedidos em valores fixos. Inaplicabilidade da Súmula n. 68 deste Regional ao caso..... 5/485
- Diferenças salariais. Municipalidade de Mococa. Abonos concedidos em valores fixos. Reajustes em percentuais diferenciados. Ofensa ao art. 37, inciso X, da CF não verificada. Revisão geral anual que não pode ser confundida com aumento (abono) salarial 5/485
- Diferenças salariais. Municipalidade de Mococa. Abonos concedidos em valores fixos. Reajustes em percentuais diferenciados. Não verificada a ofensa ao art. 37, inciso X, da CF. Revisão geral anual que não pode ser confundida com aumento (abono) salarial 5/485
- Diferenças salariais. Município de Taciba. Revisão geral anual e reajuste com aumento real às diversas categorias. Recente posicionamento do STF, a respeito, com repercussão geral. Indevidas..... 1/83
- Diferenças salariais. Reajustes em percentuais diferenciados. Revisão do piso salarial. Ofensa ao art. 37, inciso X, da CF não verificada. Revisão geral anual que não pode ser confundida com reajuste salarial 1/84
- Diferenças salariais. Salário profissional do engenheiro. Servidor público celetista. Inaplicabilidade da Lei n. 4.950-A/1966..... 5/486
- Diferenças salariais. Servidor público municipal. Posse no cargo de técnico em radiologia. Enquadramento em nível intermediário da carreira. Impossibilidade. Aplicação das Leis Complementares Municipais n. 1/1995, 22/1999 e 143/2009 e do princípio da legalidade..... 3/291, 4/372

DIREITO

- Direito administrativo. Contratação de temporários. Impossibilidade da lei atribuir regime diverso do jurídico-administrativo. Incompetência da Justiça do Trabalho.....4/372
- Direito do trabalho. Abono desempenho. Habitualidade no pagamento. Integração ao salário 1/84, 4/372
- Direito do trabalho. Acúmulo de função. Art. 456 da CLT. Não caracterização 1/84, 4/372, 6/603
- Direito do trabalho. Adicional de insalubridade. Entrega de equipamentos de proteção individual não certificados. Invalidez 4/373
- Direito do trabalho. Alteração contratual. Transferência de turno..... 4/373
- Direito do trabalho. Arquiteto. Servidor público celetista. Inaplicabilidade da Lei n. 4.950-A/1966 4/373
- Direito do trabalho. Cargo de confiança. Exceção do art. 62, II, da CLT. Caracterização. Ônus da prova 1/84, 4/373, 6/603
- Direito do trabalho. Contrato de estágio. Configuração..... 1/85
- Direito do trabalho. Dano moral. Condições sanitárias indignas no ambiente de trabalho. NR-24. Ofensa aos princípios da dignidade da pessoa e aos valores sociais do trabalho. Reparação devida..... 4/374
- Direito do trabalho. Descanso semanal remunerado. Incorporação ao salário determinada por norma coletiva. Possibilidade 5/486
- Direito do trabalho. Estabilidade de gestante. Direito indisponível. Renúncia. Incabível.....4/374
- Direito do trabalho. Estabilidade gestante. Concepção no período do aviso-prévio.....4/374
- Direito do trabalho. Extinção do contrato de trabalho. Multas dos arts. 467 e 477 da CLT. Massa falida 6/604
- Direito do trabalho. Férias. Pagamento extemporâneo. Dobra devida..... 1/85
- Direito do trabalho. Férias. Remuneração em atraso. Pagamento em dobro 5/486
- Direito do trabalho. Horas *in itinere* fixadas em normas coletivas. Critério da razoabilidade. Tese Prevalente n. 1 1/85, 6/604
- Direito do trabalho. Intangibilidade salarial. Contribuição confederativa. Descontos indevidos. Devolução..... 4/376, 6/604
- Direito do trabalho. Jornada de trabalho. Cargo de gestão não comprovado. Horas extras devidas..... 4/374
- Direito do trabalho. Jornada de trabalho. Horas extraordinárias. Regime de 12x36. Ausência de norma coletiva..... 1/85, 4/374
- Direito do trabalho. Jornada de trabalho. Horas extras. Trabalho externo. Aplicação do art. 62, inciso I, da CLT 6/604
- Direito do trabalho. Jornada de trabalho. Intervalo intrajornada. Adicional normativo. Cabimento 5/486
- Direito do trabalho. Jornada de trabalho. Tempo à disposição do empregador. Configuração. Horas extras devidas 4/375, 5/486, 6/604
- Direito do trabalho. Jornada. Intervalo do art. 384 da CLT. Aplicação à mulher. Incabível aos trabalhadores do sexo masculino..... 4/375
- Direito do trabalho. Jornada. Intervalo interjornada. Violação do art. 66 da CLT.....6/605
- Direito do trabalho. Jornada. Regime 12x36. Horas extras devidas 4/375
- Direito do trabalho. Multa do art. 477, CLT. Pagamento imperfeito. Descabimento.....4/375
- Direito do trabalho. Princípio da intangibilidade salarial. Contribuição confederativa. Descontos indevidos. Devolução..... 4/376
- Direito do trabalho. Recurso ordinário. Competência material. Cargo em comissão.....6/605
- Direito do trabalho. Remuneração. Adicional de insalubridade. Higienização de instalações sanitárias de pouca circulação de pessoas. Indevido 1/86
- Direito do trabalho. Remuneração. Comissões pagas por terceiros. Gueltas. Natureza jurídica. Integração à remuneração 6/605

- Direito do trabalho. Remuneração. Cumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade. Impossibilidade..... 4/376
- Direito do trabalho. Remuneração. Sexta parte. Servidor celetista. Devido..... 4/376, 5/487
- Direito do trabalho. Responsabilidade civil. Contrato de subempreitada. Responsabilidade solidária da empreiteira. Cabível..... 6/605
- Direito do trabalho. Responsabilidade civil. Dano moral. Transporte de valores.....6/605
- Direito do trabalho. Responsabilidade civil. Doença ocupacional. Incapacidade parcial, porém permanente para as funções às quais era o empregado habilitado. Dano moral e dano material devidos 6/605
- Direito do trabalho. Responsabilidade civil. Dono da obra. OJ n. 191 do C. TST.....1/86
- Direito do trabalho. Responsabilidade civil. Ócio forçado. Danos morais. Configuração.....4/376
- Direito do trabalho. Responsabilidade civil. Terceirização. Administração pública. Responsabilidade subsidiária. Descabimento 5/487
- Direito do trabalho. Responsabilidade civil. Terceirização. Administração pública. Convênio. Responsabilidade subsidiária. Cabimento 1/86
- Direito do trabalho. Responsabilidade subsidiária. Benefício de ordem 1/86
- Direito do trabalho. Trabalhador rural. Adicional de insalubridade. Trabalho a céu aberto. Exposição ao calor excessivo 1/86, 5/487
- Direito do trabalho. Trabalho rural a céu aberto. Exposição ao calor excessivo. Insalubridade 4/376, 5/487
- Direito do trabalho. Vínculo empregatício. Negativa de prestação de serviços. Ônus probatório da parte autora 4/376
- Direito do trabalho. Vínculo empregatício. Requisitos. Prestação de serviços admitida pela reclamada. Ônus probatório..... 6/606
- Direito processual. Execução. Descumprimento de acordo homologado. Inobservância do prazo para denunciar o inadimplemento. Presunção relativa 6/606

DIREITO DE IMAGEM

- Direito de imagem. Descaracterização..... 3/286

DIRIGENTE SINDICAL

- Dirigente sindical. Comunicação ao empregador. Ausência..... 5/487

DISSÍDIO

- Dissídio de alçada. Valor da causa inferior a dois salários-mínimos. Sentença não sujeita a recurso 3/291
- Dissídio individual. Adicional de periculosidade. Armazenamento irregular de inflamáveis. Demonstração de risco grave e iminente de acidente aos trabalhadores do setor. Concessão de tutela específica destinada a inibir a continuação do ilícito, com base no art. 497 do CPC. Possibilidade no processo do trabalho..... 3/291
- Dissídios da alçada (Lei n. 5.584/1970). Recurso que não versa sobre matéria constitucional. Não conhecimento 3/291
- Insuficiência de alçada. Não conhecimento de recurso ordinário 3/292

DOENÇA

- Disfonia. Patologia relacionada ao trabalho. Incapacidade não diagnosticada. Devidos apenas os danos morais..... 4/377
- Doença de origem ocupacional não demonstrada. Ausência de prova do nexo causal. Indenização por danos morais e materiais. Estabilidade acidentária. Descabimento..... 5/487

- Doença do trabalho. Ausência da comprovação de nexos causal ou concausal. Indenizações por danos materiais e morais indevidas	3/292
- Doença do trabalho. Dano moral. Caracterização.....	6/606
- Doença do trabalho. Indenizações por danos materiais e morais devidas	1/86
- Doença do trabalho. Responsabilidade do empregador. Adoção de medidas protetivas ao empregado	3/289, 6/606
- Doença ocupacional (acidente do trabalho por equiparação). Nexos de causalidade e responsabilidade civil do empregador. Risco da atividade empresarial. Reparação por danos materiais e morais. Pertinência (§ 1º do art. 927 do NCC).....	4/377
- Doença ocupacional (acidente do trabalho por equiparação). Responsabilidade civil do empregador. Pretensão de reparação por danos morais. Nexos de causalidade não comprovado. Inviabilidade	6/606
- Doença ocupacional (acidente do trabalho por equiparação). Responsabilidade civil do empregador. Pretensão de reparação por danos materiais e morais. Nexos de causalidade não comprovado. Inviabilidade.....	5/488
- Doença ocupacional não comprovada. Laudo pericial conclusivo pela inexistência de nexos causal.....	1/87, 4/377
- Doença ocupacional. Agravamento. Concausa. Estabilidade provisória. Indenização por danos morais e materiais. Cabimento.....	5/488
- Doença ocupacional. Atividades laborais que demandam esforço físico na área afetada. Nexos de concausalidade. Indenização por danos morais e materiais. Cabimento.....	5/488
- Doença ocupacional. Atividades laborais que demandam esforço físico repetitivo. Síndrome do túnel do carpo bilateral. Advento/agravamento da doença. Indenização por danos morais. Cabimento	1/87
- Doença ocupacional. Ausência de incapacidade laboral. Não configuração	5/488
- Doença ocupacional. Coluna lombar. Agravamento da doença. Indenização por danos morais e materiais. Cabimento.....	5/489
- Doença ocupacional. Dano moral. Ausência de incapacidade laboral. Não configuração	1/87
- Doença ocupacional. Indenização por danos materiais e morais	3/292, 4/377
- Doença ocupacional. Indenização por danos materiais e morais. Nexos causal não comprovado	3/292
- Doença ocupacional. Indenização. Nexos causal não comprovado	5/489
- Doença ocupacional. Não caracterização. Nexos causal inexistente. Prova pericial.....	1/87
- Doença ocupacional. Natureza degenerativa. Ausência de incapacidade da trabalhadora. Dispensa da perícia ambiental	4/377
- Doença ocupacional. Nexos causal. Dano moral. Ausência de incapacidade laboral. Não configuração.....	1/117
- Doença ocupacional. Nexos causal/concausal não comprovado. Danos morais e materiais. Não cabimento.....	5/477
- Doença ocupacional. Nexos de causalidade. Ausência. Reparação indevida	1/87
- Doença ocupacional. Responsabilidade civil do empregador. Concausalidade.....	3/292
- Doença ou acidente do trabalho. Responsabilidade civil do empregador.....	3/292
- Doença profissional. Nexos de concausalidade. Indenização por danos morais. Cabimento.....	1/102, 4/380
- Doença profissional. Prova pericial. Ônus da prova.....	5/489
- Perda auditiva. Doença ocupacional. Ausência de nexos causal e de incapacidade laboral. Indenização por danos morais e materiais. Não cabimento.....	5/527

DONO DA OBRA

- Dono da obra. OJ n. 191 da SDI-1 do C. TST. Responsabilidade.....	3/293
---------------------------------------------------------------------	-------

ECT

- Diferenças salariais. EBCT. Plano de cargos e salários. Descumprimento. Critérios de promoção não observados. Prescrição 6/607
- EBCT. Adicional de atividade de distribuição e/ou coleta. AADC. Adicional de periculosidade. Cumulação. Possibilidade 6/607
- EBCT. Banco postal. Condição de bancário..... 1/88
- EBCT. Licença-paternidade estendida de 15 dias. Isonomia com a licença-maternidade prorrogada. Lei n. 11.770/2008..... 6/607
- ECT. Conflito entre o “AADC” - Adicional de Atividade de Distribuição e/ou Coleta externa (destinado aos carteiros), e adicional de periculosidade. Impossibilidade de cumulação dos adicionais. Art. 193, § 2º, da CLT 1/88, 4/378
- ECT. Progressão horizontal por antiguidade. Plano de cargos e salários. Deliberação da empresa. Concessão..... 6/607
- ECT. Progressão horizontal por merecimento. Plano de cargos e salários. Deliberação da empresa..... 6/607
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Horas extras. Base de cálculo. Norma coletiva..... 4/378
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Progressão horizontal por antiguidade. Critérios 5/489
- Plano de Desligamento Incentivado para Aposentado dos Correios - PDIA. Multa de 40% sobre os depósitos de FGTS. Não cabimento..... 5/489

ELETRICISTA

- Eletricista. Reconhecimento da prestação de serviços. Não comprovação do trabalho, na forma de autônomo. Vínculo de emprego. Cabimento 5/489

EMBARGOS

- Embargos à execução contra ato de constrição. Garantia integral do juízo desnecessária..... 5/490
- Embargos à execução. Garantia do juízo. Processamento. Conflitos de direitos fundamentais 5/490
- Embargos à execução. Termo inicial do prazo para oposição. A partir da intimação da parte executada sobre a formalização do auto de penhora e não da ciência do bloqueio judicial 5/490
- Embargos de declaração. Efeito modificativo. Direito superveniente. Aplicação aos contratos de trabalho em vigor, após 11.11.2017. Tempo despendido pelo empregado, da residência até o posto de trabalho efetivo. Inexistência de direito adquirido 4/378
- Embargos de declaração. Erro material. Prestação jurisdicional. Saneamento..... 1/88
- Embargos de declaração. Hipóteses legais. Não configuração 1/88
- Embargos de declaração. Hipóteses legais. Revisão do julgado. Descabimento..... 1/88
- Embargos de declaração. Omissão inexistente. Rejeição 1/88, 2/215
- Embargos de declaração. Omissão, contradição ou obscuridade. Ausência. Esclarecimentos 1/89
- Embargos de declaração. Pedido de honorários advocatícios em favor da empresa. Sucumbência. Reforma trabalhista. Nova redação do art. 791 da CLT. Inaplicabilidade. Isolamento dos atos processuais 3/293
- Embargos de declaração. Pressupostos. Omissão, contradição ou obscuridade não configuradas. Hipótese que não se insere na previsão do art. 897-A CLT..... 6/608

- Embargos de declaração. Pressupostos. Omissão, contradição ou obscuridade não configuradas. Hipótese que não se insere na previsão dos arts. 1.022, incisos I e II, do NCPC, e 897-A da CLT..... 4/379
- Embargos de terceiro. Cônjuge meeira. Comunhão universal de bens. Reserva de meação. Cabimento..... 4/379
- Embargos de terceiros. Penhora. Insubsistência. Inocorrência. Alienação entre familiares. Fraude à execução..... 6/608
- Embargos declaratórios não conhecidos. Presença dos pressupostos extrínsecos. Interrupção do prazo recursal. Inteligência do § 3º do art. 897-A da CLT e art. 1.026 do CPC/2015 1/89
- Embargos declaratórios. Revisão do julgado 1/89

EMPREGADO DOMÉSTICO

- Caseiro. Contrato de comodato. Vínculo de emprego. Não configuração 1/89
- Empregado doméstico. Normas coletivas. Aplicação..... 6/608

EMPRESA

- CDHU. Empresa pública vinculada à Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo. Dona da obra não equiparada à empresa construtora ou incorporadora. Responsabilidade subsidiária afastada. Inteligência da OJ n. 191 da SDI-1 do C. TST 4/379
- Empresa em recuperação judicial. Não recolhimento do preparo. Deserção 6/608
- Grupo econômico. Adquirente da unidade produtiva de empresa em recuperação judicial. Responsabilidade pelos débitos trabalhistas. Não cabimento 6/608
- Tramitação preferencial. Falência ou recuperação judicial responsabilidade subsidiária. Contrato. Prejuízo a terceiros. Inadmissibilidade. Caracterização 6/609

ENGENHEIRO

- Lei Federal n. 4.950-A/1966. Engenheiro. Salário profissional fixado em múltiplos de salário-mínimo. Diferenças salariais. Possibilidade..... 6/609
- Piso salarial do engenheiro. Lei Federal n. 4.950-A/1966. Incidência..... 5/490

ENQUADRAMENTO

- Enquadramento bancário. Banco postal. Impossibilidade..... 3/293
- Enquadramento sindical 2/215
- Enquadramento sindical. Categoria diferenciada. *Office boy*. Abrangência. Súmula n. 374 do Colendo TST..... 1/89, 4/379
- Enquadramento sindical. Motorista na agroindústria. Categoria diferenciada 1/89, 5/490
- Enquadramento sindical. Vendedor externo. Categoria diferenciada..... 6/609

ENTE PÚBLICO

- Ente público. Fraude à modalidade de prestação de serviços pela via cooperada. Responsabilização solidária 4/380
- Ente público. Reexame necessário. Condenação inferior a 100 salários-mínimos. Não conhecimento. Aplicação no processo do trabalho. Possibilidade..... 1/90
- Termo de Ajustamento de Conduta. Ente público. Astreintes. Redução. Cabimento.....6/609

EQUIPARAÇÃO

- Equiparação salarial. Art. 461 da CLT. Funcionário público. Inaplicabilidade..... 2/215, 3/293
- Equiparação salarial. Ausência do preenchimento dos requisitos legais 5/491
- Equiparação salarial. Cabimento..... 1/90, 5/468
- Equiparação salarial. Desvio/acúmulo de função. Ônus da prova 1/90
- Equiparação salarial. Fatos impeditivos comprovados. Ônus da prova. Aplicação da Súmula n. 6 do TST e do art. 461 da CLT. Improcedência do pleito 6/609
- Equiparação salarial. Fatos impeditivos não comprovados. Ônus da prova da empregadora. Requisitos do art. 461 da CLT e aplicação da Súmula n. 6 do TST. Equiparação devida 1/90
- Equiparação salarial. Grupo econômico. Contratos de trabalho distintos. Ausência de requisito essencial 3/294
- Equiparação salarial. Identidade de função. Não configuração 5/527
- Equiparação salarial. Identidade de função. Prova. Não configuração 5/468
- Equiparação salarial. Identidade de funções. Diferenças de salário devidas 6/616
- Equiparação salarial. Identidade de funções. Ônus da prova 1/91, 5/491, 6/610
- Equiparação salarial. Requisitos. Diferença de produtividade e perfeição técnica comprovados. Indevida..... 3/294
- Equiparação salarial. Servidor público. Indevida..... 3/294
- Sabesp. Plano de remuneração por competências. Equiparação salarial inviável.....5/491

ERRO MATERIAL

- Correção de erro material. Possibilidade. Inocorrência de preclusão ou ofensa à coisa julgada..... 1/65

ESTABILIDADE

- Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. Art. 10, inciso II, alínea “a”, do ADCT. Garantia de emprego. Dispensa por questões técnica e econômica 2/215
- Estabilidade acidentária. Doença ocupacional. Prova pericial 1/87
- Estabilidade acidentária. Rescisão por justa causa. Não cabimento 1/112
- Estabilidade acidentária/indenização substitutiva. Direito 4/380
- Estabilidade decenal. Direito adquirido 6/610
- Estabilidade gestante. Contrato de experiência 4/380
- Estabilidade pré-aposentadoria. Requisitos fixados em norma coletiva. Não preenchimento. Garantia de emprego não assegurada 5/491
- Estabilidade provisória. Art. 118 da Lei n. 8.213/1991. Configurada. Indenização substitutiva..... 3/294
- Estabilidade provisória. Gestante. Ausência de conhecimento do estado gravídico pelo empregador. Indenização indevida. Repercussão geral da matéria..... 4/381
- Estabilidade provisória. Gestante. Requisitos 3/294
- Estabilidade provisória. Membro da Cipa. Reintegração indevida. Encerramento das atividades..... 1/91
- Estabilidade provisória. Reintegração no emprego. Acidente do trabalho por equiparação. Comprovação de doença profissional contraída no exercício da função. Aplicação do art. 118 da Lei n. 8.213/1991 e pertinência do item II da Súmula n. 378 do TST 6/610
- Estabilidade. Membro da Cipa. Extinção do estabelecimento. Não assegurada. Aplicação da Súmula n. 339, II, do C. TST..... 1/91

- Garantia de emprego. Gestante. Objetivo da estabilidade. Indenização indevida no caso de se desvirtuar a proteção assegurada constitucionalmente. Abuso no exercício do direito de ação e enriquecimento ilícito 4/381
- Gestante. Natimorto na 30ª semana de gestação. Recusa à reintegração no emprego. Estabilidade provisória devida. Incidência do art. 10, inciso II, “b”, do ADCT.....4/381
- Membro da Cipa. Ruptura do contrato de trabalho. Encerramento das atividades no local (tomador de serviços). Indevida reintegração ou indenização substitutiva3/294
- Membro do Conselho Fiscal. Estabilidade sindical. Não reconhecimento 3/295

ESTÁGIO

- Jornada do estagiário. Extrapolação do limite previsto na Lei n. 11.788/2008. Indevido o pagamento de horas extras. Descaracterização da natureza do contrato de estágio. Vínculo com a parte concedente, exceto se for administração pública. Observância da limitação legal prevista no art. 7º, inciso XIII, da CF/1988 e art. 58 da CLT 2/216

EXECUÇÃO

- Empresa em recuperação judicial. Créditos constituídos posteriormente. Prosseguimento da execução na Justiça do Trabalho 5/492
- Excesso de penhora. Inocorrência 5/493
- Execução contra a Fazenda Pública. Débito de pequeno valor. Definição por legislação municipal 4/381
- Execução da responsável subsidiária. Efetividade da execução. Benefício de ordem.....1/91
- Execução fiscal. Competência da Justiça do Trabalho. Empresa em recuperação judicial..... 6/611
- Execução trabalhista. Impulso oficial. Abandono da causa. Prazo para apresentação de cálculos de liquidação. Inaplicabilidade..... 1/92
- Execução trabalhista. Prescrição intercorrente. Inaplicabilidade 4/381
- Execução. Agravo de petição. Ação coletiva. Extensão dos efeitos da coisa julgada a toda categoria profissional. Necessidade de observância da coisa julgada e rol de substituídos apresentados na petição inicial 4/381
- Execução. Agravo de petição. Acordo. Atraso no pagamento..... 4/382
- Execução. Ausência de bens penhoráveis. Expedição de certidão ao credor. Arquivamento definitivo dos autos. Ilegalidade..... 4/382
- Execução. Coisa julgada. Alteração. Impossibilidade 5/492
- Execução. Coisa julgada. Título executivo. Inexigibilidade. Legislação municipal declarada inconstitucional. Cabimento 6/611
- Execução. Devedor subsidiário. Benefício de ordem. Esgotamento dos meios em face do devedor principal. Inexigibilidade..... 3/295
- Execução. Empresa em recuperação judicial..... 4/382
- Execução. Empresa em recuperação judicial. Competência do juízo universal.....3/295
- Execução. Empresa em recuperação judicial. Competência 1/92
- Execução. Empresa em recuperação judicial. Exaurimento da competência da Justiça do Trabalho. Habilitação dos créditos perante o administrador judicial da empresa em recuperação 1/92
- Execução. Entrega de certidão de crédito trabalhista, pelo MM. Juízo de 1ª Instância, ao credor exequente..... 5/492, 6/611
- Execução. Impenhorabilidade do bem de família. Caracterizado 6/610

- Execução. Impossibilidade de prosseguimento. Ausência de acervo patrimonial e financeiro do devedor. Arquivamento do feito. Possibilidade de reativação da execução no PJe. Arquivamento. Cabimento.....	6/611
- Execução. Impossibilidade de prosseguimento. Ausência de acervo patrimonial e financeiro do devedor. Emissão de certidão de crédito. Arquivamento do feito. Possibilidade de reativação da execução no PJe.....	5/492
- Execução. Inadimplência do débito pelo devedor principal. Responsabilidade imediata do devedor subsidiário.....	1/92, 5/492
- Execução. Incidentes. Recorribilidade. Decisão que interfere no curso do processo de execução. Princípio da ampla defesa. Ofensa	4/382
- Execução. Parcelas de trato sucessivo	4/382
- Execução. Penhora de bem imóvel. Adquirente de boa-fé. Fraude à execução. Ausência de averbação do título no Registro de Imóveis. Inocorrência.....	2/216
- Execução. Penhora sobre proventos de pensão. Ilegalidade. Natureza alimentícia do crédito penhorado.....	6/611
- Execução. Recuperação judicial. Habilitação de crédito no juízo da falência.....	1/92
- Execução. Recuperação judicial. Prosseguimento.....	3/295, 4/382
- Execução. Recuperação judicial. Suspensão. Lei n. 11.101/2005. Não cabimento.....	5/493
- Execução. Redirecionamento. Devedor subsidiário.....	6/612
- Execução. Responsabilidade subsidiária. Benefício de ordem.....	4/383
- Execução. Responsabilidade subsidiária. Benefício de ordem. Devedora principal em recuperação judicial.....	4/383
- Execução. Sentença de liquidação. Título executivo. Observância	5/493
- Executada em recuperação judicial. Redirecionamento da execução em face dos sócios. Possibilidade	4/383
- Fraude à execução. Bem alienado antes do registro da penhora. Não comprovada má-fé do adquirente. Não configurada. Aplicação da Súmula n. 375 do C. STJ.....	5/493
- Fraude à execução. Não caracterização.....	6/612
- Prosseguimento da execução em face do responsável subsidiário. Desnecessidade de exaurimento dos meios executórios contra os sócios do devedor principal.....	3/295

EXTINÇÃO

- Extinção do feito sem resolução do mérito. Ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Contribuição sindical rural. Notificação pessoal do sujeito passivo. Necessidade	6/612
- Extinção do feito. Recurso. Não insurgência.....	6/612
- Extinção do processo sem exame do mérito, por ausência de indicação dos valores dos pedidos. Reclamação trabalhista ajuizada antes da vigência da Lei n. 13.467/2017. Teoria do isolamento dos atos processuais.....	5/493
- Extinção do processo sem exame do mérito, por ausência de liquidez dos pedidos. Reclamação trabalhista ajuizada antes da vigência da Lei n. 13.467/2017. Teoria do isolamento dos atos processuais.....	4/383
- Extinção do processo sem julgamento de mérito. Falta de citação da reclamada. Possibilidade de conversão do rito sumaríssimo em rito ordinário e citação por edital.....	1/92

FALTA GRAVE

- Dirigente sindical. Inquérito para apuração de falta grave. Não comprovação por parte do requerente de culpa exclusiva e comprovação de ato do empregador que justifique a rescisão por culpa recíproca. Possibilidade	3/295
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

- Falta grave. Briga no ambiente de trabalho. Agressões verbais. Justa causa. Caracterização..... 4/383

FAZENDA PÚBLICA

- Fazenda pública municipal. Requisição de pequeno valor. Legislação municipal. Validade 5/493

FÉRIAS

- Desrespeito ao prazo previsto no art. 145 da CLT. Pagamento das férias em dobro 2/216, 3/296, 5/493
- Direito do trabalho. Férias. Pagamento extemporâneo. Dobra devida 3/296
- Férias quitadas fora do prazo do art. 145 da CLT. Terço constitucional pago tempestivamente. Dobra sobre o terço constitucional indevida 1/93
- Férias usufruídas fora do prazo legal concessivo, previsto no art. 134 da CLT. Devido o pagamento em dobro 3/296
- Férias. Atraso no pagamento. Dobra devida 3/296
- Férias. Descumprimento do prazo previsto no art. 145 da CLT. Pagamento em dobro 4/384
- Férias. Gozo na época própria. Pagamento fora do prazo. Dobra devida. Arts. 137 e 145 da CLT 3/296, 5/478
- Férias. Gozo na época própria. Remuneração fora do prazo previsto no art. 145 da CLT. Dobra devida. Art. 137 da CLT e Súmula n. 450 do C. TST 1/93, 2/216
- Férias. Pagamento extemporâneo. Desvirtuada a finalidade do instituto. Dobra devida 1/93, 2/216, 4/384, 5/493, 6/612
- Férias. Pagamento extemporâneo. Direito à dobra. Art. 137 da CLT. Aplicação da multa do art. 137 da CLT. Súmula n. 450 do TST. Súmula n. 52 do TRT15 5/494
- Férias. Pagamento extemporâneo. Dobra devida 1/93, 2/217
- Férias. Pagamento extemporâneo. Dobra. Incidência 1/93, 5/529
- Férias. Pagamento fora do prazo previsto no art. 145 da CLT. Incidência da dobra determinada pelo art. 137 da CLT 1/93, 2/217, 4/407, 5/494, 5/506
- Férias. Período de gozo. Não fruição. Prova. Dobra. Cabimento 5/526
- Férias. Remuneração em atraso. Pagamento em dobro. Terço constitucional pago no prazo. Dobra indevida 5/494, 6/612
- Férias. Remuneração fora do prazo legal. Pagamento em dobro. Inteligência do art. 145 da CLT 5/494
- Férias. Remuneração fora do prazo previsto no art. 145 da CLT. Pagamento em dobro nos moldes do art. 137 da CLT. Exegese da OJ n. 386 do C. TST 5/494
- Férias. Remuneração fora do prazo previsto no art. 145 da CLT. Pagamento em dobro nos moldes do art. 137 da CLT. Exegese da Súmula n. 450 do C. TST e da Súmula n. 52 deste Tribunal 1/93
- Previsto no art. 145 da CLT. Pagamento das férias em dobro 1/94

FERROVIÁRIO

- Ferroviário, categoria “C”. Intervalo intrajornada. Não incidência da norma contida no art. 71 da CLT. Regramento próprio da categoria, estabelecido pelo art. 238, § 5º, da CLT 1/83

FGTS

- Diferenças de FGTS. Prescrição aplicável. Decisão prolatada na ARE 709.212/DF 1/94, 5/494

- Diferenças do FGTS. Regularidade do recolhimento na conta vinculada. Ônus da prova.....	5/495, 6/612
- FGTS. Acordo de parcelamento do débito junto à Caixa Econômica Federal não impede o recolhimento das diferenças devidas.....	3/297
- FGTS. Diferenças. Prova.....	4/389
- FGTS. Município de Cruzeiro. Regime celetista reconhecido. Devidos os depósitos.....	5/495
- FGTS. Pagamento direto ao trabalhador. Impossibilidade.....	4/395
- FGTS. Prescrição. Decisão do STF. ARE 709.212/DF. Modulação dos efeitos. Prescrição quinquenal. Contagem a partir de 13.11.2014.....	5/495

FRAUDE

- Fraude à execução. Má-fé. Não caracterização.....	4/384
- Fraude à execução. Não caracterização.....	4/384

FUNDAÇÃO

- Fundação Casa. Adicional de periculosidade. Agente de apoio socioeducativo. Devido.....	6/613
- Fundação Casa. Adicional por tempo de serviço. Quinquênio. Extensão aos servidores públicos celetistas.....	5/495
- Fundação Casa. Adicional por tempo de serviço. Quinquênio. Extensão aos empregados públicos.....	4/384
- Fundação Casa. Agente de apoio socioeducativo. Adicional de periculosidade. Cabimento.....	5/502
- Fundação Casa. Agente de apoio socioeducativo. Adicional de periculosidade.....	5/496
- Fundação Casa. Agente socioeducativo. Adicional de periculosidade. Devido.....	5/496
- Fundação Casa. Analista técnico. Professor de educação física. Adicional de periculosidade. Não cabimento.....	4/385
- Fundação Casa. Analista técnico. Professor de educação física. Horas extras. Jornada de trabalho. Art. 318 da CLT. Não configuração.....	4/384
- Fundação Casa. Férias. “Verba transitória”. Pendência judicial. Dobra. Não incidência.....	6/613
- Fundação Casa. Progressão funcional por antiguidade. Ausência de previsão no plano de cargos e salários de 2006. Indevida.....	1/94
- Fundação Casa-SP. Horas extras. Regime de trabalho 2x2. Compensação tácita. Não cabimento.....	5/496
- Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação Casa-SP. Terceirização lícita. Responsabilidade subsidiária. Incidência da Súmula n. 331 do C. TST. Possibilidade.....	4/385
- Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo José Gomes da Silva. Adicional por tempo de serviço. Quinquênio. Reflexos. Art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo.....	4/385
- Fundação pertencente à administração pública. Necessidade de motivação para dispensa de empregados.....	5/496

GARANTIA

- Garantia convencional de emprego. Trabalhador em vias de se aposentar. Ausência de comunicação.....	1/95
- Garantia provisória de emprego. Cipa. Representante dos empregados. Perda do mandato. Ausência superior a quatro reuniões. NR-5. Ônus da prova.....	1/95

GESTANTE

- Despedida por justa causa. Reversão. Empregada gestante. Devida a estabilidade prevista no art. 10, II, "b" do ADCT 3/296
- Gestante. Contrato temporário. Estabilidade reconhecida 1/95
- Gravidez. Conhecimento do empregador. Irrelevância. A importância de se considerar que a proteção que se quer dispensar não visa só à gestante, mas também - talvez principalmente - à nova vida que está se iniciando 3/296

GRATIFICAÇÃO

- Gratificação de função. Salário disfarçado. Incorporação. Art. 468 da CLT. Inaplicabilidade da Súmula n. 372 do C. TST 1/95
- Gratificação por produtividade. Repouso semanal remunerado. Reflexo. Devido.....1/95
- Gratificações. Lei Complementar Estadual n. 1.080/2008. Supressão. Inexistência de prejuízo. Reclassificação de vencimentos. Inexistência de redução salarial, considerada em seu todo. Alteração contratual lesiva não configurada 4/385

GREVE

- Greve. Direito fundamental. Mora salarial. Irregularidades graves e contumazes. Não abusividade. Pagamento dos dias parados 5/496

GRUPO ECONÔMICO

- Grupo econômico. Relação de coordenação. Caracterização 1/96
- Grupo econômico. Responsabilidade solidária. Art. 2º, § 2º, da CLT 1/96
- Grupo econômico. Solidariedade destinada a garantir o cumprimento de débitos decorrentes do contrato de trabalho: tíquete refeição e plano de saúde. Impossibilidade de utilização para fins de equiparação de contratos de trabalho 4/385

HIPOTECA

- Hipoteca judiciária. Sentença. Efeitos 4/393

HOMOLOGAÇÃO

- Homologação de cálculos. Inclusão em folha de pagamento. Diferenças. Preclusão. Inexistência..... 5/497

HONORÁRIOS

- Honorários advocatícios concedidos com base nas Súmulas n. 219 e 329 do TST. Assistência sindical. Sindicato que age com má-fé. Impossibilidade 1/96
- Honorários advocatícios sucumbenciais. Reclamação trabalhista proposta após 11.11.2017. Art. 791-A, § 3º, da CLT. Possibilidade..... 5/497
- Honorários advocatícios sucumbenciais. Reforma trabalhista. Art. 791-A da CLT. Sentença proferida na vigência da Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017. Sistema do isolamento dos atos processuais. Devidos..... 6/613
- Honorários advocatícios 1/115
- Honorários advocatícios. Advogado particular. Impossibilidade.....1/93, 1/96, 2/217, 2/227
- Honorários advocatícios. Cabimento.....1/117, 1/139, 4/384, 5/482, 5/514
- Honorários advocatícios. Indenização pela contratação de advogado particular. Indevidos 1/96, 5/497
- Honorários advocatícios. Justiça do Trabalho. Legislação específica..... 1/97, 2/217

- Honorários advocatícios. Não cabimento.....	1/87, 1/95, 1/102, 1/103, 1/105, 1/107, 1/110, 1/121, 1/122, 2/212, 2/217, 2/228, 4/354, 4/367, 4/380, 4/392, 4/407, 5/467, 5/470, 5/489, 5/500, 5/502, 5/504
- Honorários advocatícios. Parte sem assistência sindicato. Indevidos.....	5/498
- Honorários advocatícios. Princípio da aplicação imediata das normas proces- suais.....	5/498, 6/613
- Honorários advocatícios. Princípio da sucumbência.....	1/97
- Honorários advocatícios. Requisitos da Lei n. 5.584/1970 não preenchidos.....	5/498
- Honorários advocatícios. Requisitos para concessão.....	1/97, 3/297
- Honorários advocatícios. Sindicato substituto processual.....	3/301
- Honorários advocatícios. Sucumbência. Ação ajuizada antes da vigência da Lei n. 13.467/2017 (reforma trabalhista). Inaplicabilidade da lei nova.....	6/613
- Honorários de sucumbência. Ação ajuizada antes do início da vigência da Lei n. 13.467/2017. Inaplicabilidade.....	4/386, 5/498, 6/614
- Honorários periciais prévios. Justiça gratuita. Indevida restituição do valor.....	1/133
- Honorários periciais técnicos. Responsabilidade pelo pagamento em caso de impro- cedência do pedido de adicional de insalubridade. Disposições da Lei n. 13.467/2017.....	6/614
- Honorários periciais. Fixação. Observância aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.....	3/297, 5/498
- Honorários periciais. Reclamante sucumbente na pretensão objeto da perícia. Be- neficiário da justiça gratuita.....	5/499
- Honorários periciais. Reclamante. Beneficiário da justiça gratuita.....	5/527

HORA IN ITINERE

- Horas de percurso fixadas mediante negociação coletiva. Tempo inferior ao gasto pelo trabalhador. Razoabilidade afastada.....	1/97
- Horas de percurso. General Motors do Brasil Ltda. Local de fácil acesso, servido por transporte regular público. Incompatibilidade entre os horários do transporte público e a jornada do autor, que reside em local distante. Indevidas.....	5/499
- Horas de trajeto (<i>in itinere</i>). Flexibilização por meio de norma coletiva. Possibilidade e limitações.....	1/97
- Horas <i>in itinere</i> . Alegado local de difícil acesso. Não ocorrência. Existência de trans- porte público em todos os horários de início e término da jornada. Indevidas.....	1/97
- Horas <i>in itinere</i> . Alteração da base de cálculo por negociação coletiva. Invalidez.....	5/499
- Horas <i>in itinere</i> . Considerações sobre a Súmula n. 90 do C. TST, sobre o ônus da prova e sobre a limitação prevista em norma coletiva.....	1/98
- Horas <i>in itinere</i> . Fixação de um tempo médio, previsto em norma coletiva. Possibi- lidade.....	1/98
- Horas <i>in itinere</i> . Incompatibilidade de horários entre o transporte público e a jornada obreira. Devidas. Aplicação da Súmula n. 90, II, do C. TST.....	4/386
- Horas <i>in itinere</i> . Limitação prevista em norma coletiva. Possibilidade.....	1/99, 1/113, 5/523
- Horas <i>in itinere</i> . Limitação prevista em norma coletiva. Razoabilidade na fixação. Possibilidade.....	1/99
- Horas <i>in itinere</i> . Local de trabalho de fácil acesso e servido por transporte público e regular. Indevidas.....	3/313
- Horas <i>in itinere</i> . Não configuração.....	5/526
- Horas <i>in itinere</i> . Não fornecimento de transporte pelo empregador. Requisito neces- sário para seu cabimento.....	4/386
- Horas <i>in itinere</i> . Norma coletiva. Invalidez.....	1/105, 2/217, 5/467

- Horas <i>in itinere</i> . Norma coletiva. Validade.....	1/99, 1/104, 1/121
- Horas <i>in itinere</i> . Parte do percurso servido por transporte público regular. Limitação ao trecho não servido por transporte público. Aplicação da Súmula n. 90, IV, do C. TST	1/100
- Horas <i>in itinere</i> . Prefixação do tempo de percurso em norma coletiva. Observância dos critérios da razoabilidade e da proporcionalidade	4/386, 5/499, 6/614
- Horas <i>in itinere</i> . Prefixação em norma coletiva. Possibilidade	2/218, 4/386
- Horas <i>in itinere</i> . Prefixação. Limite diário e base de cálculo. Norma coletiva	3/297
- Horas <i>in itinere</i> . Prova. Não cabimento	4/387
- Horas <i>in itinere</i> . Quantidade fixada em negociação coletiva. Possibilidade. Limite de redução de 50% em relação ao tempo real gasto no trajeto. Princípio de razoabilidade	3/297
- Horas <i>in itinere</i> . Reclamada localizada em lugar de fácil acesso: às margens de rodovia, servida por intenso transporte público. O reclamante é quem reside em local de difícil acesso.....	1/100
- Horas <i>in itinere</i> . Reclamada localizada em lugar de fácil acesso: às margens de uma rodovia, servida por intenso transporte público. A reclamante é quem reside em local distante.....	1/100
- Horas <i>in itinere</i> . Requisitos.....	2/218
- Horas <i>in itinere</i> . Transporte público regular e compatível com a jornada de trabalho. Ausência de prova.....	1/68, 1/90, 2/228, 5/469, 5/499, 5/503

HORÁRIO À DISPOSIÇÃO

- Horas de sobreaviso. Direito de locomoção. Restrição. Não comprovação. Não cabimento	4/387
- Horas de sobreaviso. Não caracterização.....	1/70
- Horas de sobreaviso. Possibilidade de localizar o empregado por meio de telefone celular. Limitação de seu direito de ir e vir. Devidas.....	5/500
- Horas de sobreaviso. Uso de telefone celular. Não caracterização	1/101
- Minutos residuais não pagos. Tempo à disposição. Horas extraordinárias. Pagamento devido	1/101
- Sobreaviso. Requisitos	1/103
- Sobreaviso. Uso de aparelho celular. Não caracterização	5/500
- Sobreaviso. Uso de telefone. Não caracterização.....	6/614
- Tempo à disposição do empregador.....	5/479
- Tempo de sobreaviso. Não caracterização.....	3/298

HORAS EXTRAS

- Banco de horas. Impossibilidade de fiscalização pelo trabalhador. Invalidez.....	5/500
- Comissionista misto. Horas extras. Base de cálculo. Aplicação da Súmula n. 340 do C. TST	4/354
- Diferenças de horas extras. Ônus da prova	6/614
- Escala 12x36. Ente público. Ausência de lei municipal para compensação da jornada	3/298
- Hora extra. Base de cálculo. Sexta parte	5/514
- Horas extraordinárias. Labor externo. Art. 62, inciso I, da CLT	4/357
- Horas extraordinárias. Trabalho externo. Motorista. Situação excepcionada pelo art. 62, I, da CLT	1/101
- Horas extras e reflexos. Idoneidade dos cartões de ponto. Ônus da prova.....	5/500

- Horas extras e reflexos. Jornada reduzida de 6 horas diárias e 30 horas semanais. Norma contratual. DIRHU 9/1988. Alteração lesiva.....	5/518
- Horas extras e reflexos. Minutos residuais.....	4/380, 5/515
- Horas extras habituais. Acordo de compensação de jornada individual. Invalidez.....	5/500
- Horas extras habituais. Acordo de compensação. Invalidez.....	1/101, 4/354, 5/468
- Horas extras habituais. Descaracterização do regime de compensação.....	1/102
- Horas extras habitualmente prestadas por mais de um ano de trabalho. Supressão. Indenização. Súmula n. 291 do C. TST. Devida.....	1/102, 4/387
- Horas extras ou diferenças salariais. Jornada especial de quatro horas. Lei n. 3.999/1961. Súmula n. 370 do C. TST. Indevidas.....	6/614
- Horas extras por alegado descumprimento de norma coletiva. Regime 12x36. Vigilante. Indevidas.....	5/500
- Horas extras por suposto tempo à disposição. Indevidas. Transporte escolar urbano. Motorista: “pegadas múltiplas”. Fracionamento da jornada em 2 ou 3 turnos. Peculiaridade do transporte coletivo terrestre de passageiros. Convenção coletiva de trabalho que assegura intervalo intrajornada superior a 2 horas cada.....	5/501
- Horas extras. Anotações invariáveis. Cartões de ponto inválidos. Súmula n. 338, III, do TST.....	1/102, 4/398
- Horas extras. Ausência de cartões de ponto. Súmula n. 338, I, do TST.....	4/387, 5/511
- Horas extras. Bancário. Cargo de confiança. Não comprovação. Art. 224, <i>caput</i> , da CLT.....	5/501
- Horas extras. Banco de horas previsto em normas coletivas. Indevido seu pagamento.....	1/102, 1/111
- Horas extras. Banco de horas. Invalidez.....	1/121
- Horas extras. Base de cálculo. Verbas de natureza salarial.....	5/501
- Horas extras. Cargo de confiança.....	4/387
- Horas extras. Cargo de confiança. Não enquadramento na exceção do art. 62 da CLT.....	1/102
- Horas extras. Cartões de ponto inválidos. Súmula n. 338, I e II, do TST.....	5/475
- Horas extras. Cartões de ponto que não refletem a realidade. Inversão do ônus da prova.....	4/388
- Horas extras. Cartões de ponto. Anotações de horários variáveis. Validade.....	5/470, 5/478, 5/501
- Horas extras. Cartões de ponto. Anotações de horários variáveis. Validade. Ônus da prova.....	2/211
- Horas extras. Controles de ponto não assinados pelo empregado. Validade. Ônus da prova.....	1/102
- Horas extras. Diferenças. Prova.....	1/87, 5/470, 5/518
- Horas extras. Fundação Casa. Jornada especial de 12 horas, em regime de 2x2. Existência de previsão nas Portarias Normativas n. 129/2007, 227/2012 e 277/2015. Agente de apoio socioeducativo. Indevidas.....	1/103, 4/388
- Horas extras. Gerente. Cargo de confiança. Caracterização. Enquadramento do empregado na exceção do art. 62, II, da CLT.....	1/103
- Horas extras. Habitualidade. Reflexos.....	4/380
- Horas extras. Invalidação do acordo de compensação de jornada. Diferenças evidentes.....	5/502
- Horas extras. Jornada absurda. Necessidade de comprovação robusta.....	1/104
- Horas extras. Jornada de trabalho. Cartões de ponto. Ausência. Fixação. Princípio da razoabilidade.....	2/218, 6/614
- Horas extras. Jornada de trabalho. Escala 12x36. Norma coletiva. Inexistência. Invalidez.....	5/526
- Horas extras. Labor externo. Art. 62, inciso I, da CLT.....	4/388, 5/502

- Horas extras. Minutos que antecedem a jornada de trabalho contratual. Improcedência	2/220
- Horas extras. Minutos que antecedem a jornada. Trajeto interno. Tempo à disposição do empregador. Art. 4º da CLT. Súmula n. 429 do C. TST	1/104, 2/218
- Horas extras. Minutos que antecedem ou sucedem a jornada de trabalho contratual. Improcedência	4/388
- Horas extras. Minutos residuais	5/502
- Horas extras. Minutos residuais. Previsão em norma coletiva	1/104
- Horas extras. Município de Cruzeiro. Atendente de creche. Ausência de previsão legal. Cabimento	1/115
- Horas extras. Ônus da prova	1/112
- Horas extras. Pausas. Observância. Prova. Pagamento.cabimento	4/395
- Horas extras. Prova. Diferenças. Planilhas de horários. Jornada de trabalho corrida. Minuto a minuto. Invalidez	5/507
- Horas extras. Reclamada aplica o divisor 220. Sábados não trabalhados, conforme previsto em norma coletiva, que nada dispôs sobre o divisor aplicável. Pretensão do obreiro quanto ao divisor 200. Furnas Centrais Elétricas S. A. Indevido.....	1/104, 1/105
- Horas extras. Regime especial de compensação de horas. Escala 2x2 em jornada de 12 horas. Previsão em sentença normativa. Validade.....	5/502
- Horas extras. Regime especial de compensação de horas. Escalas 12x24, 12x48, 12x60. Invalidez. Ente público.....	4/389
- Horas extras. Trabalhador externo. Não enquadramento no art. 62, I, da CLT. Devidas	5/502
- Horas extras. Trabalho externo. Comprovação do controle da jornada pelo empregador. Devidas.....	1/105, 3/298
- Horas extras. Trabalho externo. Jornada sujeita a controle pelo empregador. Inaplicabilidade da exceção contida no art. 62, inciso I, da CLT	1/105, 6/615
- Horas extras. Trabalho externo. Vendedor. Ausência de controle da jornada.....	5/502
- Horas extras. Trabalho por produção. Cortador de cana-de-açúcar	1/105
- Horas extras. Turnos ininterruptos de revezamento. Elastecimento da jornada. Negociação coletiva. Ausência de contrapartida. Invalidez.....	1/109
- Incidente de Recurso Repetitivo n. 0000849-83.2013.5.03.0138. Horas extras e reflexos. Divisor	4/364
- Minutos que antecedem e sucedem a jornada. Tempo à disposição. Art. 4º da CLT.....	3/298
- Minutos residuais impagos. Tempo à disposição. Horas extraordinárias. Pagamento devido	2/218, 3/298, 5/503
- Minutos residuais. Tempo despendido no percurso entre a portaria e o setor de trabalho. Troca de uniforme	1/109
- Minutos residuais. Tempo despendido para troca de uniforme	5/503
- Reflexos das horas extras quitadas sobre os Dsrs e com estes sobre os demais títulos. Não incidência.....	6/615
- Sabesp. Hora extra.....	4/389

ILEGITIMIDADE DE PARTE

- Ilegitimidade de parte. Impossibilidade jurídica do pedido. Responsabilização. Tomador de serviços.....	1/105
- Ilegitimidade de parte. Responsabilidade.....	5/503
- Ilegitimidade de parte. Responsabilização. Tomador de serviços.....	1/68, 2/219, 5/503, 5/504

IMPENHORABILIDADE

- Impenhorabilidade. Construção sobre salários de sócia executada. Inadmissibilidade..... 5/503

IMPOSTO DE RENDA

- Imposto de Renda. Base de cálculo. Juros de mora. Não incidência 1/60
- Imposto de Renda. Lei n. 13.149/2015. Regime de caixa híbrido..... 1/106

IMPROBIDADE

- Ato de improbidade. Benefício indevido. Justa causa. Caracterização..... 4/389
- Ato de improbidade. Apropriação de bem. Justa causa. Caracterização..... 1/106

INAPTIDÃO

- Alta médica pelo INSS. Inaptidão para o trabalho declarada pelo médico da empresa. Salários do período. Pagamento 4/390, 5/504

INCOMPETÊNCIA

- Incompetência em razão do lugar. Art. 651 da CLT. Não configuração..... 1/106

INDENIZAÇÃO

- Cestas básicas. Norma coletiva. Descumprimento. Indenização. Cabimento 5/495
- Exigência de vendas casadas. Casas Bahia. Indenização por danos morais devida..... 4/390
- Fixação do valor arbitrado para a condenação por danos morais. Parâmetros..... 5/504
- Indenização pela lavagem de uniformes. Ausente a comprovação de gastos diferenciados. Indevida..... 4/389
- Indenização por dano moral. Agressão física sofrida no ambiente de trabalho. Preposto. Superior hierárquico. Cabimento..... 1/68
- Indenização por dano moral. Assédio moral não configurado..... 2/228
- Indenização por dano moral. Enquadramento errôneo do trabalhador como portador de necessidades especiais. Cabimento 1/109
- Indenização por dano moral. Rescisão por justa causa. Exercício do poder potestativo nos limites legais. Inadmissibilidade 5/504
- Indenização por dano moral. Trabalhador acometido de grave doença coagido a pedir transferência de local de trabalho. Ato nulo com dever de reparação..... 4/390
- Indenização por danos materiais. Furto de veículo particular do empregado. Ausência de estacionamento exclusivo, com acesso restrito. Local de livre acesso ao público. Indevida..... 1/126
- Indenização por danos materiais. Pensão mensal. Ausência de perda ou redução da capacidade laboral. Indevida 5/505
- Indenização por danos morais. Ausência de pagamento de verbas trabalhistas. Possibilidade..... 4/390
- Indenização por danos morais. Ausência de prova de fato que demonstra ofensa à dignidade da pessoa humana. Inviabilidade..... 1/106
- Indenização por danos morais. Ausência de recolhimentos previdenciários 5/505
- Indenização por danos morais. Cabimento. Doença profissional. Condições inadequadas para o trabalho..... 5/505
- Indenização por danos morais. Coletor de lixo urbano. Ausência de sanitários no percurso da coleta. Ausência de conduta ilícita ou negligente por parte do empregador. Indevido 4/391

- Indenização por danos morais. Dinâmica de grupo. Obrigatoriedade do empregador. Constrangimento. Limite da razoabilidade 5/509
- Indenização por danos morais. Escopo pedagógico compensatório. Majoração do valor arbitrado 5/505
- Indenização por danos morais. Ilícito trabalhista..... 4/391, 5/505
- Indenização por danos morais. Motorista. Transporte de numerário 4/391
- Indenização por danos morais. Não pagamento injustificável das verbas rescisórias 2/219
- Indenização. Dano existencial. Caracterização 6/615
- Processo do trabalho. Indenização pela contratação de advogado 3/299

INÉPCIA

- Reflexos. Pedido genérico. Inépcia. Aplicação do art. 485, inciso I, do NCPC 2/223

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

- Empresa de concessão de empréstimos e financiamentos. Enquadramento. Financeira. Inteligência do art. 17 da Lei n. 4.695/1964. Incidência da Súmula n. 55 do TST 5/505

INTERDITO PROIBITÓRIO

- Interdito proibitório. Fim do movimento paredista. Perda superveniente do interesse de agir. Extinção do feito, sem resolução do mérito 4/391

INTERVALO DE TRABALHO

- Escala 12x36. Supressão de intervalos intrajornada. Acordo de compensação de horas descaracterizado 4/391, 4/404
- Horas extras por supressão do intervalo intrajornada. Natureza jurídica 3/299
- Intervalo art. 384 da CLT. Aplicabilidade 1/107
- Intervalo de 15 minutos que antecede a jornada extraordinária. Art. 384 da CLT 5/468, 5/506, 5/523
- Intervalo de 15 minutos que antecede a jornada extraordinária. Art. 384 da CLT 2/228, 4/389
- Intervalo do art. 253 da CLT. Exposição ao frio. Não concessão. Pagamento devido 5/503
- Intervalo do art. 384 da CLT. Aplicação à mulher. Incabível aos trabalhadores do sexo masculino 4/373
- Intervalo do art. 384 da CLT. Proteção ao trabalho da mulher. Constitucionalidade. Horas extras devidas 4/392
- Intervalo interjornada. Natureza jurídica. Reflexos 1/107
- Intervalo interjornadas. Horas extras 1/109
- Intervalo interjornadas. Supressão. Ônus da prova 4/392
- Intervalo intrajornada para almoço 5/506
- Intervalo intrajornada para refeição e descanso. Natureza jurídica salarial 3/299
- Intervalo intrajornada para refeição e descanso. Supressão parcial. Pagamento de uma hora extraordinária completa. Natureza jurídica salarial 1/107, 5/506, 6/615
- Intervalo intrajornada para repouso e alimentação. Cláusula de norma coletiva prevendo redução sem a autorização do Ministério do Trabalho. Invalidez 6/615
- Intervalo intrajornada usufruído por 50 minutos. Tempo reduzido somente em 10 minutos. Existência de autorização específica do MTE. Portaria n. 65/2010. Não cabimento da aplicação da súmula n. 437 do C. TST 4/392

- Intervalo intrajornada. Anotação do período nos cartões de ponto. Variações mínimas. Incidência da Súmula n. 366 do TST.....	1/107
- Intervalo intrajornada. Concessão parcial. Art. 71, § 4º, da CLT. Devido pagamento integral.....	5/506
- Intervalo intrajornada. Concessão parcial. Direito ao recebimento do tempo integral.....	1/108, 5/502, 6/616
- Intervalo intrajornada. Concessão parcial. Pagamento total do período correspondente.....	2/219, 4/405
- Intervalo intrajornada. Cumprimento integral. Norma de ordem pública. Súmula n. 437 do TST.....	3/299
- Intervalo intrajornada. Escalonamento. Norma coletiva. Período total de 1 (uma) hora. Observância. Validade.....	6/616
- Intervalo intrajornada. Exegese do art. 71, § 1º, da CLT. Aplicação da Orientação Jurisprudencial n. 178 da SBDI-1 do C. TST.....	1/69
- Intervalo intrajornada. Horas extras. Não ocorrência de <i>bis in idem</i>	1/108, 6/616
- Intervalo intrajornada. Jornada 12x36.....	5/506
- Intervalo intrajornada. Jornada de seis horas habitualmente ultrapassada. Aplicação da Súmula n. 437, IV, do TST.....	6/615
- Intervalo intrajornada. Natureza jurídica. Reflexos.....	1/108, 5/507, 6/616
- Intervalo intrajornada. Pré assinalação.....	1/113
- Intervalo intrajornada. Prorrogação da jornada contratual de seis horas diárias.....	1/108
- Intervalo intrajornada. Redução mediante negociação coletiva. Impossibilidade. Reparação do tempo mínimo legal.....	2/219
- Intervalo intrajornada. Redução por norma coletiva. Impossibilidade.....	1/108, 2/220
- Intervalo intrajornada. Redução por norma coletiva. Invalidade.....	4/392
- Intervalo intrajornada. Reparação integral e caráter salarial.....	1/108
- Intervalo intrajornada. Supressão parcial. Pagamento do período integral e reflexos.....	1/109, 2/211
- Intervalo intrajornada. Supressão parcial. Pagamento integral e com reflexos.....	3/299, 5/507
- Intervalo intrajornada. Supressão. Pagamento.....	1/71, 1/103, 1/139, 2/217, 2/221, 2/228
- Intervalo intrajornada. Supressão. Pagamento. Reflexos.....	1/90, 4/364, 4/401, 5/466, 5/469, 5/470, 5/475, 5/488, 5/516
- Intervalo intrajornada. Trabalhador rural. Aplicabilidade do art. 71, § 4º, Consolidado.....	1/109
- Intervalo para alimentação e descanso. Redução. Previsão em norma coletiva. Não cabimento. Exigência de autorização expressa do Ministério do Trabalho e Emprego (CLT, art. 71, § 3º).....	5/507, 6/616
- Intervalo para mulher, de, no mínimo, 15 minutos, em caso de prorrogação do horário normal de trabalho ao término do expediente, antes do início do período extraordinário. Art. 384 da CLT. Incidente de inconstitucionalidade em recurso de revista, no TST (2008). Recurso Extraordinário 658.312, Rel. Min. Dias Toffoli (novembro de 2014).....	1/69, 4/388
- Intervalo para recuperação térmica do art. 253 da CLT. Atuação do Ministério Público do Trabalho como <i>custos legis</i> . Legitimidade ativa. Possibilidade de interposição de recurso ordinário. Art. 83, VI, da LC n. 75/1993.....	3/300
- Intervalo para recuperação térmica do art. 253 da CLT. Período de 20 minutos de repouso a cada 1 hora e 40 minutos de trabalho contínuo no interior das câmaras frigoríficas e/ou movimentando mercadorias do ambiente quente ou normal para o frio e vice-versa. Dano à moral coletiva.....	3/300
- Intervalo para repouso e alimentação. Redução. Norma coletiva. Invalidade.....	1/109, 2/220, 4/393, 5/468, 5/507

- Intervalo previsto no art. 384 da CLT antes da vigência da Lei n. 13.467/2017. Extensão ao homem. Indevida	4/357
- Intervalo previsto no art. 384 da CLT. Aplicabilidade	5/507
- Jornada 12x36. Intervalo para refeição e descanso não usufruído. Direito ao intervalo intrajornada, mas não à hora extraordinária	6/616
- Pré-assinalação do intervalo para refeição e descanso. Condição de validade	5/507
- Supressão recorrente do intervalo para refeição e descanso. Dano pessoal devido	5/507
- Trabalho a céu aberto. Calor. Pausas previstas no Quadro 1 do Anexo 3 da NR-15. Não concessão. Não enseja pagamento como labor extraordinário	5/508

IRREDUTIBILIDADE SALARIAL

- Redução salarial. Alteração contratual lesiva	1/109
-------------------------------------------------------	-------

JORNADA DE TRABALHO

- Escala 2x2. Inexistência de previsão em norma válida	1/110
- Jornada 12x36. Intervalo para refeição e descanso não usufruído. Direito ao intervalo intrajornada, mas não à hora extraordinária	1/110
- Jornada 12x36. Norma coletiva. Validade. Intervalo intrajornada	1/110
- Jornada de trabalho 12x36. Municipalidade de Elias Fausto. Guarda municipal. Desnecessidade de norma coletiva autorizadora desse regime de trabalho. Lei Municipal n. 2.565/2009	5/508
- Jornada de trabalho 12x36. Pedido de descaracterização por labor em dias destinados à folga negado. Previsão, em norma coletiva, de pagamento das horas trabalhadas, acrescidas do adicional de 100%. Prova do pagamento. Diferenças de horas extras indevidas	1/110
- Jornada de trabalho. Horas <i>in itinere</i> . Requisitos. Ônus da prova	1/84
- Jornada de trabalho. Pretensão de enquadramento do empregado na excludente do art. 62, II, da CLT. Função de confiança. Fidúcia especial não caracterizada. Horas extras devidas	5/508
- Jornada de trabalho. Regime 12x36 horas. Redução hora noturna. Hora extra. Cabimento	5/506
- Jornada de trabalho. Regime 12x36. Existência de convenção coletiva de trabalho. Licitude: Súmula n. 444 do C. TST	1/110
- Jornada de trabalho. Tempo à disposição do empregador. Configuração. Horas extras devidas	5/486
- Regime 12x36. Hora noturna reduzida. Aplicação. Exegese do art. 73, § 1º, da CLT	1/110

JULGAMENTO

- Julgamento <i>extra petita</i> . Caracterização	4/393
- Julgamento <i>extra petita</i> . Horas extras	1/121

JUROS DE MORA

- Juros de mora. Condenação da Fazenda Pública	6/616
- Juros de mora. Fazenda Pública	2/220
- Juros de mora. Fazenda Pública. Art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997. Redação conferida pela Lei n. 11.960/2009	4/393
- Juros de mora. Fazenda Pública. Responsabilidade subsidiária. Art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997	3/299

- Juros de mora. Fazenda Pública. Responsabilidade subsidiária. Art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997. Inaplicabilidade 1/111, 5/509
- Juros de mora. Não incidência no período compreendido entre os cálculos de liquidação e a expedição do precatório ou RPV 4/393

JUSTA CAUSA

- Dispensa por justa causa do empregado. Configuração 1/111
- Dispensa por justa causa do empregado. Configuração. Interpretação do art. 482, "j", da CLT 1/111
- Dispensa por justa causa. Desídia configurada 1/111
- Empregada afastada por licença médica. Participação em festas de rodeio publicada em rede social. Quebra de fidúcia. Justa causa caracterizada 5/509
- Justa causa. Adulteração dos controles de jornada. Conduta grave que importa na quebra de confiança. Indevida indenização por danos morais 6/617
- Justa causa. Ausência de comunicação ao empregado dos motivos da dispensa. Reversão em dispensa imotivada. Cabimento 4/393
- Justa causa. Desídia. Configuração 1/112
- Justa causa. Desídia. Faltas injustificadas. Configurada 1/112
- Justa causa. Faltas injustificadas ao serviço. Gradação das penalidades observada. Pena máxima corretamente aplicada 4/393
- Justa causa. Mau procedimento. Agressão física contra colega de trabalho 5/509
- Justa causa. Reversão. Confissão *ficta*. Desconhecimento dos fatos da causa pelo preposto. Presunção relativa de veracidade 1/112
- Justa causa. Tratorista. Embriaguez em serviço 1/112
- Reversão da justa causa. Dano moral. Ausência de prova. Indenização indevida 1/112

LEGITIMIDADE DE PARTE

- Legitimidade ativa *ad causam*. Sindicato. Direitos individuais homogêneos dos trabalhadores que tiveram suprimido o intervalo para recuperação térmica do art. 253 da CLT 3/299

LICENÇA

- Licença gestante. Prorrogação para 180 dias. Empregada pública celetista. Inaplicabilidade da lei estatutária 5/510
- Licença-prêmio. Fundação Casa 1/113
- Licença-prêmio. Município de Casa Branca. Contrato em curso. Inexistência de prescrição. Sentença reformada 1/113

LIQUIDAÇÃO

- Impugnação à sentença de liquidação. Apresentação em momento posterior à homologação dos cálculos de liquidação e antes da garantia integral da execução. Tempestividade 6/617
- Liquidação de sentença. Horas extras. Parâmetros para apuração. Ausência de fixação pela sentença transitada em julgado. Cartões de ponto não juntados. Aplicação da Súmula n. 338, I, do C. TST 4/394
- Liquidação de sentença. Promoções por antiguidade e merecimento. Compensação 6/617
- Liquidação. Homologação de cálculos elaborados por perito contador sem a intimação das partes para manifestação. Possibilidade 4/394

LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

- Litigância de má-fé do reclamante. Tentativa de alterar a verdade dos fatos, procedendo de modo temerário no processo 4/394
- Litigância de má-fé 4/361
- Litigância de má-fé. Alteração da verdade dos fatos 2/220, 3/301
- Litigância de má-fé. Arquivamento da ação pela ausência do trabalhador em audiência. Não configuração 5/510

LITISPENDÊNCIA

- Litispendência ou coisa julgada. Ação coletiva, ajuizada por sindicato. Substituição processual. Ação individual ajuizada pelo empregado. Não configuradas 2/220
- Litispendência. Ação coletiva e ação individual. Não configuração 5/510
- Litispendência. Extinção do feito sem resolução de mérito. Honorários advocatícios sucumbenciais indevidos. Ausência de lacuna normativa 6/617

MANDADO DE SEGURANÇA

- Mandado de segurança. Arresto deferido em reclamação trabalhista. Fase de conhecimento. Prova de insolvência. Fundada suspeita de dilapidação patrimonial. Possibilidade. Segurança denegada 5/510
- Mandado de segurança. Existência de meio processual próprio para revisão da decisão impugnada. Inadmissibilidade 2/221
- Mandado de segurança. Penhora de proventos de aposentadoria em conta poupança. Cabimento da medida. Violação do art. 833, IV e X, do CPC/2015. Configuração 1/113
- Mandado de segurança. Penhora de salários. Cabimento da medida. Violação do art. 833, IV, do CPC/2015. Configuração 1/114, 2/221

MASSA FALIDA

- Direito do trabalho. Extinção do contrato de trabalho. Multa do art. 477 da CLT. Massa falida 3/301
- Falência. Multa do FGTS indevida 6/617
- Massa falida. Juros de mora 5/511
- Massa falida. Juros de mora. Devidos somente até a decretação da falência. Exegese do art. 124 da Lei n. 11.101/2005 6/617
- Massa falida. Multa do art. 477 da CLT. Falência decretada antes da rescisão contratual. Não cabimento 2/221

MOTORISTA

- Motorista agregado. Lei n. 11.442/2007. Vínculo empregatício. Não caracterização 5/511
- Motorista carreteiro. Atividade laborativa externa. Art. 62, I, da CLT. Existência de controle indireto e à distância da jornada de trabalho. Horas extras devidas 6/618
- Motorista carreteiro. Trabalho externo. Enquadramento na exceção do art. 62, I, da CLT. Não configuração 4/395
- Motorista de caminhão. Tempo de espera para carga e descarga. Horas extras 3/302
- Motorista de caminhão. Trabalho externo. Enquadramento na exceção do art. 62, I, da CLT. Não configuração 2/221
- Motorista de escolta privada (“batedor”). Atividade laborativa externa. Art. 62, I, da CLT. Existência de controle indireto e à distância da jornada de trabalho. Horas extras devidas 1/119

- Motorista. Tempo de espera. Art. 235-C, §§ 8º e 9º, da CLT. Constitucionalidade..... 4/354, 5/511, 6/618
- Motorista. Trabalho externo. Enquadramento na exceção do art. 62, I, da CLT. Não configuração 5/477
- Transporte público municipal e intermunicipal. Motorista de ônibus. Intervalo intrajornada. “dupla pegada”. Horas extras. Negociação coletiva. Prevalência 1/114

MULTA

- Astreintes. Cumprimento de obrigação de fazer. Intimação específica. Exigibilidade.....5/512
- Multa de 10% do art. 523, § 1º, do NCPC (art. 475-J do CPC/1973), na execução trabalhista. Inaplicabilidade 1/114
- Multa do art. 467 da CLT. Incidência sobre a indenização rescisória de 40% do FGTS.....6/619
- Multa do art. 467 da CLT. Não cabimento 5/468, 5/474
- Multa do art. 477 da CLT 5/534
- Multa do art. 523 do NCPC (art. 475-J do CPC/1973). Aplicação subsidiária à execução trabalhista. Impossibilidade..... 1/101
- Multa por litigância de má-fé. Ajuizamento de nova reclamação trabalhista, com o mesmo objeto e causa de pedir de outra ação trabalhista anteriormente ajuizada e transitada em julgado. Atitude temerária 5/512

MUNICÍPIO

- Departamento de Água e Esgotos de Araraquara - DAAE. Gratificação de confiança. Função de agente comercial. Legislação municipal. Princípio da isonomia. Cabimento 4/395
- Fazenda Pública municipal. Requisição de pequeno valor. Legislação municipal. Validade 4/395
- Município de Álvares Machado. Férias. Pagamento extemporâneo. Dobra devida.....5/512
- Município de Americana e Rede de Promoção à Saúde (RPS). Contrato de gestão de serviços de saúde pública. Terceirização. Responsabilidade solidária/subsidiária. Administração pública direta e indireta. Autarquia e fundação pública. Cabimento.....1/114
- Município de Amparo. Promoção via não acadêmica. Lei Municipal n. 2.913/2003.....4/395
- Município de Andradina. Lei Municipal n. 2.956/2013. Concessão de reajustes salariais diferenciados. Diferenças salariais indevidas. Exegese da Súmula n. 339 do C. STF 5/512
- Município de Araraquara. Legislação municipal. Prêmios/gratificações. Pagamento habitual. Natureza salarial. Reflexos. Cabimento. Incidência do art. 457, § 1º, da CLT.....4/395
- Município de Bocaina. Art. 101, § 6º, da Lei n. 2.212/2009. Progressão. Inconstitucionalidade material..... 3/302
- Município de Bocaina. Complementação de aposentadoria garantida por lei declarada inconstitucional que alterou a lei orgânica..... 1/115
- Município de Bocaina. Férias. Remuneração em atraso. Pagamento em dobro.....1/115
- Município de Bragança Paulista. Lei Complementar Municipal n. 735/2012, que alterou a LC Municipal n. 457/2005: diferenças salariais devidas..... 5/512
- Município de Bragança Paulista. Lei Complementar n. 259/2000. Progressão horizontal por merecimento. Avaliação de desempenho imprescindível 5/513
- Município de Cachoeira Paulista. Associação beneficente São José e Santa Casa de Misericórdia São José. Convênio. Responsabilidade subsidiária. Aplicabilidade da Súmula n. 331, IV, do TST..... 4/395
- Município de Cajuru. Férias. Remuneração em atraso. Pagamento em dobro..... 1/115

- Município de Cajuru. Piso salarial profissional nacional. Lei Federal n. 11.738/2008. Professor do magistério público da educação básica. Alcance.....	3/302
- Município de Capão Bonito. Licença-prêmio. Servidor celetista	2/221
- Município de Cruzeiro. Legislação municipal. Poderes executivo e legislativo. Diferenças salariais. Isonomia. Vedação. Princípios da legalidade e separação dos poderes.....	5/513
- Município de Cruzeiro. Regime jurídico celetista. Competência da Justiça do Trabalho	1/115, 4/395, 5/513
- Município de Descalvado. Remuneração. Adicional de insalubridade. Limpeza de banheiros de uso público e coleta de lixo. Escola pública. Exposição a agentes biológicos.....	4/396
- Município de Franca. Adesão ao PDV. Efeitos. Lei Municipal n. 6.180/2004. Aviso-prévio. Indevido	1/115
- Município de Franca. Férias. Remuneração em atraso. Pagamento em dobro.....	3/302, 5/513
- Município de Franca. Horas extras. Base de cálculo. Adicional de pronto-socorro. Integração. Cabimento	4/396
- Município de Franca. Jornada de trabalho. Horas extraordinárias. Regime de 12x36. Ausência de norma coletiva.....	6/619
- Município de Iguape. Agente comunitário de saúde. Lei n. 11.350/2006. Ausência de concurso público. Nulidade do contrato. Incidência da Súmula n. 363 do C. TST.....	5/513
- Município de Iguape. Responsabilidade subsidiária.....	2/217
- Município de Ipaussu. Servente. Adicional de insalubridade (grau máximo). Contato com agentes insalubres (químico e biológico). Anexos 13 e 14 da NR-15 do Ministério do Trabalho. Possibilidade.....	2/222
- Município de Itapetininga. Terceirização lícita. Responsabilidade subsidiária. Incidência da Súmula n. 331 do C. TST. Possibilidade.....	1/116
- Município de Laranjal Paulista. Progressão funcional. Avaliação de desempenho.....	1/116
- Município de Mococa. Diferenças salariais decorrentes da conversão do salário em URV. Improcedência.....	5/513
- Município de Mogi Mirim. Remuneração. Gratificação de função. Supressão.....	6/619
- Município de Monte Aprazível. Vale alimentação. Natureza indenizatória	1/116
- Município de Paulínia. Convênio. Responsabilidade subsidiária	6/619
- Município de Pedregulho. Orientação Jurisprudencial n. 386 da SBDI-1 do C. TST. Férias usufruídas e não remuneradas na época própria. Aplicação do art. 145 e 137 da CLT	1/116
- Município de Penápolis. Recomposição salarial de 2013 e 2016. Diferenças indevidas. Art. 37, X, da CF/1988 e Súmula Vinculante n. 37 do STF. Não cabimento. Autonomia municipal	5/514
- Município de Piracicaba. Abono desempenho. Natureza salarial.....	5/514
- Município de Pirassununga. Legislação municipal. Autarquia. Diferenças salariais. Isonomia. Vedação. Princípios da legalidade e separação dos poderes	5/514
- Município de Pirassununga. Remuneração das férias. Pagamento fora do prazo previsto no art. 145 da CLT. Incidência da dobra determinada pelo art. 137 da CLT.....	2/222
- Município de Presidente Epitácio. Agentes comunitários de saúde admitidos excepcionalmente a prazo determinado sob o regime da CLT. Base de cálculo do adicional de insalubridade. Legislação municipal. Servidores públicos estatutários. Inaplicabilidade.....	4/396
- Município de Queluz. Intervenção. Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Queluz. Responsabilidade subsidiária. Aplicabilidade da Súmula n. 331, IV, do TST.....	2/222
- Município de Rio das Pedras. Abono mensal. Leis sucessivas e pagamento habitual.....	3/302

- Município de Santa Bárbara d'Oeste. Férias. Remuneração em atraso. Pagamento em dobro.....	2/222
- Município de Santa Cruz da Conceição. Adicional de insalubridade, motorista de caminhão. Lixo reciclável.....	6/620
- Município de Tatuí. Declaração de incompetência material. Alegada vinculação da trabalhadora ao regime jurídico estatutário. Ausência de comprovação. Competência trabalhista reconhecida	1/117
- Município de Tietê. Jornada de trabalho. Escalas 12x24 e 12x48. Norma coletiva, ausência. Invalidez	4/396
- Município de Urupês. Base de cálculo da sexta parte. Vencimentos integrais. Gratificação de aniversário. Integração. Não cabimento.....	5/514
- Município de Urupês. Sexta parte. Base de cálculo. Legislação municipal. Gratificação de aniversário. Vencimentos integrais	1/117
- Município de Valparaíso. Auxiliar de desenvolvimento infantil. Profissional do magistério. Incidência do piso nacional	4/396
- Município. Concessão de abono em valores fixos. Distinção de índices. Sistema de precedentes. Conflito entre súmulas	5/514, 6/620
- Município. Contratação de professor pelo regime celetista. Observância ao contido no art. 320 da CLT e Súmula n. 351 do C. TST.....	4/396
- Município. Dobra de férias. Súmula n. 450. Dobra do abono pecuniário. Cabimento.....	1/117
- Município. Jornada de trabalho do professor. Atividades extraclasse. Descumprimento da Lei n. 11.738/2008. Pagamento como horas extras	3/303
- Requisição de pequeno valor. Lei municipal. Inobservância do prazo de 180 dias fixado pelo art. 97, § 12, do ADCT.....	3/303

NOTIFICAÇÃO

- Notificação postal no endereço correto. Presunção de citação válida	3/303
-----------------------------------------------------------------------------	-------

NULIDADE

- Nulidade de citação do reclamado. Endereço errado.....	1/117
- Nulidade não caracterizada. Ausência inspeção ambiental. Encerramento da instrução processual.....	4/396
- Nulidade processual. Cerceamento de defesa.....	1/117
- Nulidade processual. Cerceamento de defesa. Encerramento abrupto da instrução processual. Impossibilidade de produção de prova oral relevante para esclarecimento de aspectos fáticos da perícia ambiental.....	1/117
- Nulidade processual. Cerceamento do direito de defesa. Não caracterização.....	1/117
- Nulidade processual. Desconsideração da personalidade jurídica do empregador. Não caracterização.....	5/514
- Nulidade processual. Pluralidade de advogados. Publicação em nome de causídico diverso daquele expressamente indicado. Nulidade não configurada	1/118
- Nulidade processual. Produção de prova pericial. Indeferimento de esclarecimentos e quesitos complementares. Cerceamento de defesa. Não configurado.....	1/118
- Nulidade. Cerceamento do direito de produzir prova. Oitiva de testemunha que possui demanda contra a mesma empregadora. Súmula n. 357 do TST	4/397
- Nulidade. Citação inválida	5/515
- Sentença. Nulidade. Ofensa ao art. 93 da CF/1988. Não caracterização.....	5/526

OFÍCIO

- Expedição de ofícios. Poder-dever do magistrado 4/375

ÔNUS DA PROVA

- Negativa de vínculo de emprego. Ônus da prova 1/118

PAGAMENTO

- Pagamento de salários “por fora”. Depósitos bancários sem identificação do depositante 1/72, 1/119
- Pagamento “por fora”, “não contabilizado” (extra folha de salários). Meio de prova. Indícios e presunções. Viabilidade 1/118

PDV

- PDV. Quitação genérica. Inteligência da OJ n. 270 da SDI-1 do TST 5/515
- Programa de demissão voluntária - PDV. Inexistência de pactuação em normas coletivas. Quitação ampla e irrestrita. Impossibilidade 3/304, 5/515, 6/620
- Transação. Adesão a programa de desligamento voluntário. Ocorrência. Reforma da OJ n. 270 da SBDI-1 do C. TST, pelo plenário do STF, em sessão do dia 30.4.2015 1/120, 5/515
- Transação. Adesão a programa de desligamento voluntário. Ocorrência. Reforma da OJ n. 270 da SBDI-1 do C. TST, pelo plenário do STF, em sessão do dia 30.4.2015. Estímulo à litigância de má-fé 1/120, 5/515

PEDIDO

- Pedidos alternativos. Acolhimento de um deles pelo juízo *a quo*. Ausência de interesse recursal do reclamante para obtenção do outro pedido 1/120
- Pedidos embasados em normas coletivas não juntadas. Não cabimento 5/516

PENHORA

- Penhora de crédito. Ilegalidade. Não caracterização 4/397
- Penhora de honorários profissionais. Não comprovação. Impenhorabilidade. Não caracterização 4/397
- Penhora de valores aplicados em fundo de investimento. Cabimento 4/397
- Penhora de valores. Segurança concedida 6/621

PERÍCIA

- Laudo pericial contábil. Observância da coisa julgada. Detalhamento. Exigibilidade 6/621
- Laudo pericial inconclusivo. Determinação de nova perícia, de ofício, pelo órgão julgador de 2º grau. Possibilidade 6/621
- Laudo pericial. Fundamentos deficientes. Princípio da motivação 6/621
- Nova perícia. Indeferimento. Cerceamento do direito de produzir prova. Não configurado 4/397
- Perícia médica. Nulidade. Perito. Título de especialista. Inexigibilidade 3/303
- Perícia. Componente probatório. Valoração do juiz. *Judex peritus peritorum* 3/303
- Rejeição da perícia 5/469, 5/516, 6/620

PETROBRAS

- Petrobras. Responsabilidade subsidiária. Tomador de serviços. Dono da obra. Não cabimento 4/365
- Petrobras. Responsabilidade subsidiária. Tomador de serviços. Dono da obra. Caracterização. Inaplicabilidade 4/397
- Petrobras. Terceirização. Serviços de segurança/vigilância. Responsabilidade subsidiária 5/516

PLANO

- Plano de carreira. Progressão funcional. Avaliação. Formação de comissão. Omissão do empregador. Diferenças salariais devidas 3/304
- Plano Real. URV. Conversão. Paridade de vencimentos. Lei n. 9.069/1995 1/125

PLR

- Participação nos lucros e resultados proporcional. Cabimento 1/85

PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

- Dispensa discriminatória e obstativa. Indenização em dobro. Art. 4º, II, da Lei n. 9.029/1995. Período de afastamento. Termo final. Primeira decisão. Súmula n. 28/TST 6/622
- Pessoa com deficiência. Arcabouço jurídico nacional e internacional para garantir trabalho e emprego com a observância de suas condições peculiares. Interpretação capaz de conferir máxima efetividade aos fundamentos da República Federativa do Brasil. Dignidade da pessoa humana e valor social do trabalho. Efetiva inclusão 6/621
- Pessoa com deficiência. Não cumprimento da quota mínima de que trata o art. 93 da Lei n. 8.213/1991. Auto de infração. Ação anulatória. Improcedência 5/516
- Pessoa com deficiência. Necessidade de cirurgia conhecida pela empregadora. Dispensa discriminatória presumida. Violação da função social da propriedade 6/622

PRÊMIO

- Prêmio incentivo. Natureza jurídica da verba. Integração indevida. Princípio da legalidade 1/120
- Prêmio produtividade. Natureza salarial. Reflexos. Cabimento 1/120, 4/410
- Prêmios não habituais. Integração e reflexos. Improcedência 6/603
- Superintendência de Controle de Endemias Sucen. Prêmio incentivo especial. Natureza jurídica. Integração ao salário. Impossibilidade 6/623

PRESCRIÇÃO

- Prescrição bienal. Extinção do contrato de trabalho. Depósitos de FGTS 5/478
- Prescrição bienal. Termo inicial. Contagem a partir da extinção do contrato de trabalho 5/517
- Prescrição quinquenal declarada de ofício. Cabimento 5/517
- Prescrição total. Plano de saúde. Pedidos embasados em alteração do pactuado, cujo direito não é assegurado por lei. Aplicação da Súmula n. 294 do C. TST 4/398
- Prescrição. Conversão dos salários em URV. Lei n. 8.880/1994. Incidência da parte final da Súmula n. 294 do TST 1/125
- Prescrição. Dano moral. Prazo. Contagem. Ciência inequívoca da incapacidade laboral 4/398
- Prescrição. Danos moral e material. Prazo. Contagem. Ciência inequívoca da incapacidade laboral. Reabilitação profissional 5/517

- Prescrição. Diferenças salariais. Conversão de cruzeiros reais para URV. Aplicabilidade	1/121
- Prescrição. Direito de ação. Doença ocupacional. Teoria da <i>actio nata</i>	5/517
- Prescrição. Dobra de férias. Pagamento a destempo. Início da contagem do prazo prescricional. Data da lesão ao direito. Exegese do art. 149 da CLT.....	5/517
- Prescrição. FGTS. Aplicação da Súmula n. 362 do C. TST	5/517
- Prescrição. FGTS. Diferenças. Parcelamento de dívida. Mudança de regime jurídico. Servidor público	2/222, 4/398
- Prescrição. Herdeiro relativamente incapaz. Aplicação do art. 440 da CLT.....	3/304
- Prescrição. Indenização por danos morais e materiais decorrentes de doença ocupacional. Ciência inequívoca da lesão após o advento da EC n. 45/2004. Prazo prescricional aplicável. Trabalhista	5/517
- Prescrição. Interrupção. Protesto judicial antipreclusivo	5/518
- Prescrição. Pedido de entrega do Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP. Aplicação do art. 11, § 1º, da CLT	1/121
- Prescrição. Rurícola. EC n. 28/2000	3/304

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

- Negativa de prestação jurisdicional. Inocorrência	1/121, 4/398
- Negativa de prestação jurisdicional. Não caracterização	5/518

PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

- Procedimento sumaríssimo (de origem). Lei n. 9.957/2000	6/623
-----------------------------------------------------------------	-------

PROCESSO

- Processo trabalhista. Art. 523, § 1º, do CPC/2015. Inaplicabilidade	1/136, 4/407, 5/500
-----------------------------------------------------------------------------	---------------------

PROFESSOR

- Educador infantil. Desvio de função. Diferenças salariais e reflexos. Prova.....	1/121
- Professor. Horas extras	3/305
- Professor. Horas extras. Carga horária destinada à interação com os educandos e destinada a atividades extraclasse. Lei n. 11.738/2008	5/518
- Professor. Horas extras. Prova. Pagamento. Cabimento	1/122
- Professor. Jornada diária de quatro horas. Recreio de quinze minutos. Horas extras. Tempo à disposição do empregador.....	1/122
- Professor. Prorrogação de jornada. Adicional de horas extras devido	3/305
- Professor. Redução de carga horária. Norma coletiva. Condições. Observância. Necessidade	6/623
- Recurso ordinário. Professor municipal. Reuniões designadas a dia destinado à guarda religiosa. Inexistência de obrigação alternativa previamente estabelecida pelo empregador. Caráter justificado da ausência do empregado	3/305

PROGRESSÃO

- Política interna de cargos e salários. Progressão salarial sujeita ao preenchimento de requisitos de ordem temporal e merecimento. Ausência de prestação de serviço no período questionado. Não cabimento.....	1/122
- Progressão funcional por merecimento. Lei Complementar Municipal n. 259/2000. Ausência de avaliação de desempenho. Concessão automática. Impossibilidade.....	1/122

- Progressão horizontal por antiguidade. PCCS de 1995. ECT. Presença dos requisitos. Diferenças salariais devidas 5/518, 6/623
- Progressão horizontal. Plano de carreira e evolução funcional. Omissão do empregador..... 1/122

PROTESTO JUDICIAL

- Protesto judicial. Interpretação restritiva..... 4/403

PROVA

- Apreciação das provas. Contato direto do magistrado de primeiro grau. Princípio da Primazia da Realidade..... 3/305
- Produção antecipada de prova. Ação ajuizada sob a égide do novo CPC. Ausência de demonstração da pertinência da prova que se pretende produzir. Ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.....5/519
- Prova pericial. Rejeição 3/305
- Prova testemunhal. Necessidade de conhecimento dos fatos 2/222
- Prova. “Prova dividida”. Ônus da. Análise considerando o caso concreto e as possibilidades de produção da prova por cada uma das partes 3/305
- Prova. Solidez indispensável. Condição para observância do princípio do livre convencimento 1/123

QUINQUÊNIO

- Quinquênio. Pagamento ao empregado público. Devido. Art. 129 da Constituição estadual 1/123, 5/519

REAJUSTE SALARIAL

- Reajuste salarial. Causa de pedir inovatória. Julgamento *extra petita*. Impossibilidade.....5/519
- Reajuste salarial. Município Iguape. Lei Complementar n. 96. Recomposição da perda de poder aquisitivo. Art. 73, Lei n. 9.504/1997. Não incidência 1/123
- Revisão geral anual de remuneração. Anos de 2013 e 2016. Apuração com base no INPC. Ausência de lei específica. Servidor público celetista. Impossibilidade de decretação pelo Judiciário. Vedação expressa na Súmula Vinculante n. 37 e na 339 do excelso STF 5/519

RECURSO

- Argumentos recursais que não impugnam, especificamente, os fundamentos da sentença. Não provimento..... 3/306
- Conhecimento do recurso. Alçada. Matéria infraconstitucional 5/519
- Inovação recursal. Preclusão. Limites da lide. Art. 141 do CPC 1/123
- Inovação recursal. Princípio da eventualidade. Preclusão 4/398
- Matéria recursal. Inovação. Impossibilidade..... 1/75
- Processo de alçada. Não conhecimento do recurso ordinário. Matéria não constitucional. Exegese dos §§ 3º e 4º do art. 2º da Lei n. 5.584/1970. Aplicação das Súmulas n. 71 e 356 do C. TST 1/123
- Processual civil e do trabalho. Recurso condicionado em contrarrazões de recurso ordinário. Art. 1.009, § 1º, do CPC. Hipótese de recurso adesivo. Fungibilidade.....6/626
- Recurso firmado por advogado sem procuração juntada aos autos até o momento da sua interposição. Ausência de pressuposto extrínseco de admissibilidade recursal. Irregularidade insanável. Súmula n. 383, item I, do C. TST. Recurso não conhecido.....1/124

- Recurso ordinário da confederação autora. Cobrança de contribuição sindical rural. Ausência de notificação pessoal. Ausência de regular constituição e lançamento do tributo.....	6/624
- Recurso ordinário. Ação civil pública. Terceirização. Transporte, armazenamento, carga e descarga de mercadorias. Anomia anterior à reforma trabalhista. Explícita autorização atual. Novo arcabouço jurídico. Licitude reconhecida. Ressalvas. Rejeição dos pedidos de abstenção de terceirização e de rescisão de contratos de prestação de serviços em atividade fim, em vigor.....	5/520
- Recurso ordinário. Acidente com bicicleta no trajeto para a empresa. Ausência de culpa do empregador. Fato de terceiro. Responsabilização afastada.....	5/521
- Recurso ordinário. Acidente de trajeto. Rompimento denexo causal. Indenizações indevidas.....	4/399
- Recurso ordinário. Acúmulo de funções indevido. Tarefas contratadas desde o início do pacto. Servente e merendeira.....	4/399
- Recurso ordinário. Art. 475-J do CPC (art. 523, § 1º do CPC/2015). Inaplicabilidade no processo trabalhista.....	6/624
- Recurso ordinário. Ausência de impugnação específica da r. sentença. Não conhecimento.....	5/521
- Recurso ordinário. Balconista de farmácia. Aplicação habitual de injeções e realização de curativos. Contato permanente com pacientes. Insalubridade.....	6/623
- Recurso ordinário. Cláusula de Convenção Coletiva de Trabalho 2016/2017. Proibição de terceirização no âmbito de condomínios residenciais. Validade da norma.....	6/624
- Recurso ordinário. Competência da Justiça do Trabalho. Seguro de vida coletivo, estipulado em função das atividades laborais. Empregadora e seguradora no polo passivo da reclamação. Hipótese de cobertura restrita a morte e invalidez decorrentes de acidente e, não, de doença ocupacional. Indenização que se nega.....	3/306
- Recurso ordinário. Condenação criminal. Reclusão. Livramento condicional. Renúncia do direito de dispensa por justa causa. Despedimento posterior que se tem por injustificado.....	3/306
- Recurso ordinário. Constituição de hipoteca judiciária (art. 495 do CPC de 2015). Aplicabilidade ao processo do trabalho (art. 769 da CLT).....	6/624
- Recurso ordinário. Contrato de facção. Hipótese de sua descaracterização. Ingerência na atividade da empresa contratada. Solidariedade mantida.....	6/625
- Recurso ordinário. Contribuição sindical compulsória. Desconto sujeito a autorização prévia e por escrito do trabalhador. Inconstitucionalidade afastada. Plena liberdade sindical e custeio associativo privado.....	6/625
- Recurso ordinário. Depósito recursal feito por meio de apólice de seguro. Novidade da reforma trabalhista. Aplicação imediata.....	5/521
- Recurso ordinário. Devido processo legal. Prova emprestada utilizada sem a anuência da parte. Pertinência.....	6/626
- Recurso ordinário. Empresa de concessão de empréstimos e financiamentos. Enquadramento. Financeira. Inteligência do art. 17 da Lei n. 4.695/1964. Incidência da Súmula n. 55 do TST.....	3/306
- Recurso ordinário. Estorno de comissões. Venda não concretizada. Risco do negócio, <i>ex vi</i> do art. 2º da CLT. Ilegalidade do desconto. Diferenças e reflexos devidos.....	6/626
- Recurso ordinário. Evolução funcional. Promoção obstada pelo empregador, em função de faltas justificadas ao trabalho. Neoplasia de mama. Manifesta ilegalidade.....	1/124
- Recurso ordinário. Honorários advocatícios. Lei n. 13.467/2017. Aplicação apenas aos novos feitos.....	5/521

- Recurso ordinário. Jornada de trabalho. Horas extras. Intervalo do art. 384 da CLT. Empregado do sexo masculino. Inexigibilidade. Inexistência de violação ao Princípio da Isonomia	3/307
- Recurso ordinário. Motorista de caminhão. Período anterior à Lei n. 12.619/2012. Controle da jornada. Norma coletiva que exclui tacógrafos e rastreadores para apuração do tempo de trabalho. Cláusula coletiva que manda aplicar aos motoristas o art. 62 da CLT. Usurpação legislativa e aberta ilegalidade	4/399
- Recurso ordinário. Município de Cruzeiro. Recolhimento do FGTS.....	4/400
- Recurso ordinário. Município de Pirassununga. Lei fixadora de índice mínimo de correção salarial na data-base dos servidores. Ausência de autoaplicabilidade.....	6/624
- Recurso ordinário. Município de Santo Anastácio. Administração pública. Contrato temporário. Vínculo jurídico-administrativo. Incompetência material da Justiça do Trabalho.....	4/400
- Recurso ordinário. Parceria para a criação de aves. Contrato de integração. Matéria de direito civil. Incompetência material da Justiça do Trabalho. Decretação de ofício.....	4/400
- Recurso ordinário. Preparo. Depósito recursal. Comprovante de agendamento bancário. Deserção.....	6/626
- Recurso ordinário. Prescrição. Ação trabalhista anteriormente arquivada. Ausência de alegação e comprovação de pedidos idênticos no momento processual oportuno. Preclusão.....	5/522
- Recurso ordinário. Processo anterior à reforma trabalhista. Litigância de má-fé. Obrigações contratuais cumpridas e provadas na instrução. Reiteração desleal de pedido condenatório, em réplica.....	4/400
- Recurso ordinário. Professor mensalista. Súmula n. 351 do C. TST. Inaplicabilidade.....	1/124
- Recurso ordinário. Professor. Administração pública. Repouso semanal remunerado. Art. 320 da CLT e Súmula n. 351 do C. TST	4/401
- Recurso ordinário. Razões que não impugnam especificamente os fundamentos expostos na decisão recorrida. Ausência de fundamentação. Não conhecimento.....	1/124
- Recurso ordinário. Sabesp. Plano de remuneração por competências. Tabelas salariais diferenciadas por região do Estado. Princípio da Isonomia	3/307
- Recurso ordinário. Servidor público celetista. Diferenças salariais. Natureza jurídica de revisão geral anual. Deferimento por decisão judicial. Validade. Princípios constitucionais da isonomia, proporcionalidade, legalidade e triplicação dos poderes.....	1/125
- Recurso ordinário. Sociedade em conta de participação. Solidariedade dos sócios inexistentes.....	2/223
- Tutela cautelar antecedente. Recurso ordinário. Efeito suspensivo.....	6/626

RECURSO EX OFFICIO

- Reexame necessário. Sentença ilíquida. Aplicação do entendimento veiculado pela Súmula n. 303, I, do C. TST	3/307
- Reexame necessário. Sentença ilíquida. Não conhecimento	5/522
- Remessa necessária. Não conhecimento	1/125
- Remessa oficial. Não conhecimento. Valor da condenação inferior a cem salários-mínimos. Art. 496, § 3º, III, do NCPC	1/125

REDUÇÃO SALARIAL

- Redução salarial. Ajuste coletivo. Validade	1/87
-----------------------------------------------------	------

REEMBOLSO

- Reembolso de despesas. Utilização de veículo próprio. Princípio da alteridade. Cabimento 5/522
- Reembolso de despesas com veículo. Natureza indenizatória 1/126

REFORMA

- Reforma trabalhista. Honorários advocatícios de sucumbência. Aplicação do art. 791-A da CLT. Reclamação trabalhista ajuizada na vigência da Lei n. 13.467/2017.....5/522

RELAÇÃO DE EMPREGO

- Atendente de loja. Venda de cartão de crédito em supermercado. Terceirização ilícita. Vínculo de emprego direto com a instituição financeira 5/522
- Avon. Executiva de vendas. Vínculo de emprego. Não configuração 1/126
- Despachante aduaneiro. Vínculo empregatício. Caracterização..... 4/401
- Do vínculo de emprego. Das cooperativas..... 5/523
- Negativa de vínculo de emprego. Ônus da prova 3/308
- Pedido de vínculo de emprego. Ausência dos requisitos legais. Liame empregatício não caracterizado 1/126
- Reconhecimento judicial de vínculo de emprego. Multa do art. 477, § 8º, da CLT. Devida..... 5/474
- Relação de emprego doméstica. Labor em no máximo dois dias por semana. Não configuração. Lei Complementar n. 150/2015..... 1/127
- Relação de emprego. Caracterização 2/223
- Relação de emprego. Ônus da prova..... 1/127
- Representação comercial. Vínculo de emprego. Não configuração..... 1/127
- Vínculo de emprego anterior ao registro. Prestação de serviços negada. Ônus de prova que pertence ao trabalhador..... 5/523
- Vínculo de emprego entre advogada e empresa. Não configurado 1/127
- Vínculo de emprego. Admitida a prestação de serviços. Ônus da prova do fato modificativo pela reclamada. Configuração. Cargo de diretor..... 1/127
- Vínculo de emprego. Caracterização..... 1/127, 4/401, 5/523, 6/627
- Vínculo de emprego. Comprovação dos requisitos essenciais 1/128
- Vínculo de emprego. Corretora de seguros. Ausência de subordinação jurídica. Lei n. 4.594/1964, art. 17, letra “b”. Afastado 4/401
- Vínculo de emprego. Não configuração. Prova..... 5/523
- Vínculo de emprego. Não configuração. Valoração prova 1/128
- Vínculo de emprego. Necessidade de preenchimento dos requisitos legais 2/223, 6/627
- Vínculo de emprego. Nulidade do contrato de estágio. Configuração 4/402
- Vínculo de emprego. Ônus da prova 5/523, 6/627
- Vínculo de emprego. Pejotização. Agenciador de negócios..... 4/402
- Vínculo de emprego. Prestação de serviços admitida pela reclamada. Inversão do ônus probatório..... 1/128, 4/402
- Vínculo de emprego. Produtor artístico. Ausência de elementos essenciais ao seu reconhecimento 5/524
- Vínculo de emprego. Representação comercial. Ausência de subordinação. Não configuração 5/524
- Vínculo de emprego. Salão de beleza. Massoterapia. Inexistência. Prestação de serviços anterior à Lei n. 13.352, de novembro de 2016..... 1/128
- Vínculo empregatício. Caracterização..... 5/517

- Vínculo empregatício. Enquadramento profissional. Trabalhador doméstico.....	4/402
- Vínculo empregatício. Fraude na contratação. Art. 9º da CLT. Reconhecimento.....	5/524
- Vínculo empregatício. Inexistência	5/524
- Vínculo empregatício. Médico veterinário. Requisitos do art. 3º da CLT. Não caracterização	5/524
- Vínculo empregatício. Prova. Sócio de empresa. Não caracterização.....	2/223
- Vínculo empregatício. Reconhecimento em juízo. Multa do art. 477, § 8º, da CLT. Devida.....	4/402
- Vínculo empregatício. Terceirização. Atividade fim. Reconhecimento da relação de emprego diretamente com o tomador dos serviços.....	4/402
- Vínculo empregatício. Trabalhador rural. Coproprietário da propriedade. Requisitos do art. 3º da CLT. Ausência. Não caracterização	2/224
- Vínculo empregatício. Trabalho doméstico. Requisitos. Não caracterização.....	2/224
- Vínculo empregatício. Trabalho pastoral voluntário.....	4/402

REMUNERAÇÃO

- Gratificação por produtividade. Repouso semanal remunerado. Reflexo	3/307
- Habitação. Salário <i>in natura</i> . Não caracterização	4/402
- Pagamento extrafolha. Integração. Reflexos.....	4/370
- Remuneração variável. Comissões. Estipulação de um índice mínimo. Legalidade.....	6/627
- Remuneração. Acúmulo de função. Art. 456 da CLT. Não caracterização	3/307, 4/375
- Remuneração. Participação nos lucros e resultados proporcional. Cabimento.....	4/375
- Ressarcimento de despesas com transporte	5/524
- Revisão geral anual de remuneração. Anos de 2013 e 2016. Apuração com base no INPC. Ausência de lei específica. Servidor público celetista. Impossibilidade de decretação pelo Judiciário. Vedação expressa na Súmula Vinculante n. 37 e na 339 do Excelso STF	4/402
- Sabesp. Salário regional. Plano de remuneração por competências. Possibilidade. Ausência de equiparação salarial.....	6/628

REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

- Descanso semanal remunerado. Incorporação ao salário determinada por norma coletiva. Possibilidade	6/604
- Descansos semanais remunerados. Incorporação ao salário-hora. Norma coletiva. Prazo de validade vencido.....	3/308, 5/524
- DSRs. Incorporação ao salário-hora. Norma coletiva. Prazo de validade vencido.....	5/525
- Repercussão das horas extraordinárias habituais nas folgas previstas na Lei n. 5.811/1972. Impossibilidade. Natureza jurídica diversa do repouso semanal remunerado previsto na Lei n. 605/1949	5/525

REPRESENTANTE

- Representação comercial. Autonomia. Ausência de subordinação do prestador de serviços.....	3/308
- Representante comercial. Lei n. 4.886/1965. Reconhecimento do vínculo de emprego. Comprovação de labor autônomo	2/224
- Vínculo de emprego. Representação comercial. Ausência de subordinação. Não configuração	3/308

REQUISIÇÃO

- Requisição de pequeno valor. Descumprimento do prazo de 180 dias para edição de lei municipal com estabelecimento de valor referência. Prevalência dos limites fixados no § 12 do art. 97 do ADCT da Constituição Federal..... 5/525

RESCISÃO

- Rescisão contratual de iniciativa da empregada. Mais de um ano de serviço. Ausência de homologação, pelo sindicato, do pedido de demissão formulado pela empregada. Confissão. Validade..... 1/129
- Rescisão contratual por culpa do empregador. Ofensa pelo preposto. Pedido de demissão do empregado. Ausência de vício de consentimento. Inexistência de imediatidade entre a ofensa praticada e a punição pretendida. Não configuração 3/308
- Rescisão contratual. Falta grave. Justa causa. Não comprovação..... 5/525
- Rescisão contratual. Iniciativa. Pedido de demissão. Validade..... 5/477, 5/525
- Rescisão contratual. Justa causa do empregado. Art. 482 da CLT. Sobejamente provada..... 5/526, 6/628
- Rescisão contratual. Justa causa. Desídia. Faltas injustificadas 1/129, 6/600
- Rescisão contratual. Justa causa. Reversão. Ato de improbidade..... 6/628
- Rescisão do contrato de trabalho. Justa causa. Ônus da prova. Empregador 2/224, 4/403
- Rescisão do contrato de trabalho. Justa causa. Requisitos para sua validade..... 3/308
- Rescisão indireta do contrato de trabalho. Ausência de motivo ensejador da justa causa do empregador. Não configuração. Interpretação do art. 483 da CLT 5/526
- Rescisão indireta. Bancário. Descomissionamento. Vícios na avaliação. Ato ilícito. Cabimento 4/403
- Rescisão indireta. Irregularidade dos depósitos de FGTS e da concessão das férias. Não ocorrência 1/129
- Termo de rescisão. Assinatura pelo empregado. Validade não impugnada. Diferenças indevidas 1/130

RESPONSABILIDADE

- Atividade de risco. Responsabilidade objetiva. Reparação dos danos 6/592
- Direito do trabalho. Responsabilidade civil. Terceirização. Administração pública. Responsabilidade subsidiária. Cabimento..... 3/309
- Reflorestamento. Contrato de compra e venda de eucalipto em pé. Análise da responsabilidade do tomador de serviços sob o enfoque da terceirização. Responsabilidade subsidiária pelas obrigações trabalhistas. Culpa *in eligendo* e *in vigilando*. Súmula n. 331 do Tribunal Superior do Trabalho 1/130
- Responsabilidade civil do empregador. Empregado bancário. Transporte de valores. Exposição a risco indevido. Indenização por danos morais. Prova convincente de lesão aos direitos da personalidade 1/130, 4/403
- Responsabilidade civil do empregador. Indenização por danos morais. Assédio moral no trabalho (excessos verbais: insultos, impropérios, destratos e cobrança exacerbada de produtividade). Ofensa à honra, à imagem e à dignidade do(a) trabalhador(a) configurado(a) 1/130
- Responsabilidade civil. Dano moral. Assédio moral. Tratamento do superior hierárquico desrespeitoso..... 4/374
- Responsabilidade civil. Indenização por danos morais. Assédio moral no trabalho. Ofensa à honra, à imagem e à dignidade do(a) trabalhador(a)..... 1/73, 3/309
- Responsabilidade civil. Indenização por danos morais. Ausência de instalações adequadas no local de trabalho. Tratamento degradante. Ausência mínima de higiene e salubridade no meio ambiente do trabalho. Direito à indenização. Pertinência..... 4/404

- Responsabilidade do município. Intervenção em hospital privado.....	5/527
- Responsabilidade objetiva do empregador. Motorista. Assalto com morte. Indenização devida à viúva.....	4/404
- Responsabilidade objetiva do empregador. Motorista. Assalto.....	6/628
- Responsabilidade solidária das reclamadas. Contrato de prestação de serviços ligados à atividade fim.....	1/131
- Responsabilidade solidária ou subsidiária. Convênio entre o Município de Paulínia x Associação pela Infância e Juventude de Paulínia. Inexistência de terceirização de serviços. Não aplicação da Súmula n. 331 do C. TST. Simples repasse de verbas. Fomento de atividades na área da infância e juventude. Afastamento da responsabilidade.....	1/131
- Responsabilidade solidária ou subsidiária. Dono da obra. Inexistência.....	5/527, 6/628
- Responsabilidade solidária.....	6/631
- Responsabilidade solidária. Grupo econômico por coordenação. Consórcio para execução de empreendimento comum.....	6/628
- Responsabilidade solidária. Grupo econômico.....	5/517, 5/527
- Responsabilidade solidária. Terceirização ilícita e fraudulenta. Atividade fim do tomador de serviços pertencente à administração pública indireta.....	5/527
- Responsabilidade subsidiária da tomadora de serviços. Contrato de transporte de mercadorias.....	1/131
- Responsabilidade subsidiária de empresa privada. Prestação de serviços. Súmula de n. 331, IV, do C. TST.....	1/132
- Responsabilidade subsidiária do ente público tomador de serviços. Conduta culposa. Negligência.....	1/132, 2/224, 3/309, 4/392, 4/404, 6/629
- Responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços. Cabimento. Reconhecimento da culpa <i>in eligendo</i> e da culpa <i>in vigilando</i>	1/132
- Responsabilidade subsidiária inexistente. Tomadora dos serviços: Sanasa. Sociedade de economia mista. Ente integrante da administração pública indireta. Exe-gese do art. 71, § 1º, da Lei n. 8.666/1993.....	1/132
- Responsabilidade subsidiária. Administração pública direta e indireta. Cabível quando comprovada a culpa <i>in vigilando</i> do tomador dos serviços. Decisão do STF declarando a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei n. 8.666/1993. Aplicação da Súmula n. 331, V, do C. TST.....	1/133, 2/224, 4/405, 5/527
- Responsabilidade subsidiária. Administração pública. Celebração de convênio com entidade privada. Tomador de serviços. Culpa <i>in vigilando</i> . Observância dos arts. 927 e 186 do Código Civil.....	1/133
- Responsabilidade subsidiária. Administração pública. Terceirização.....	2/225
- Responsabilidade subsidiária. Administração pública. Tomadora de serviços. Culpa <i>in vigilando</i> . Observância dos arts. 927 e 186 do Código Civil.....	4/405, 6/629
- Responsabilidade subsidiária. Configurada.....	1/133
- Responsabilidade subsidiária. Contrato de transporte de numerário. Vigilante de carro-forte.....	3/309
- Responsabilidade subsidiária. Dono da obra.....	1/133, 2/225, 3/310
- Responsabilidade subsidiária. Dono da obra. Ente público.....	2/225
- Responsabilidade subsidiária. Dono da obra. Incidência da OJ n. 191 da SBD-1 do C. TST. Ausência de responsabilidade.....	5/528
- Responsabilidade subsidiária. Dono da obra. OJ n. 191 da SDI-1 do TST. Conceito.....	1/134
- Responsabilidade subsidiária. Empreitada por obra certa. Aplicação da OJ n. 191 da SDI-1 do C. TST.....	1/134, 5/489

- Responsabilidade subsidiária. Empresas privadas. Contrato comercial de compra e venda de resíduos de madeira. Ausência de intermediação de mão de obra. Inexistência. Inaplicável a Súmula n. 331 do C. TST.....	1/134
- Responsabilidade subsidiária. Ente público. Culpa <i>in vigilando</i> . Incidência da Súmula n. 331 do C. TST	5/528
- Responsabilidade subsidiária. Ente público. Incidência da Súmula n. 331, item V, do C. TST	2/225, 3/310
- Responsabilidade subsidiária. Ente público. Necessidade de prova de ausência de fiscalização	1/134, 3/310, 6/629
- Responsabilidade subsidiária. Esgotamento da execução em face do devedor principal. Inadimplência	4/406
- Responsabilidade subsidiária. Esgotamento dos meios executivos contra a devedora principal e seus sócios. Desnecessidade.....	3/310
- Responsabilidade subsidiária. Estado de São Paulo. Contrato firmado com empreiteira para execução de obra certa. Não cabimento.....	5/528
- Responsabilidade subsidiária. Execução. Benefício de ordem. Indevido	2/225, 3/310
- Responsabilidade subsidiária. Intervenção municipal em hospital privado.....	3/310
- Responsabilidade subsidiária. Município de Caraguatatuba. Ausência. Contrato de gestão. Hipótese de cooperação, não de intermediação. Não incidência da Súmula n. 331, IV, do C. TST	4/406
- Responsabilidade subsidiária. Município de Matão. Contrato de gestão. Hipótese de cooperação, não de intermediação. Não incidência da Súmula n. 331, IV, do C. TST	4/406
- Responsabilidade subsidiária. Município de Miracatu. Ausência. Contrato de gestão. Hipótese de cooperação, não de intermediação. Não incidência da Súmula n. 331, IV, do C. TST	1/134
- Responsabilidade subsidiária. Município. Contrato firmado com empreiteira para execução de obra certa. Não cabimento	1/96, 3/311
- Responsabilidade subsidiária. Município. Inexistência. Dono da obra. Execução de obras na unidade de saúde USF5 Antônio Pertinhes, no Cine Teatro Municipal e no Centro de Convergência Turística no Município de Paraguaçu Paulista. Orientação Jurisprudencial n. 191 da SBDI I do C. TST	1/134
- Responsabilidade subsidiária. Município. Inexistência. Dono da obra. Construção de uma creche municipal. Orientação Jurisprudencial n. 191 da SBDI I do C. TST.....	1/135
- Responsabilidade subsidiária. Respeito aos limites da lide	6/629
- Responsabilidade subsidiária. Sanasa. Tomador de serviços. Administração pública indireta. Culpa. Cabimento	1/110
- Responsabilidade subsidiária. Súmula n. 331, IV, TST, art. 8º, CLT, art. 186, CC.....	3/311
- Responsabilidade subsidiária. Terceirização. Administração pública.....	1/135, 5/528
- Responsabilidade subsidiária. Terceirização. Empregador que não cumpre as obrigações trabalhistas. Responsabilidade da contratante. Súmula n. 331, item IV, do C. TST.....	1/135, 2/225, 3/311, 5/528
- Responsabilidade subsidiária. Tomador de serviço entidade administrativa. Reconhecimento	3/311
- Responsabilidade subsidiária. Tomador de serviços. Culpa <i>in vigilando</i> . Observância dos arts. 927 e 186 do Código Civil.....	5/528
- Responsabilidade subsidiária. Tomador de serviços. Culpa. Cabimento	2/219
- Responsabilidade subsidiária. Tomador particular	1/135
- Responsabilidade subsidiária: ente público: Petróleo Brasileiro S. A. Petrobras. Dona da obra. Inexistência	4/406

- Sociedade em conta de participação. Responsabilidade solidária do sócio oculto para garantia do crédito trabalhista. Cabimento..... 4/406
- Sócio retirante. Responsabilidade. Limite temporal 6/630
- Subempreitada. Art. 455 da CLT. Responsabilidade solidária do empregador principal 5/529

REVELIA

- Revelia e confissão. Art. 844 da CLT..... 2/225
- Revelia. Empresa de pequeno porte. Representação por pessoa que não é empregado. Validade 6/630
- Revelia. Jornada de trabalho declinada na inicial. Presunção de veracidade 5/466

REVISÃO DE PROVENTOS

- Revisão geral anual de remuneração. Anos de 2013 e 2016. Apuração com base no INPC. Ausência de lei específica. Servidor público celetista. Impossibilidade de decretação pelo Judiciário. Vedação expressa na Súmula Vinculante n. 37 e na 339 do excelso STF 1/135

RITO

- Rito processual sumaríssimo. Devolução de notificação. Efeitos. Notificação por edital..... 1/136

SALÁRIO

- Progressão salarial por merecimento. Evolução funcional. Omissão do empregador.....4/406
- Recomposição salarial. Ano eleitoral. Possibilidade. Inexistência de violação à lei de responsabilidade fiscal 4/407
- Salário produção. Promessa de pagamento não cumprida. Diferenças devidas.....4/407

SENTENÇA LÍQUIDA

- Sentença líquida. Cálculos de liquidação. Impugnação. Preclusão. Ocorrência.....1/136

SERVIÇO SOCIAL

- Serviços sociais autônomos. Serviço Social da Indústria Sesi. Personalidade jurídica de direito privado 5/529
- Sesi. Ente de cooperação à administração pública..... 5/529

SERVIDOR PÚBLICO

- Artigo 966, V, CPC. Concessão de reajustes a servidores em índices diferenciados. Violação direta a dispositivo constitucional 4/407
- Licença-prêmio. Previsão no estatuto. Servidores celetistas. Não cabimento 4/384
- Servidor público celetista. Incorporação de abonos. Valores fixos. Revisão geral anual. Art. 37, inciso X, da CRFB. Reajuste anual em índices diversos. Impossibilidade.....6/630
- Servidor público celetista. Incorporação de abonos. Valores fixos. Revisão geral anual. Art. 37, inciso X, da CRFB. Reajuste anual em índices diversos. Possibilidade.....5/530
- Servidor público celetista. Incorporação de abonos. Valores fixos. Revisão geral anual. Art. 37, inciso X, da Constituição Federal. Reajuste anual com índices diversos. Impossibilidade 1/136

- Servidor público celetista. Município de Casa Branca. Lei Municipal n. 1, de 26 de agosto de 1947. Licença-prêmio. Indevida.....	5/530
- Servidor público estadual. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Evolução funcional. Interstício. Período de “experiência”. Contagem. Período de contratação por tempo determinado. Exclusão	1/136
- Servidor público municipal. Advertência. Sindicância punitiva prévia. Lei n. 8.112/1990. Princípios do contraditório e da ampla defesa. Obrigatoriedade	2/226
- Servidor público. Abono de vencimentos. Reajuste decorrente da revisão anual da remuneração. Natureza jurídica distinta. Art. 37, X, da CF	1/137
- Servidor público. Acréscimo salarial em valor fixo. Recomposição salarial desigual. Violação do art. 37, X, da CF.....	1/137
- Servidor público. Agente comunitário de saúde. Garantia de emprego. Despedida arbitrária. Impossibilidade. Reintegração	5/530
- Servidor público. Cargo em comissão de livre nomeação e exoneração. Multa de 40% do FGTS. Indevida	5/530
- Servidor público. Contratação temporária de excepcional interesse público. Relação jurídico-administrativa. Incompetência da Justiça do Trabalho	5/530
- Servidor público. Recomposição salarial. Reajustes salariais anuais. Omissão legislativa não passível de ser sanada pelo Poder Judiciário	5/530
- Servidor público. Revisão geral anual. Art. 37, X, da CF.....	2/226
- Servidor público. Vencimentos. Revisão geral anual. Legislação municipal. Vinculação a índices de correção salarial federais. Invalidez	4/407, 5/494, 5/531
- Valores pagos por erro da administração pública. Boa-fé do servidor e natureza alimentar da verba	6/630

SINDICATO

- Sindicato. Substituição processual. Ação de cumprimento. Diferenças salariais. Horas extras. Não cabimento.....	4/355
- Sindicato. Substituição processual. Legitimidade ativa. Direitos individuais heterogêneos dos integrantes da categoria.....	6/630
- Substituição processual. Defesa de interesses individuais heterogêneos. Ilegitimidade ativa do sindicato	4/408
- Substituição processual. Sindicato. Ação coletiva. Art. 2º-A da Lei n. 9.494, de 10 de setembro de 1997. Relação nominal dos substituídos e ata da assembleia. Juntada. Desnecessidade	6/631

SUCESSÃO

- Sucessão empresarial. Responsabilização solidária da empresa sucedida. Indevida.....	2/226
- Sucessão trabalhista. Hipóteses de configuração.....	1/137
- Sucessão trabalhista. Responsabilidade solidária da sucedida. Limitação aos débitos trabalhistas constituídos até a formalização da sucessão.....	2/226

SÚMULA

- Súmula n. 268 do C. TST. Interrupção da prescrição. Ônus da prova	1/137
---------------------------------------------------------------------------	-------

SUSPENSÃO

- Suspensão do processo. Condenação subsidiária da fazenda pública. Repercussão geral (RE 603.927/SC). Inaplicável.....	5/531
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

TERCEIRIZAÇÃO

- Correspondente bancária. Empresa intermediária entre o consumidor e o banco. Oferta de empréstimos consignados. Terceirização lícita. Art. 8º, V, da Res. 3.954/2011 do Bacen. Seu enquadramento como estabelecimento bancário. reconhecimento de vínculo de emprego de seus empregados, diretamente com a instituição bancária. Impossibilidade..... 1/137
- Empresas de telecomunicações. Terceirização de atividades inerentes. Responsabilidade da tomadora 4/408
- Fidelity Processadora S. A., Fidelity Serviços e Contact Center S. A. e Banco Bradesco. Intermediação de atividade fim. Ilegalidade e lesividade reconhecidas.....3/311
- Rumo Logística Operadora Multimodal S. A. Terceirização lícita. Responsabilidade subsidiária. Incidência da Súmula n. 331 do C. TST. Possibilidade 3/311
- Terceirização de atividade fim. Ilícitude. Reconhecimento de vínculo empregatício diretamente com o banco 6/631
- Terceirização ilícita. Bancário. Incidência das regras legais e convencionais próprias da categoria 6/631
- Terceirização ilícita. Tratorista. Responsabilidade direta da tomadora em razão do reconhecimento do vínculo de emprego..... 4/408
- Terceirização lícita. Contrato de prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial. Responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços. Cabimento.....6/631
- Terceirização lícita. Responsabilidade subsidiária. Abrangência 5/503, 5/504
- Terceirização. Administração pública direta/indireta. Responsabilidade subsidiária.....1/106
- Terceirização. Agente de crédito. Ente público. Responsabilidade solidária..... 5/531
- Terceirização. Atividade meio do tomador dos serviços. Licitude. Responsabilidade subsidiária..... 3/312
- Terceirização. Convênio com entidade não governamental de ação social/área da saúde. Responsabilidade subsidiária do município. Aplicação do inciso IV da Súmula n. 331 do c. TST 2/226
- Terceirização. Empresa pública como tomadora e beneficiária dos serviços prestados. Responsabilidade subsidiária pelas obrigações trabalhistas. Inteligência dos arts. 1º e 37 da CF/1988, arts. 186 e 187 do Código Civil, arts. 67 e 71, § 2º, da Lei n. 8.666/1993, Súmula n. 331, V e VI, do C. TST e ADC 16 do STF 6/632
- Terceirização. Ente público. Responsabilidade subsidiária 1/138
- Terceirização. Ente público. Responsabilidade subsidiária. Serviços de manutenção de redes de água e esgoto. Dono da obra. OJ n. 191 da SDI-1 do C. TST. Inaplicabilidade 5/531
- Terceirização. Pessoa jurídica de direito público como tomadora e beneficiária dos serviços prestados. Responsabilidade subsidiária pelas obrigações trabalhistas. Inteligência dos arts. 1º e 37 da CF/1988, arts. 186 e 187 do Código Civil, arts. 67 e 71, § 2º da Lei n. 8.666/1993, Súmula n. 331, V e VI, do C. TST e ADC 16 do STF.....5/531
- Terceirização. Pessoa jurídica de direito público. Responsabilidade subsidiária pelas obrigações trabalhistas 2/227, 3/312, 4/408
- Terceirização. Pessoa jurídica de direito público. Responsabilidade subsidiária pelas obrigações trabalhistas. Processo de licitação. Art. 71 da Lei n. 8.666/1993. Cabimento 1/138, 2/227, 3/312
- Terceirização. Serviços de portaria/recepção. Ente público. Responsabilidade subsidiária 1/139
- Terceirização. Serviços de segurança/vigilância. Ente público. Responsabilidade subsidiária..... 1/139, 5/532
- Terceirização. Serviços de vigilância. Ente público. Responsabilidade subsidiária.....2/227

TERMO DE COMPROMISSO

- Termo de Ajustamento de Conduta. Ente público. Astreintes. Redução. Cabimento..... 4/408, 5/532
- Termo de ajustamento de conduta. Execução da multa. Ilegitimidade ativa..... 4/409
- Termo de ajuste de conduta. Legitimidade ativa. Ação de cobrança pelo rito ordinário. Possibilidade..... 1/139

TESE

- Tese Prevalente n. 5 do TRT-15 2/216
- Tese Prevalente n. 5 do TRT-15: Férias quitadas fora do prazo do art. 145 da CLT. Terço constitucional pago tempestivamente. Dobra sobre o terço constitucional indevida 1/139

TESTEMUNHA

- Suspeição. Testemunha. Troca de favores. Não caracterização..... 5/526

TRABALHADOR RURAL

- Rurícola. Adicional de insalubridade. Exposição ao sol e ao calor..... 1/140
- Trabalhador rural. Apanhador de citrus/laranja. Trabalho por produção a céu aberto. Horas extras devidas, além do adicional. Aplicação da Orientação Jurisprudencial n. 235 da SDI-1 do TST, por analogia 1/140
- Trabalhador rural. Horas à disposição..... 4/409

TRABALHO EXTERNO

- Entregador externo (motoboy). Uso do veículo de propriedade do empregado, na execução das atividades laborais. Ausência de contratação do valor do aluguel do veículo. Livre negociação das partes 1/126
- Montador. Trabalho externo. Enquadramento na exceção do art. 62, I, da CLT. Não configuração 5/532
- Trabalho externo. Enquadramento na exceção do art. 62, I, da CLT. Não configuração 1/68, 2/228
- Trabalho externo. Possibilidade de controle da jornada..... 2/228, 3/312, 5/532

TRABALHO NOTURNO

- Jornada de trabalho de 12x36. Hora noturna reduzida 4/409
- Jornada mista. Diferenças de adicional noturno. Cabimento 4/405
- Prorrogação de jornada noturna em horário diurno. Adicional noturno. Hora noturna reduzida. Cabimento. Súmula n. 60, item II, do C. TST 4/392

TURNO DE REVEZAMENTO

- Horas extraordinárias. Turnos ininterruptos de revezamento. Acordo coletivo de trabalho. Jornada de 8 horas diárias. Validade..... 3/312
- Regime de compensação. Escala 2x2. Norma coletiva. Turnos ininterruptos de revezamento. Horas extras..... 5/533
- Turno ininterrupto de revezamento. Elastecimento da jornada diária superior a oito horas. Impossibilidade. Súmula n. 423 do TST 5/533
- Turno ininterrupto de revezamento. Fixação da jornada de trabalho mediante negociação coletiva. Validade. Súmula n. 423 do C. TST 1/98, 3/313, 5/533

- Turno ininterrupto de revezamento. Inobservância da jornada especial elástica por meio de norma coletiva	5/533
- Turnos de revezamento. Dois turnos. Horas extras excedentes da sexta diária. Cabimento	4/373
- Turnos ininterruptos de revezamento. Acordo coletivo. Fixação de jornada superior a seis horas diárias. Ausência de contrapartida. Horas extras habituais. Inválido.....	4/409
- Turnos ininterruptos de revezamento. Alternância em períodos variáveis. Caracterização	1/120, 2/228, 4/409
- Turnos ininterruptos de revezamento. Alternância mensal, bimestral e trimestral. Caracterização.....	1/140
- Turnos ininterruptos de revezamento. Alternância. Periodicidade. Caracterização.....	3/313
- Turnos ininterruptos de revezamento. Fixação de jornada superior a seis horas mediante negociação coletiva. Extrapolação habitual.....	4/410
- Turnos ininterruptos de revezamento. Não caracterização	5/533
- Turnos ininterruptos de revezamento. Necessidade de ajuste coletivo para a flexibilização.....	5/534
- Turnos ininterruptos de revezamento. Norma coletiva. Validade	5/534
- Turnos ininterruptos de revezamento. Possibilidade de ajuste coletivo para a flexibilização.....	2/228

TUTELA

- Tutela cautelar antecedente. Agravo de petição. Efeito suspensivo	4/410
- Tutela cautelar antecedente. Recurso ordinário. Efeito suspensivo.....	1/140

VALE-REFEIÇÃO

- Vale-refeição/alimentação. Pedido de sua integração na remuneração do reclamante e respectivas diferenças salariais. Improcedente.....	2/229
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

VALE-TRANSPORTE

- Vale-transporte. Requisitos. Indenização. Não cabimento	5/534
-----------------------------------------------------------------	-------

VALOR DA CAUSA

- Valor da causa. Retificação de ofício. Imposição ditada pela aplicação subsidiária do § 3º do art. 292 do NCPD	1/140
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

VENDEDOR

- Vendedor. Atividade externa. Ausência de anotação na CTPS. Horas extras. Inadmissibilidade	1/141
----------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

VIGIA

- Vigia. Segurança patrimonial de bens públicos. Adicional de periculosidade. Cabimento.....	5/534
- Vigia. Vigilante. Desvio de função. Inocorrência	1/141

ZOOTECNISTA

- Aplicação da Lei n. 4.950-A ao zootecnista. Respaldo do Código Brasileiro de Ocupações - CBO.....	4/410
-----------------------------------------------------------------------------------------------------	-------